

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

HADRIEN FRANÇOIS PIERRE-HENRI CONSTANTY

**CONTRIBUIÇÕES DO PNAE NA SUSTENTABILIDADE DOS AGRICULTORES
FAMILIARES: O CASO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2014

HADRIEN FRANÇOIS PIERRE-HENRI CONSTANTY

**CONTRIBUIÇÕES DO PNAE NA SUSTENTABILIDADE DOS AGRICULTORES
FAMILIARES: O CASO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Prof. Doutor Wilson João Zonin – Orientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

C837 Constanty, Hadrien François Pierre-Henri

Contribuições do PNAE na sustentabilidade dos agricultores familiares: o caso do município de Marechal Cândido Rondon / Hadrien François Pierre-Henri Constanty; orientador Wilson João Zonin. – Marechal Cândido Rondon, 2014.

121 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2014.
Inclui bibliografia

I Agricultura sustentável. 2. Agricultura familiar. I. Zonin, Wilson João. II Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. III. Título.

CDU: 631

Bibliotecária: Yara Menegatti
CRB 14/488

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores familiares que são a inspiração para todos os trabalhos a serem realizados sobre o meio rural.

Aos produtores entrevistados, pelo tempo acordado nas entrevistas, sem os quais teria sido impossível realizar este estudo.

À Jaciara da prefeitura de Marechal Cândido Rondon e a equipe do CAPA de Marechal C Rondon pelas informações valiosas.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável pela oportunidade de realizar o curso.

À minha esposa Verônica que sempre me amparou para que o mestrado se desenvolva da melhor forma.

Aos professores Wilson João Zonin e Nardel Luiz Soares da Silva pelas orientações e por partilharem seus conhecimentos.

“Quelle malchance a pu dénaturer l’homme, seul vraiment né pour vivre libre, au point de lui faire perdre la souvenance de son premier état et le désir de le reprendre ? »
Etienne de La Boétie, 1549

«A que azar, pois, se de verá que o homem, livre por natureza, tenha perdido a memória da sua condição e o desejo de a ela regressar?»
Etienne de La Boétie, 1549

LISTA DE SIGLAS

ACEMPRE: Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos
CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CME: Campanha da Merenda Escolar
CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPERFAM: Cooperativa Agroecológica e da Agroindústria Familiar
DAP: Declaração de Aptidão ao PRONAF
FAE: Fundação de Assistência ao Estudante
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
MEC: Ministério da Educação
MIA: Mercado Institucional de Alimentos
ONU: Organização das Nações Unidas
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PEAE: Programa Estadual de Alimentação Escolar
PMAE: Programa Municipal de Alimentação Escolar
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN: Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PROVOPAR:
SM: Salário Mínimo
UNCED: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
UTF: Unidade de Trabalho Familiar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologia de circuitos curtos.....	18
Figura 2: Porcentagem dos recursos repassados para agricultores e empreendedores familiares no PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon de 2008 até 2013.	56
Figura 3: Gênero dos responsáveis das unidades de produção no PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon, no início de 2013.....	59
Figura 4: Número de unidades de produção por faixa etária do responsável.	61
Figura 5: Tamanho das áreas dos participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon no início de 2013.	62
Figura 6: Quantidade de UTF nos participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon no início de 2013.	64
Figura 7: Número de participantes segundo a distância até a prefeitura.	65
Figura 8: Localização dos participantes no município	66
Figura 9: Número de participantes do PNAE em relação a quantidade de canais de comercialização adicionais.....	67
Figura 10: Número de unidades de produção em relação à sucessão familiar.	70
Figura 11: Número de participantes por faixa de renda	73
Figura 12: Número de produtores segundo a origem da renda.....	75
Figura 13: Repartição dos produtores segundo os valores anuais entregues no PNAE.	80
Figura 14: Número de produtores segundo a faixa que representa o PNAE na renda geral das unidades.	82
Figura 15: Gráfico radar apresentando o valor médio para os sete indicadores de sustentabilidade.	87
Figura 16: Distribuição dos participantes segundo seus índices de sustentabilidade e suas classes socioprodutivas.	89
Figura 17: Gráfico radar mostrando os níveis médios das classes socioprodutivas para cada um dos sete indicadores.....	92
Figura 18: Sistemas de produção, produção entregue no PNAE e pluriatividade.	98

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: indicador de autonomia estrutural
- Quadro 2: Indicador de renda
- Quadro 3: Indicador de diversidade de produção vendida
- Quadro 4: Descrição do indicador de diversidade de produção
- Quadro 5: Indicador de canais de comercialização
- Quadro 6: Indicador de capital social
- Quadro 7: Indicador de gerenciamento.
- Quadro 8: Indicador de sobrevivência
- Quadro 9: Descrição das classes socioproductivas

RESUMO

CONSTANTY, Hadrien, Mestrado, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Junho – 2014. **Contribuições do PNAE na sustentabilidade dos agricultores familiares: o caso do município de Marechal Cândido Rondon.** Orientador: Doutor Wilson João Zonin

Este trabalho situa o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no conjunto das políticas públicas brasileiras da agricultura familiar a partir de uma perspectiva sustentável do desenvolvimento. A presente pesquisa tomou por base um estudo de caso e encontra-se dividida em duas partes. Na primeira parte a trajetória e os fundamentos do PNAE são abordados, contextualizados e analisados sob uma visão teórica baseando-se em uma pesquisa bibliográfica. Na segunda parte é abordada a aplicação na prática e localmente do PNAE em Marechal Cândido Rondon, município situado no oeste paranaense. A autonomia dos participantes do PNAE municipal do início de 2013 foi analisada por meio de um indicador de sustentabilidade baseado na lógica camponesa de fazer a agricultura. Este estudo de caso foi realizado a partir de entrevistas de diversos atores envolvidos no programa municipal, entre eles, produtores rurais e gestores locais. Dados foram levantados junto à prefeitura no âmbito de medir a evolução e a abrangência do programa no município. Análises estatísticas foram feitas com a ajuda do programa SPSS. Antigo programa social do Governo Brasileiro na área de educação, o PNAE assume um papel desenvolvimentista no apoio à sustentabilidade, principalmente a partir de 2009. No município em questão, o PNAE responde em média por 13 % das rendas dos seus participantes. O programa favorece a produção agroecológica pois 50 % dos produtores orgânicos do município se beneficiam do PNAE municipal. Além disso, o programa favorece práticas agroecológicas pela inserção na merenda escolar dos produtos de subsistência da agricultura familiar. O estudo de caso revela graus de autonomia diferentes que variam de acordo com a quantidade de mão de obra familiar disponível e a importância das atividades agrícolas nas rendas das famílias. Os resultados da pesquisa também demonstram a relevância do PNAE na promoção de um desenvolvimento mais sustentável. Nesse sentido o Estado pode mudar as regras e corrigir a imperfeição de um mercado livre que cresce e acaba gerando

externalidades negativas nas dimensões sociais e ambientais. A intervenção do Estado no mercado permite apoiar a produção local, a permanência no campo dos produtores familiares, a conversão ecológica dos agricultores, bem como a diminuição do impacto ambiental da agricultura. No entanto, para colocar em perspectiva os milhões de alunos beneficiados e os bilhões de reais do orçamento do programa, devem ser considerados os limites desse no que diz respeito à população rural. Em Marechal Cândido Rondon, os dados mostram que em torno de 1% dos agricultores familiares participam do Programa por meio de entregas. Os dados confirmam que a teoria do Estado na Sociedade se dá na prática. Dessa forma o PNAE, enquanto política pública, é moldado pela realidade social que interage, tanto negativamente quanto positivamente, na sua aplicação. Conclui-se que o PNAE fortalece o desenvolvimento de uma economia solidária e melhora a renda dos agricultores familiares, porém a demanda local limita a ampliação do programa e pode criar desigualdade entre municípios. Assim, medidas necessitam ser implementadas, tanto para reduzir desigualdades, que se originam na localização das propriedades, quanto para aumentar a participação dos jovens.

Palavras-chave: Alimentação escolar Agricultura familiar. Sustentabilidade
Autonomia Agricultura camponesa

ABSTRACT

CONSTANTY, Hadrien, Mestrado, Unioeste – State University of West Paraná, June – 2014. **PNAE contributions to family farming sustainability: case of Marechal Cândido Rondon municipality.** Mastermind: Doutor Wilson João Zonin.

This study contextualizes the Brazilian National School Feeding Program (PNAE) among other Brazilian public policies of family farming based on a sustainable development perspective. The case study is made up of two parts. In the first part the trajectory and the foundations of the policy are discussed, contextualized and analyzed from a theoretical view based on a literature search. The second part analyzes the practical implementation of the program and locally in the city of Marechal Cândido Rondon, in western Paraná state. The autonomy of the participants of the municipality program early 2013 is analyzed by an indicator of sustainability based on the logic of peasant agriculture. This case study was conducted through interviews of various actors involved in the municipality program between these farmers and local managers. Data were collected in the city hall in order to measure the progress and the scope of the program. Statistical analyzes were performed with the help of SPSS. The PNAE interacts more with civil society after 1994 when the program is decentralized, but it's actually from 2009, with the obligatory application of at least 30% of resources to family farming products, which PNAE plays a developmental role in supporting sustainability. In the city, PNAE responds on average for 13% of farmers incomes. The program promotes agroecological production because 50% of the municipal organic producers benefit from municipal PNAE. In addition, the program promotes agroecological practices by including family farms subsistence products in school meals. The case study reveals different degrees of autonomy that vary with the amount of available family labor and the importance of agricultural activities in incomes. The Program shows the way to a more sustainable development where the state can change the rules and correct the imperfection of a free market that grows negative externalities on social and environmental dimensions. State intervention in the market supports local production, keeping family farmers in the field and help the ecological conversion of farmers as well as reduce environmental impacts of the nacional program. Therefore, to put in perspective the billiony budget of the program, we should consider the limits of the program with regard to rural population. In Marechal Cândido Rondon, the data show

that around 1% of the farmers deliver to the program. The data also confirm in practice the theory of the state in society where PNAE, like a public policy, is shaped by the social reality that interacts in its application both negatively as positively. We conclude that the PNAE strengthens the development of an inclusive economy, improving the income of family farmers but the expansion of the program should be considered within the local demand which is proportional to the population of the municipalities, and contradictorily favors urban municipalities.

Keywords: School feeding. Family farming. Sustainability. Autonomy. Peasant agriculture.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1	O PNAE: UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO EM VENDA DIRETA.	18
2.2	A TRAJETÓRIA DO PNAE: UM LENTO CAMINHO PARA MAIS SUSTENTABILIDADE.....	20
2.3	SUSTENTABILIDADE RURAL E O PAPEL DO ESTADO: O MERCADO INSTITUCIONAL COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	23
2.3.1	Sustentabilidade rural: algumas considerações	23
2.3.2	O Mercado Institucional: uma construção social	28
2.4	AUTONOMIA COMO SUSTENTABILIDADE: A LÓGICA CAMPONESA DA AGRICULTURA FAMILIAR	30
2.4.1	A autonomia da unidade de produção agrícola.....	30
2.4.2	A autonomia na agricultura familiar: o conceito de campesinidade .	33
3	MATERIAL E MÉTODOS	42
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO ESTUDADA	43
3.2	O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE/AUTONOMIA.....	44
3.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEVANTAMENTO DAS RENDAS.	53
3.4	A CRIAÇÃO DE UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO.....	53
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1	O PNAE NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E SEUS PARTICIPANTES.....	55
4.1.1	Características do PNAE municipal.....	55
4.1.2	O perfil dos participantes	58
4.1.2.1	O gênero dos responsáveis pelas unidades de produção	59
4.1.2.2	A idade dos responsáveis das unidades de produção	60
4.1.2.3	A estrutura agrária das unidades participantes	61
4.1.2.4	A força de trabalho das unidades de produção.	62
4.1.2.5	A localização das unidades de produção.	64
4.1.2.6	As unidades de produção e os seus canais de comercialização.....	67

4.1.2.7	Outras considerações sobre as unidades participantes.	69
4.2	RENDAS DOS PARTICIPANTES E CONTRIBUIÇÕES DO PNAE.	72
4.2.1	A heterogeneidade das rendas.	72
4.2.2	A diversidade das fontes de renda.	74
4.2.2.1	A importância da pluriatividade.....	75
4.2.2.2	A previdência social rural.	77
4.2.3	As contribuições do PNAE	79
4.2.3.1	Uma grande disparidade dos valores entregues	79
4.2.3.2	Apointando limites na abrangência do PNAE municipal.....	80
4.2.3.3	Contribuição do PNAE na renda geral dos participantes.....	82
4.2.3.4	O programa e sua relação com o associativismo local.....	83
4.2.3.5	O PNAE municipal e sua relação com o volume e a diversificação dos sistemas de produção.	85
4.3	SUSTENTABILIDADE/AUTONOMIA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO	86
4.3.1	Indicador de autonomia estrutural.....	92
4.3.2	Indicador de renda	92
4.3.3	Indicador de diversidade da produção vendida.	94
4.3.4	Indicador de canais de comercialização	95
4.3.5	Indicador de capital social.....	96
4.3.6	Indicador de gerenciamento.....	96
4.3.7	Indicador de Sobrevivência.....	97
4.4	DO MERCADO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO PARA UM CAMINHO MAIS DEMOCRÁTICO.....	100
5	CONCLUSÕES	102
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	113

1 INTRODUÇÃO

Neste início do século XXI, quando se aborda a questão da sustentabilidade da produção agrícola, pensa-se nas referências apontadas pelas agriculturas ecológicas, as quais possuem leis gerais e práticas que visam tornar a produção economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

Agricultores que efetuam uma transição de sistemas convencionais para sistemas ecológicos de produção procuram resgatar a prática natural de produzir alimentos saudáveis cujo processo produtivo respeita o meio socioambiental no qual os estabelecimentos estão inseridos. Segundo Darolt (2000), os processos produtivos de um sistema de produção orgânico tendem a ser mais sustentáveis que os de um sistema convencional semelhante.

Dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam que a produção orgânica (certificada ou não) no Brasil responde por 90.498 estabelecimentos e 4,9 milhões de hectares, ou seja, respectivamente por 1,7% e 1,5% dos estabelecimentos e da área agropecuária brasileira. A taxa de crescimento do mercado orgânico está na faixa dos 20% anuais. Esses números, apesar de já defasados com a realidade atual de um mercado em constante movimento, comprovam a importância ascendente da agricultura orgânica no mundo e no Brasil.

Em resposta a essa demanda continuamente maior, parece que os agricultores têm, cada vez mais, adotado práticas ecológicas de produção em busca de oportunidades e independência, porém a oferta de produtos ecológicos ainda não atende à demanda e nem acompanha o aumento desta.

A comercialização de produtos orgânicos ainda é um tema que precisa ser melhor abordado por meio de pesquisas no cenário nacional. A comercialização de alimentos ecológicos evidencia-se como um importante tópico no que tange à sustentabilidade da agricultura, uma vez que engloba tanto a venda realizada pelos produtores, quanto a compra feita pelos consumidores.

O Estado tem a possibilidade de priorizar a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar e/ou de base ecológica, em uma abrangência espacial e populacional, que promova uma mudança de paradigma. A compra de produtos agroalimentares por parte do Governo em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal) pode ser chamada de Mercado Institucional de Alimentos (MIA). Segundo Darolt (2012), dois programas se destacam atualmente no Brasil nas questões de

segurança alimentar, segurança nutricional e apoio à produção de alimentos ecológicos: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (doravante referido como PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (doravante referido como PAA).

A transição sustentável ao nível do estabelecimento rural passa pela diminuição de aportes externos à unidade de produção agrícola (fertilizantes, agrotóxicos, combustíveis etc.) juntamente com o manejo racional de pragas, o preparo correto do solo, a rotação de culturas e o fomento de tecnologias de baixo custo, visando a uma maior independência do agricultor. A sustentabilidade das produções também pode se refletir pela capacidade dos agricultores de tratar a informação, integrá-la e usá-la para adaptarem-se às mudanças com planejamento financeiro, espacial e temporal.

Em estudo realizado por Depontil e Almeida (2003) verificou-se a necessidade de efetuar pesquisas para avaliar a sustentabilidade no que diz respeito ao aspecto de autonomia, os quais destacaram ainda a inexistência de estudos sobre esse assunto. A autonomia depende do tipo de estratégias de comercialização adotadas pelo agricultor, as quais os conduzem a ser mais ou menos autônomos. No mesmo sentido, o estudo de caso sobre o PAA, realizado por Vogt (2009) em dois municípios do Rio Grande do Sul, demonstra que o programa fortaleceu os circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo e também oportunizou a discussão de inovações que geram demandas.

Considera-se importante trazer para a discussão a influência sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção envolvidos. Além disso, a sustentabilidade ecológica das produções agroalimentares está diretamente ligada ao tema de segurança alimentar e nutricional que o governo objetiva apoiar via o MIA. Becker (2010) evidenciou em uma pesquisa de 2009, realizada no Rio Grande do Sul, que o PAA foi utilizado, de certa maneira, para impulsionar a produção ecológica, pois verificou em seu estudo que havia uma parte muito importante de agricultores ecológicos no total dos participantes. Darolt (2012) também enfatiza que a merenda escolar ecológica apoia uma produção agrícola mais sustentável.

Por mais que a sustentabilidade de unidades familiares de produção agrícola já tenha sido tema de várias pesquisas, poucas tentaram estudá-la na agricultura em relação a uma política pública. Bianchini (2010) estudou a relação da sustentabilidade com a operacionalização do PRONAF-crédito no Vale do Ribeira-PR, porém ainda verifica-se a necessidade de pesquisas na área, principalmente de

estudos que tratem da ligação com a comercialização. Nesse sentido, poucas pesquisas avaliam a experiência do poder público na área de comercialização sobre a sustentabilidade/autonomia das unidades agrícolas familiares.

Em 2013, o orçamento previsto do PNAE foi de R\$ 3,5 bilhões e estaria beneficiando cerca de 45 milhões de estudantes da educação básica, de jovens e de adultos. Desde a metade do ano de 2009, 30% desse orçamento deve ser gasto com compra direta de produtos da agricultura familiar. Essa medida, que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades locais, necessita ser analisada através de uma abordagem mais sistêmica, em um contexto onde a agricultura familiar tenha cada vez mais espaço nas políticas públicas sociais brasileiras. A partir de 2009, o programa assume um papel importante para apoiar a agricultura familiar brasileira ao lado de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou ainda do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O mercado institucional no município de Marechal Cândido Rondon conta, no início de 2013, com o PNAE municipal, o PNAE estadual e o PAA. O PNAE municipal, via prefeitura, fornece alimentação às instituições municipais. Além do PNAE municipal, os agricultores familiares do município podem também fornecer produtos agrícolas para o PNAE estadual por meio da Cooperativa Agroecológica e da Agroindústria Familiar, localizada no município vizinho de Quatro pontes (COPERFAM). A abrangência das entregas da COPERFAM é regional sendo que esta abastece as instituições estaduais da região. Ainda, os agricultores familiares do município de Marechal Cândido Rondon podem fornecer alimentos para o PAA via o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) que abastece 8 entidades socioassistenciais localizadas no município. Neste trabalho, focalizou-se por razões práticas nos agricultores inseridos no PNAE municipal gerenciado pela prefeitura.

Nas diretrizes da lei nº 11.947/2009, o PNAE é claramente descrito como ferramenta que corrobora para o desenvolvimento sustentável, pois o programa deve ser direcionado para:

o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; (BRASIL, 2009a).

No artigo 12 da mesma lei, aparece de forma mais específica a visão transversal e sistêmica do programa a qual enfatiza que as nutricionistas, além de levar em conta aspectos nutricionais e culturais, necessitam elaborar os cardápios escolares considerando a sustentabilidade e a diversificação agrícola da região.

A presente pesquisa é um estudo de caso e pretende caracterizar os agricultores participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon no início de 2013 e analisar, focando na questão da sustentabilidade, quais são as contribuições do PNAE nas unidades de produção participantes. Por meio de um índice de sustentabilidade/autonomia objetiva-se identificar se o grau de participação no PNAE fornece mais sustentabilidade às unidades bem como entender os fatores que explicam as variações de autonomia entre as unidades participantes.

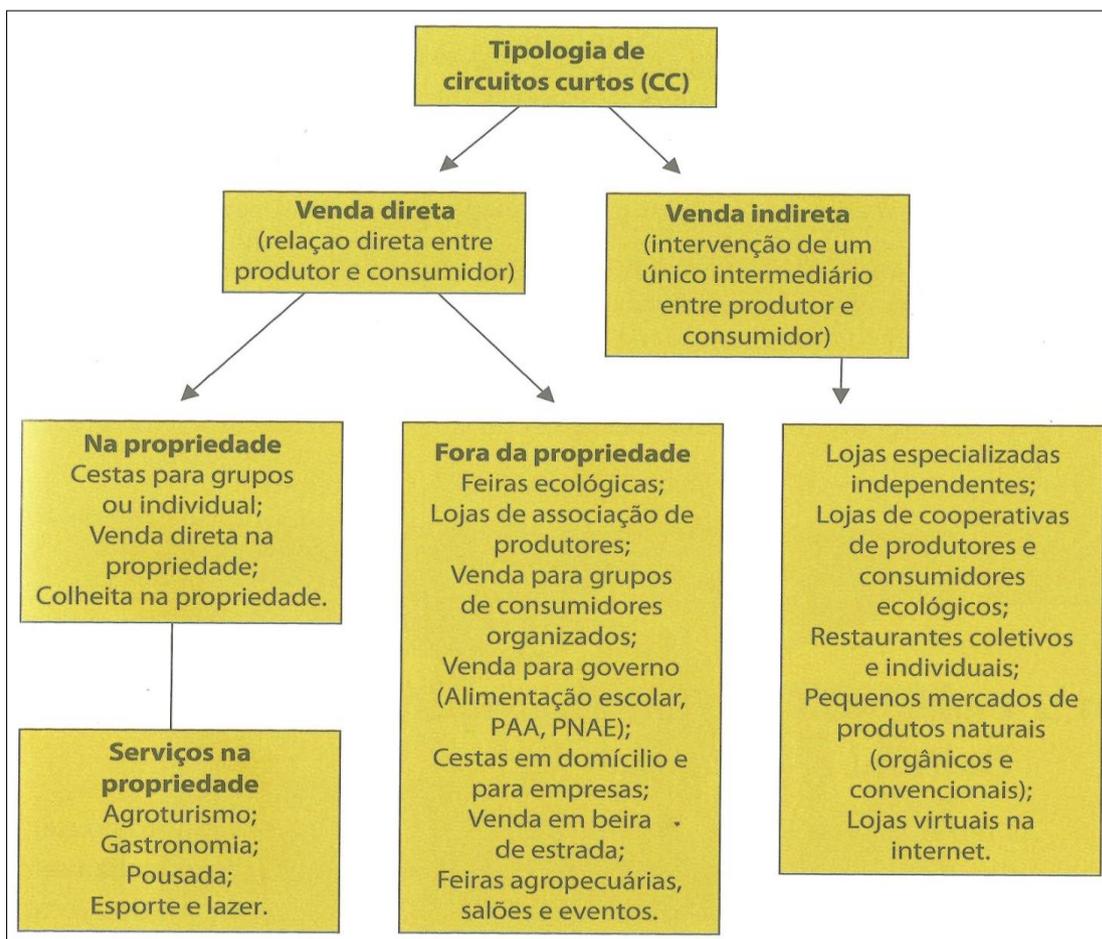
Na primeira parte do presente trabalho, apresenta-se o referencial teórico-que permite relacionar o PNAE ao tema da sustentabilidade, bem como o conceito de campesinidade, que ajuda a pensar a sustentabilidade/autonomia das unidades de produção agrícolas e que fomentaram a matriz de estudo. Na segunda parte, os recursos metodológicos são apresentados, mostrando-se como se constrói a matriz de análise do estudo da autonomia/sustentabilidade das propriedades participantes do programa. Na terceira parte, explica-se como se dá a operacionalização do PNAE municipal em Marechal Cândido Rondon. A partir dos dados levantados junto aos atores envolvidos, mostra-se a heterogeneidade da agricultura familiar do município que está inserido no PNAE municipal, se verifica a relação entre a inserção neste mercado e a sustentabilidade/autonomia das unidades de produção e enfim identificam-se fatores explicativos da autonomia dos participantes.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O PNAE: UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO EM VENDA DIRETA.

Para caracterizar o PNAE entre as múltiplas formas de comercialização podemos utilizar a tipologia dos circuitos curtos, sugerida por Darolt (2012), que resulta em uma adaptação da tipologia elaborada por Chaffotte e Chiffolleau (2007). Esses autores chamam de circuitos curtos todos os circuitos de distribuição que constam até um intermediário, entre o agricultor e o consumidor.

Figura 1 - Tipologia de circuitos curtos



Fonte: Darolt (2012, p. 89)

Circuitos que constam com dois ou mais intermediários são classificados como longos. Entre os diferentes circuitos curtos de comercialização, uma distinção pode ser considerada entre a venda direta (quanto não há intermediário entre o

produtor e o consumidor) e a venda indireta (quando há um único intermediário entre o produtor e o consumidor).

Existem duas modalidades de operacionalização do Programa: a centralizada e a escolarizada. A centralização ocorre quando as secretarias estaduais de educação ou prefeituras executam o Programa em todas as suas fases, ou seja, recebem, administram e prestam contas do recurso federal, são responsáveis pela aquisição e distribuição dos alimentos e também pela elaboração dos cardápios. Ainda na forma centralizada, a prefeitura ou a secretaria estadual de educação pode também optar por contratar o serviço de uma empresa para fornecimento da alimentação escolar, sendo que os recursos do FNDE só poderão ser utilizados para o pagamento dos gêneros alimentícios, ficando as demais despesas a cargo da entidade que executa o Programa. A este tipo de operacionalização denomina-se terceirização, a qual pode trazer complicações para uma prefeitura, uma vez que possui o defeito de elevar o custo de gestão da merenda escolar.

Na modalidade chamada de escolarização, as secretarias estaduais de educação ou as prefeituras transferem os recursos diretamente para as creches e escolas pertencentes à sua rede, que passam a ser responsáveis pela execução do Programa. Nesta modalidade, as escolas adquirem os gêneros alimentícios de forma autônoma o que melhora a qualidade e reduz os custos do programa. Nesse tipo de gestão pode ser encontrado o modelo misto, no qual as escolas e as creches adquirem parte dos alimentos, enquanto o restante provém das prefeituras ou secretarias estaduais de educação (VALERIANI, 2011).

Em todas essas modalidades, as instituições públicas que gerenciam a operacionalização dos programas não ganham nenhuma margem econômica sobre o valor da produção e, dessa forma, não podem ser consideradas por intermediários. O governo representa o consumidor final desse circuito, tendo o dever de fornecer merenda nas instituições públicas de educação e assistência social, logicamente que, para tanto, aloca recursos oriundos do seu sistema fiscal para comprar a alimentação em questão.

No PNAE, uma ligação direta se formaliza entre o vendedor de mercadorias que se compromete a entregar ao consumidor. Porém, enquanto o agricultor não for o vendedor que fornece diretamente ao Governo, considera-se o PNAE como um

circuito longo de comercialização ou, na melhor das hipóteses, um circuito curto de venda indireta.

A lei federal nº 11.947, de 16/6/2009, estabelece, no artigo 14, que pelo menos 30% dos recursos do PNAE deve ser destinado à compra de produtos diretamente de agricultores familiares (BRASIL, 2009a). De certo modo, essa lei assegura que, para pelo menos uma parte da merenda escolar, quase um terço do valor gasto, uma ligação direta se estabeleça entre o agricultor e o Governo. Nesse contexto de compra direta da agricultura familiar, o PNAE passa a representar um circuito curto de venda direta que acontece fora da propriedade (Figura 1).

Segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007), os circuitos curtos seguem uma lógica de desenvolvimento rural sustentável, pois:

- a) requerem proximidade geográfica;
- b) pedem uma participação ativa do consumidor;
- c) permitem uma melhor remuneração do produtor e um preço justo ao consumidor;
- d) dinamizam a economia local;
- e) diminuem o impacto ambiental por exigirem menos embalagens e menos transporte.

Assim sendo, pela própria estrutura da relação direta entre o Governo e os agricultores, o PNAE torna-se mais sustentável. Essa característica do programa é recente, mas decorre de um lento caminho em busca de eficiência e sustentabilidade, como explicado a seguir.

2.2 A TRAJETÓRIA DO PNAE: UM LENTO CAMINHO PARA MAIS SUSTENTABILIDADE.

O PNAE é um programa que visa respeitar o direito à segurança alimentar e, por consequência, à sustentabilidade alimentar. Esta última se define pela capacidade de satisfazer as necessidades da população no curto prazo, sem que precise sacrificar os recursos naturais, assegurando a preservação das condições ecológicas que determinam a disponibilidade de alimentos no longo prazo (BELIK, 2001).

O PNAE é o mais antigo programa social do Governo Brasileiro na área de educação e o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. Financiado pelo FNDE, o PNAE é responsável pela alimentação escolar em todo o Brasil: da

Pré-escola ao Ensino Fundamental, de instituições públicas e filantrópicas. Atualmente são beneficiados cerca de 45 milhões de estudantes em todo o Brasil e o orçamento previsto para o programa de 2013 foi de R\$ 3,5 bilhões. Antes de abordar questões relativas ao papel do estado no desenvolvimento, vale lembrar a trajetória do programa, que será abordada a seguir.

A origem do PNAE começa na década de 40 do século XX quando o Instituto de Nutrição da época defendia que o Governo Federal devia oferecer alimentação aos escolares. Por falta de recursos, a ideia ficou abandonada até a década de 50, quando foi montado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição chamado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil” (CALDAS E AVILA, 2013).

Em 1955, com o estabelecimento da Campanha da Merenda Escolar (CME), instituída por meio do Decreto 37.106/55, começou a política de alimentação escolar no Brasil, a qual ganha rapidamente uma abrangência nacional. No entanto, até 1973 ela se dá exclusivamente por meio de campanhas de caráter assistencialista, impedindo que recursos sejam assegurados.

Entre 1973 e 1979, surge o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que é identificado por Carvalho da Silva (1995) como o primeiro modelo integrado de política pública de alimentação. Articulando produtores e consumidores, o PRONAN foi uma política nacional que forneceu o apoio ao pequeno produtor rural.

Em 1979, o governo brasileiro transforma as campanhas existentes juntamente com o PRONAN ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja operacionalização é centralizada por meio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com recursos provindos do Ministério da Educação (MEC). Durante os anos 80, a FAE começa, por meio de convênios firmados com municípios, a descentralizar o programa (CALDAS E AVILA, 2013). Apesar da pequena abrangência, das dificuldades na liberação de recursos e na prestação de contas, a descentralização do programa revelou benefícios notáveis como a promoção dos produtores locais.

Em 1988, a alimentação escolar passa a ser direito constitucional. Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII atendimento ao educando, no ensino fundamental, a partir de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Em 1993, por meio de pressões da sociedade civil, é instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o qual vai alavancar o processo de descentralização iniciado pela FAE. Em 1994, foi instituída a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei 8.913). Desde então, os recursos do Governo Federal brasileiro começaram a ser repassados aos Estados no caso do PNAE estadual (PEAE) e aos municípios no caso do PNAE municipal (PMAE). Vale observar que durante quatro anos a descentralização do PNAE ocorre muito lentamente e que é somente em 1998, com a Medida Provisória nº1784 (BRASIL, 1998), que tal descentralização acontece plenamente, dinamizando, dessa forma, as realidades locais. Em 1997, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), passa a gerenciar o programa.

No que diz respeito à sustentabilidade e ao apoio ao pequeno produtor rural, é importante notar que, além da descentralização, o maior passo do programa se dá com a Lei Federal nº. 11.947, de 16/6/2009. Essa lei, conforme esclarecido anteriormente, estabelece que pelo menos 30% dos recursos do Programa sejam destinados à compra de produtos diretamente de agricultores familiares, criando um circuito curto de venda direta disponível às pequenas unidades de produção agrícola em cada municipalidade brasileira.

Na questão do caráter ecológico dos sistemas produtivos, a Resolução nº38, de 16/07/2009 acrescenta uma orientação decisiva do PNAE que marca o apoio do programa a produção ecológica de alimentos, pois esses:

[...] produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009b).

Em relação aos valores de venda para o PNAE, a Resolução nº 25 de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012) alterou o valor de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano. Este valor é significativo para o agricultor familiar, uma vez que somente

esse canal de comercialização pode representar, em média, uma venda de R\$ 1,6 mil reais/mês/DAP.

Para ampliar e fortalecer programas desse tipo, os Estados e os municípios podem elaborar suas próprias legislações, o que pode estimular a produção. Esse é o caso do Estado do Paraná que instituiu a merenda escolar orgânica, conforme a Lei nº.16.751/2010 em 6 de janeiro de 2011, a qual pretende, gradativamente, aumentar a parte dos alimentos orgânicos na merenda escolar, até garantir a todos os alunos da rede pública o direito à merenda escolar 100% orgânica.

2.3 SUSTENTABILIDADE RURAL E O PAPEL DO ESTADO: O MERCADO INSTITUCIONAL COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Nesta segunda parte do referencial teórico utilizado nesta pesquisa, abordam-se algumas considerações sobre o conceito da sustentabilidade e sua ligação com o apoio à agricultura familiar e, em seguida, mostra-se em que medida considera-se o mercado institucional como sendo construído socialmente.

2.3.1 Sustentabilidade rural: algumas considerações

Atualmente fala-se em um período de crise, entre elas a socioambiental, que é associada, por vários autores, à ideologia desenvolvimentista. Essa última relaciona o desenvolvimento da sociedade unicamente ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico (BUARQUE, 1990). De acordo com Vasconcellos et al (2010), a crise socioambiental decorre do uso irracional dos recursos naturais, conforme verifica-se no seguinte excerto:

A terra é um planeta finito tanto para fornecer recursos quanto para absorver resíduos. Estes limites, associados à forma como os recursos naturais estão sendo explorados na sociedade atual, podem acarretar o fim das condições de sustentabilidade da vida - especialmente a humana (VASCONCELLOS ET AL, 2010).

Ao lado do uso predatório dos recursos do planeta, o atual modo de produção/consumo pressupõe desigualdade social e assegura a falta de condições de vida mínimas para bilhões de pessoas. Segundo a UN-HABITAT (2003), um terço da população urbana mundial vive em favelas em condição de total insalubridade. Além dessa pobreza que se origina, também, por um problema rural, Mazoyer e

Roudart (2010, p. 25-26) indicam que a maior parte da pobreza mundial se encontra no meio rural:

Mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável e por volta de 840 milhões são vítimas de subnutrição (um a cada cinco indivíduos nos países em desenvolvimento), o que significa que elas nem sempre dispõem de ração alimentar suficiente para cobrir suas necessidades energéticas básicas, em outras palavras, que elas têm fome quase todos os dias [...] é preciso levar em consideração o fato essencial de que aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao mundo rural (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 25-26).

No contexto do que chama de crise socioambiental, Sachs (2007) afirma que o progresso científico não cumpriu sua promessa de bem-estar generalizado para a humanidade. De fato, com a industrialização e a modernização da agricultura, a partir dos anos 60, vários debates esparsos trataram a degradação ambiental que resultaram nas primeiras publicações sobre o assunto. Em tais trabalhos foram apontados os distúrbios e os limites de um crescimento global, relacionado pura e simplesmente ao fator econômico.

Em 1973, o canadense Maurice Strong usou pela primeira vez a palavra “Ecodesenvolvimento” para definir um novo conceito que hoje é associado ao Desenvolvimento Sustentável. Sob a mesma perspectiva, Ignacy Sachs formulou os princípios básicos dessa nova visão do desenvolvimento. Ela integrou, basicamente, seis aspectos (INACIO, 2003) que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento:

- a) a satisfação das necessidades básicas;
- b) solidariedade com as gerações futuras;
- c) a participação da população envolvida;
- d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito à outras culturas, e;
- f) programas de educação.

De acordo com Cavalcanti et al (1994), na época, inúmeros autores defendem a ideia de que os reflexos de dominação levarão a humanidade à sua perda, bem como a noção de que um desenvolvimento alternativo deve construir novas relações baseadas na cooperação e na proximidade local. Assim sendo, outros pensamentos econômicos são necessários e estes devem priorizar um uso moderado e ecológico dos recursos e um consumo local.

Em 1987, foi feito o Relatório Brundtland, que é um marco importante do desenvolvimento sustentável, pois resulta do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED). Esse relatório identifica que o desenvolvimento deve “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.

O relatório Brundtland parte de uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade, tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual. O relatório apresenta uma lista de medidas a serem tomadas no nível do Estado nacional. Entre elas:

- a) limitação do crescimento populacional;
- b) garantia da alimentação a longo prazo;
- c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- e) aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores;
- g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

Conforme o exposto, observa-se que o Relatório Brundtland nem propaga a dissociação ou a estratégia da *selfreliance*, que está a favor do isolamento dos países subdesenvolvidos, nem o abandono do crescimento econômico. O tom é diplomático, o que pode explicar a sua grande aceitação, como também suas maiores críticas. O Relatório Brundtland define ou, pelo menos, descreve o nível do consumo mínimo partindo das necessidades básicas, mas é omissa na discussão a respeito do nível máximo de consumo e de uso de energia nos países industrializados. O referido relatório preconiza crescimento tanto nos países não industrializados quanto nos países industrializados, deixando, dessa forma, a

superação do subdesenvolvimento dependente do crescimento contínuo nos países industrializados (CAVALCANTI et AL, 1994).

Leonardo Boff (2012) indica que não haverá sustentabilidade no planeta se a lógica do produtivismo e do consumismo persistir. Apesar do conceito de Desenvolvimento sustentável ter ganhado grande espaço no nosso cotidiano, os processos de extração, produção e consumo continuam insustentáveis. Boff (2012), incentivando a moderação, a solidariedade e o cuidado, esclarece que a sustentabilidade necessita ser ampla e integradora. Por meio de uma nova cosmologia o autor afirma que uma economia verde, responsável pelo desenvolvimento da agricultura orgânica, que não questiona o consumismo em vigor acaba por limitar muito a abrangência da sustentabilidade.

Assim sendo, a agricultura deve ser pensada numa dinâmica de ecodesenvolvimento e de economia solidária, visando um cuidado e uma integração à comunidade de vida do planeta:

Nosso grande desafio, ao deixar pra trás a velha cosmologia, é reinventar a nossa civilização. As principais instituições do período moderno, incluindo a agricultura, a religião, a educação, a economia precisam ser reimaginadas no interior de um universo vivo, inteligente e auto-organizativo. Em vez de degradar o sistema da vida e da Terra, a humanidade deverá aprender a associar-se à comunidade de vida de uma forma que reforce mais e mais suas interdependências. Esta obra exigirá seguramente o talento e a energia de milhões de pessoas de todas as culturas, durante todo o século XXI (SWIMME, 2011 apud BOFF, 2012. p.78)

Essa visão integradora e ampla de Boff (2012), embora possa dificultar a análise prática da sustentabilidade rural, abre espaço para analisá-la de forma mais abrangente do que trazem os conceitos de produção sustentável ou o mundo da produção orgânica/agroecológica.

Possivelmente um dos maiores contribuidores do Conceito de Desenvolvimento Sustentável, Ignacy Sachs (2001) considera que a agricultura familiar é imprescindível para um desenvolvimento rural sustentável, pois:

(...) os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além de que, nas condições brasileiras, nas quais, como já mencionamos um décimo da população passa ainda fome, a meta da segurança alimentar continua bem atual (SACHS, 2001 p. 78).

No que diz respeito à segurança alimentar, a agricultura familiar no Brasil foi e continua sendo responsável por grande parte do abastecimento do mercado interno fornecendo a dieta básica alimentar da população, enquanto a agricultura de grande porte empresarial é voltada para a exportação de *commodities* de baixo valor agregado para o país.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006; PLEIN, 2010), a agricultura familiar¹ está presente em 84,4% dos estabelecimentos, ocupa 74,4% das pessoas, produz 38% do Valor Bruto da Produção, utilizando apenas 24,3% da área total. Isso significa que, apesar de ocupar um quinto da área, a agricultura familiar gera, em média, 91% a mais de riqueza e 805% a mais de emprego, por área, que a agricultura patronal. Ainda segundo o IBGE (2006), a proporção de propriedades que utilizam agrotóxicos é muito maior nos grandes estabelecimentos do que nos pequenos. Tais dados confirmam a posição de Sachs (2001), pois sustentam sem controvérsia alguma que a agricultura familiar é mais eficiente nas três esferas do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Dessa forma, o apoio à agricultura familiar desde 2009 confere ao PNAE um caráter mais sustentável.

Sachs (2004) ressalta que o desenvolvimento não pode ser visto por uma visão reducionista e economicista. Para esse autor, o caminho a seguir deve ter como objetivo o bem estar da sociedade, o qual passa por mais igualdade, mais equidade e mais solidariedade. Para Sachs (2004), a sustentabilidade possui oito dimensões, a saber: ecológica, cultural, social, ambiental, territorial, política nacional, política internacional e econômica. Nessa visão, as políticas devem ser consideradas como um dos pilares para alcançar um desenvolvimento mais sustentável. O Estado e a sociedade devem garantir o melhor aproveitamento dos recursos existentes e alcançar um equilíbrio entre essas oito dimensões.

Para Sen (2000), o papel da sociedade civil é indispensável para qualquer ação de desenvolvimento. Segundo esse autor, o objetivo do desenvolvimento é garantir a cada um a possibilidade de acessar a sua felicidade multidimensional baseando-se nas liberdades individuais e coletivas. Dessa forma, a liberdade é

¹ Na lei 11.326 de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar responde aos critérios seguintes: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas é predominantemente da própria família; a renda familiar originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento deve ter percentual mínimo; o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (BRASIL, 2006).

central, pois permite avaliar os fundamentos de toda ação, uma vez que a realização plena de cada ser humano passa por decisões individuais livres. Em muitos casos, as ações de desenvolvimento começam por uma luta contra as não-liberdades nos campos políticos, sociais e econômicos (notadamente a não-liberdade da pobreza) nos campos da igualdade das possibilidades, da proteção e da segurança. Dessa forma, o acesso garantido ao programa para o pequeno produtor representa uma nova oportunidade de mercado que “libera”, nos termos de Sen (2000), o agricultor da falta de opções de comercialização.

2.3.2 O Mercado Institucional: uma construção social

A comercialização dos produtos é para o agricultor um componente de seu sistema de produção tão essencial que a parte relativa à produção e os mercados contribuem para o sucesso da propriedade agrícola. Segundo Darolt (2012), o PNAE- enquanto programa que prioriza alimentos ecológicos- aumenta a sustentabilidade de forma geral pois, além de favorecer o estudo das crianças, de promover mudanças de hábito alimentar e resgate cultural, ajuda na permanência dos agricultores em um meio ambiente produtivo e protegido.

Abramovay (2004) indica que os mercados se tornaram recentemente tema de pesquisa porque chegamos num período de crises e de mudança de paradigma, o que permite questionar a visão ortodoxa da comercialização. Tal visão interpreta os mercados como pontos de encontros imaginários entre produtores e consumidores, entre oferta e demanda. Nesse sentido, os mercados não se desenvolvem e não surgem unicamente de maneira natural. Os mercados podem ser criados por instituições. Segundo Morgan e Sonnino (2008), o Estado é a única instituição que possui o poder e a legitimidade de regular o mercado alimentar e orientar os recursos para promover mudanças socioambientais que se encontram na contramão das forças capitalistas.

Lacki (1999) demonstra que existe uma defasagem entre o que os líderes rurais pedem aos governos e o que podem fazer os governos. De acordo com o referido autor, para a maioria das reivindicações rurais, os governos são impotentes por falta de agilidade institucional e insuficiência de recursos. Lakci (1999) propõe substituir as políticas públicas que perpetuam as dependências dos agricultores por criação de medidas educativo-emancipadoras, trazendo autonomia aos agricultores.

Durante a segunda metade do século XX, o Estado tem liderado políticas marcadas pelas teorias minimalistas oriundas das políticas do regime militar e por reformas administrativas e políticas ocorridas nos anos 60. Esse contexto mudou bastante, conforme Marques (2006) relata, o Estado vem interagindo fortemente com a Sociedade Civil por meio da descentralização de políticas públicas e da participação dos atores sociais. Como vimos acima, essa interação é essencial no caminho para mais sustentabilidade (Sen, 2000; Sachs, 2004) e pode ser verificada na trajetória do PNAE: primeiramente assistencialista e centralizado até os anos 90, passando à situação atual, em que encontra-se totalmente descentralizado.

Marques (2006) com uma perspectiva neo-institucionalista ressalta que as organizações estatais “são dotadas de interesses próprios e instrumentos de poder específicos”. Apesar disso, o autor explica que:

(...) são muito raras as análises que consideram o Estado como um ator em si, fraturado internamente por conflitos e interesses distintos da sociedade e, ao mesmo tempo, diferenciado de um órgão para outro da administração. São ainda mais raras as análises que consideram de forma concomitante a existência e importância de atores estatais e capitais específicos, tentando analisar os resultados das políticas estatais como um produto da interação destes dois grupos de atores. (MARQUES, 1997, p. 5).

Salienta-se o referencial teórico do Estado na Sociedade, no qual o autor esclarece que “os Estados são partes das sociedades. Estados ajudam a moldar, mas também são continuamente moldados pelas sociedades nas quais estão inseridos” (MIGDAL, 1994 apud MARQUES, 1997, p. 5). Esse conceito ajuda a medir a importância na operacionalização do PNAE, da interação entre a estrutura institucional e os demais atores envolvidos sendo eles produtores, técnicos, coordenadores de escolas, merendeiras ou outros. Assim, a perspectiva do Estado na Sociedade caracteriza o PNAE como uma política pública construída e avaliada continuamente pela sociedade civil.

Abramovay (2004) indica que é preciso um enfoque multidisciplinar para entender o mercado como interação social. O autor considera os mercados como estruturas sociais baseadas na capacidade dos atores de coordenar suas atividades, relacionando-se entre si:

O estudo dos mercados como estruturas sociais enraiza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social (ABRAMOVAY, 2004. p. 36).

Radomsky e Schneider (2007) acrescentam ainda que, por serem constituídos e operacionalizados por atores sociais, os mercados são personalizados pelas interações sociais sendo essas influenciadas por realidades individuais, espaciais, culturais e históricas. Sendo assim, uma política pública não será totalmente a mesma nem terá os mesmos resultados de uma localidade para outra.

Na Nova Economia Institucional, termo criado por Williamson em 1975 (ZONIN, 2013), o mercado é considerado como uma instituição. Compreendendo as instituições como estruturas construídas e reguladas, num processo dinâmico no tempo e no espaço pela sociedade, entendemos a grande influência dos valores culturais na efetivação dos mercados. Segundo North (1990 apud ZONIN, 2013), a Nova Economia Institucional permite entender as regras formais e as informais dos mercados. Enquanto as regras formais se expressam pelos regimentos políticos e pelas leis, as regras informais provem das interações humanas pelas quais o mercado ocorre. Nessa perspectiva, as regras formais continuamente respaldam as regras informais, mas a informalidade também autorregula o mercado e pode retroalimentar as regras formais as adaptando às realidades locais.

2.4 AUTONOMIA COMO SUSTENTABILIDADE: A LÓGICA CAMPONESA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nesta última parte do referencial bibliográfico, abordam-se o conceito da autonomia, central nessa pesquisa, no que diz respeito à unidade de produção agrícola assim como a noção de campesinidade a esta relacionada e que apresenta variações de sua natureza no conjunto heterogêneo dos agricultores familiares.

2.4.1 A autonomia da unidade de produção agrícola.

Boff (2012), na obra « Sustentabilidade : o que é – o que não é », baseia-se em Sachs para relacionar o caminho da sustentabilidade com a luta por mais igualdade e, inspirando-se em Amartya Sen, esclarece que : “A pobreza [...] não está apenas associada à insuficiência de renda, de saúde e de educação, mas à privação de capacitações que roubam da pessoa oportunidades de se desenvolver e criar sua autonomia” (BOFF, 2012, p.139).

Dessa forma, a sustentabilidade da unidade de produção agrícola aparece diretamente ligada ao grau de autonomia nos processos de tomada de decisão que

ocorrem no sistema produtivo da unidade referida. Por isso, neste estudo, abordaremos o conceito de sustentabilidade com um significativo mais próximo da autonomia.

A busca de maior autonomia técnico-econômica possível pode ser evidenciada no uso reduzido de insumos, na substituição de insumos externos para os produzidos na própria unidade de produção, no redesenho de sistemas que se tornam mais diversificados e na constante busca de canais alternativos de mercado, bem como de outras práticas presentes nas agriculturas ecológicas. Tanto Gliessmann (2001) quanto Altieri (2002) enfatizam, em obras que fundamentam a agroecologia, que agroecossistemas ecológicos são mais autônomos que sistemas convencionais. Nessas obras entende-se por autonomia, quase que exclusivamente, a independência do agricultor com relação a insumos externos como sementes, adubos, defensivos, etc.

A sustentabilidade/autonomia dos agricultores também pode se refletir pela capacidade dos mesmos em dominar o planejamento da produção e da comercialização dos alimentos produzidos. O caso de produtores integrados à indústrias onde a empresa, de caráter produtivista, terceiriza uma parte de sua produção aos agricultores, transformando esses, apesar das margens de manobra restantes, em assalariados disfarçados, ilustra como agricultores podem perder grande parte de sua autonomia de decisão sobre os processos produtivos (PAULILO, 1990).

A autonomia do agricultor é um dos conceitos mais importantes na busca pela sustentabilidade econômica, ambiental e social. O grande projeto de desenvolvimento sustentável da nossa sociedade, com base na ética e nas relações humanistas, idealizado por Paulo Freire (FREIRE, 1979; FREIRE, 2011), passa por uma valorização da autonomia dos agricultores.

Assim, questões relativas ao significado da autonomia, ao seu grau de mensuração e de elaboração de possíveis indicadores que possam medir e avaliar a autonomia dos agricultores, são bastante relevantes no que tange aos possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável.

A noção de autonomia possui sua origem na política onde foi concebida e qualificada pelos gregos (Tucídides, Xenofonte, Platão). Na época, o termo aplicava-se somente às relações políticas entre Estados. Aplicado ao indivíduo, o termo autonomia era utilizado por Aristóteles e os estoicos unicamente para com o

“cidadão”, ator político grego. Somente a partir dos séculos XV e XVI, especialmente na modernidade com Kant no século XVIII, que a autonomia se torna, com o conceito da liberdade, um dos valores centrais da humanidade e um dos atributos do sujeito/indivíduo (ZATTI, 2007).

Da sua origem política, ficou que a autonomia corresponde à independência de não obedecer à lei ou a regra de outro. De radicais gregos, auto = sozinho, por si próprio e nomos = lei, o conceito passou ao longo da história por vários significados porém a definição que parece ser a mais apropriada no século XXI é aquela que designa a autonomia como “condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete” (LALANDE , 1999 apud ZATTI, 2007). Assim sendo, ela é a capacidade de pensar sua lei e também de fazê-la, de realizá-la:

Como a autonomia é “condição”, como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. O fazer não acontece fora do mundo, portanto está cerceado pelas leis naturais, pelas leis civis, pelas convenções sociais, pelos outros, etc, ou seja, a autonomia é limitada por condicionamentos, não é absoluta. Dessa forma, autonomia jamais pode ser confundida com autosuficiência. (ZATTI, 2007 .p12)

A noção de autonomia da pessoa, inspirada na concepção de Elster (1983) e na “liberdade de fazer de outra forma”, permite ir além da noção de capacidade, introduzindo a ética e a possibilidade de errar das pessoas (MAHIEU, 2005). A autonomia se define, então, como a capacidade de decidir e reagir em função de uma visão pessoal sem depender de uma eventual estrutura de apoio.

Segundo Varela (1989), a autonomia do agricultor é a capacidade do sistema de produção para estabelecer suas próprias leis de funcionamento e em função de seu meio socioeconômico a fim de preservar sua identidade. Dessa forma, a autonomia do agricultor depende claramente da importância de forças externas na estrutura e nas técnicas de produção do estabelecimento, mas também na capacidade de tomar suas próprias decisões.

No artigo intitulado «Uma crítica à sociologia rural de José de Souza Martins» Bertero (2007) aborda a visão de José de Souza Martins, para quem o agricultor, por natureza, possui autonomia, porém, pode perdê-la caso os seus mecanismos de produção, de financiamento e de comercialização se tornem

controlados pelo capital. Quando o agricultor passa a ter as suas condições de existência reguladas pelo capital, ele perde a sua autonomia. Assim, o agricultor é visto naturalmente como um produtor independente que maneja livremente a sua terra de onde retira os seus meios de vida.

Ainda segundo Bertero (2007) o verdadeiro lavrador, agricultor, de José de Souza Martins, é aquele que possui com a terra um relacionamento distinto da propriedade capitalista, cuja finalidade é gerar lucro, seja através da exploração de trabalhadores, seja através de sua venda por preços altos. O monopólio capitalista profere ao dono da terra o direito a um rendimento, o que é uma irracionalidade, dado que a terra não é fruto do trabalho, mas um bem natural de todos, um “presente divino”. Assim sendo, segundo Martins (BERTERO, 2007) existem agricultores que não consideram a propriedade do ponto de vista capitalista e esses são autônomos por natureza, pois isolados do capitalismo perverso.

Por outro lado, Bertero (2007) critica o ponto de vista de Martins, já que, de uma forma ou de outra, o mercado acaba entrando em contato com o agricultor e com a produção dele. A posição de Bertero (2007) é relevante porque sugere a relatividade da autonomia do agricultor, uma vez que, de toda forma, acontece uma ligação entre o estabelecimento e o mercado capitalista, mesmo que o agricultor não o saiba. Assim sendo, o capital sempre exercerá forças sobre o agricultor, o qual nunca será totalmente autônomo. Esse mercado altera as necessidades e as visões do produtor rural mas também as amplia. A autonomia completa idealizada por Martins (BERTERO, 2007) é uma utopia, pois o agricultor não está isolado nem da sociedade nem do mercado. Conclui-se que, ao medir a autonomia de agricultores, mede-se somente um certo grau de autonomia dos agricultores.

2.4.2 A autonomia na agricultura familiar: o conceito de campesinidade

A noção de “agricultor familiar” é recente no Brasil, pois na academia brasileira considera-se que a tese de doutorado de Abramovay, em 1992, foi um marco conceitual para essa noção (PLEIN, 2010). No entanto, as categorias sociais que ela identifica não são tão recentes. Dessa forma, verifica-se que no período de 1950 a 1970, falava-se em campesinato, um conceito carregado de conteúdo político que remete às ligas camponesas e movimentos revolucionários no campo. Entre os anos 1970 e o meio dos anos 1990, utilizou-se o conceito de pequena produção ou

de produção de baixa renda em um contexto de transformação política do Estado brasileiro e de “modernização conservadora” da agricultura, que visou alterar a base técnica da produção agrícola sem mexer na estrutura agrária do país (PORTO e SIQUEIRA, 1994).

Apesar das diferenças que podem ocorrer entre uma definição jurídico-funcional própria às políticas públicas e definições acadêmicas que abordam de diversas maneiras as formas sociais de produção no campo, pode-se considerar da mesma forma que Abramovay (1997, apud PLEIN, 2010) que a agricultura familiar se caracteriza por uma gestão, uma propriedade e um trabalho familiares. Ao procurar na literatura referências sobre a autonomia dos produtores agrícolas acaba-se por encontrar uma grande quantidade de obras que relacionam a autonomia ao conceito de camponês.

A partir de quatro modelos teóricos, Lamarche (1998) observa que o caráter familiar nas formas sociais de produção esconde uma heterogeneidade muito grande no campo. Analisando a diversidade das agriculturas familiares, o autor oferece uma definição do agricultor familiar moderno que representa um modelo alternativo entre o modelo empresarial e o modelo camponês. Justamente por não encontrar-se nesses dois extremos, o agricultor familiar teria a capacidade de adaptação à sociedade industrial moderna mantendo uma certa resiliência. Esse autor propõe que a resiliência do agricultor familiar moderno seja oriunda do sistema camponês e chega a levantar a hipótese que a presença de campesinato seria uma premissa condicional ao desenvolvimento de uma agricultura familiar moderna. Lamarche (1998) ainda descreve o agricultor familiar como um “camponês com mais técnica e mais necessidade”. Essa ideia de evolução de um conceito a outro, também sustentada por Wanderley (2003), conceitua o agricultor familiar como uma forma social de produção que manteve ainda especificidades de natureza camponesa na sua forma de produzir.

Seguindo essa tese sobre o campesinato e sua busca incessante por autonomia, sugere-se que a efetividade da autonomia, essência da sustentabilidade no caráter resiliente que ela representa, seja articulada à reprodução dos princípios fundamentais da ordem camponesa, cuja posição afirma-se contra a lógica de concentração e de dependência do desenvolvimento capitalista. Dessa forma, sem desconsiderar a importância das abordagens técnicas das agriculturas ecologicamente benéficas, assumimos a necessidade de considerar a

sustentabilidade do mundo agrícola com uma ênfase maior na lógica camponesa ainda representativa das lutas de classes e da resistência à lógica do sistema agroalimentar moderno.

O campesinato se define por sua posição subjugada, uma posição de vítima ou de excluído de tal modo que:

Em regra, os camponeses são afastados das fontes sociais de poder. Sua subjugação política esta interligada com a subordinação cultural e com a exploração econômica através de impostos, trabalho forçado, aluguel, juros e termos de troca desfavoráveis ao camponês. (SHANIN, 1971 apud PLOEG, 2008)

Para entender o conceito de camponês, assim como suas implicações na maneira camponesa de fazer a agricultura e ver como o conceito se adapta à realidade brasileira, precisamos retomar a literatura que trata do assunto. O conceito de campesinato se desenvolve durante o século XIX por intelectuais da esquerda no âmbito de conhecer as classes sociais do meio rural e situá-los na sociedade capitalista bem como as suas relações com o poder e as revoluções. Marx situa os camponeses em relação ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas indicando o desaparecimento destes. Este desaparecimento dos camponeses provém diretamente da relação que Marx identifica entre o campesinato e o capitalismo:

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e, do mesmo modo na agricultura, subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro (MARX, 1991 p 76).

Mesmo que tal tese não se estabeleça como uma lei, pois a história da questão fundiária transcende o próprio capitalismo, é importante considerá-la para situar as transformações do capitalismo na agricultura. Dessa forma, retomando o final do século XIX e início do século XX, Kaustky e Lênin aprimoram a tese de Marx sustentando a ideia que a modernização capitalista iria causar o desaparecimento dos camponeses.

Segundo LUZZI (2007), Kautsky defende que não há lugar para o camponês na sociedade capitalista pelas questões da escala e da industrialização da agricultura. O capitalismo ia provocar a perda da autonomia dos camponeses pelo processo da industrialização. Ainda a tese kautskyana sustenta também que a relação entre a tecnologia e a escala de produção afasta as pequenas propriedades da viabilidade econômica favorecendo as grandes estruturas.

Lênin, por sua vez, defende a ideia de que a divisão social do trabalho e a separação entre produção e consumo, na visão capitalista, iriam desestruturar o campesinato dividindo entre: rurais burgueses e rurais proletários (LUZZI, 2007).

No Brasil, o intenso êxodo rural, ocorrido após 1960, confirma o processo de proletarianização devido à modernização capitalista da agricultura. No entanto, esse processo não ocorreu de forma homogênea e totalizante como os marxistas tinham imaginado um século antes.

Na academia brasileira, um dos pesquisadores que se referiu ao enfoque kautskyano é Wilkinson, o qual introduz os conceitos de apropriação e substitucionismo para mostrar que a agricultura acaba se subordinando à indústria (LUZZI, 2007). A lógica do apropriação é de reduzir a importância dos ciclos naturais na propriedade, tornando a produtividade desta dependente dos insumos e dos maquinários provindo da indústria. Nessa perspectiva, a indústria capitalista se apropria dos fatores produtivos dos camponeses. Pelo substitucionismo, o autor indica que a transformação industrial do produto agrícola elimina a importância dos fatores da natureza.

Chayanov (1974) desenvolve no início do século XX uma abordagem que contrasta com a visão marxista. A abordagem chayanoviana ressalta o camponês num âmbito de um modo de produção procurando identificar as estratégias e as racionalidades defendendo a ideia de uma lógica de sobrevivência camponesa. Por meio dessa lógica de sobrevivência, Chayanov (1974) enxerga que os camponeses conseguem permanecer no sistema capitalista refutando as máximas dos demais clássicos marxistas e liberais, afirmando que “na atualidade, a unidade econômica camponesa em quase todas as partes está ligada ao mercado capitalista de mercadorias, sofre a influência do capital financeiro e coexiste com a indústria organizada do modo capitalista” (CHAYANOV, 1974).

Para Chayanov (1974) a família é o fundamento da lógica camponesa pois é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e o objetivo da sua atividade. No modo camponês de produção, a família é a fonte de trabalho. A produção objetiva garantir a existência e a sobrevivência da família. A unidade camponesa é unidade de produção e unidade de consumo de tal forma que “(...) a família e as relações de que dela resultam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados” (CHAYANOV apud COSTA 1994).

Na unidade camponesa como Chayanov a aborda, o grau de atividade agrícola determine a composição da família. O camponês equilibra a relação entre o trabalho, o consumo e a intensidade do trabalho. O camponês não se assemelha a um empresário que enxerga o lucro que sobra dos seus custos de produção mas assemelha-se a um artesão que determina o tempo, as tarefas e a intensidade do seu trabalho. A economia camponesa pode conviver com a economia capitalista mas ela se diferencia por algumas características, tais como a ausência do assalariamento como forma principal de trabalho, a circulação simples de mercadoria, a assimilação de valores de uso/estímulo produtivo condizente com a necessidades e a não contabilização da sua força de trabalho no processo produtivo.

Segundo Wanderley (1998), a abordagem de Chayanov que aponta o balanço entre o trabalho e o consumo que ocorre na unidade de produção familiar de ordem camponesa é conceitualmente muito relevante, pois a evolução do tamanho da família na unidade de produção vai modificando este balanço de tal forma que a diferenciação demográfica explica fortemente a heterogeneidade das unidades de produção familiar.

Henry Mendras (1978 apud BOSETTI, 2012) definiu o camponês “como aquele que trabalha a terra para se nutrir”. Este autor defendeu que o processo de modernização capitalista transforma o camponês e sua lógica de subsistência em agricultor familiar.

Ploeg (2008) retoma o debate ressaltando a inadequação da maioria das abordagens do campesinato para entender de fato como este se comporta. O autor indica que uma “definição do camponês como um não (ou ainda não) empresário – ou como em fase de desaparecimento – é, sem dúvida, deficitária” (PLOEG, 2008. p39). Ploeg ressalta que o modo camponês de fazer a agricultura tem sido negligenciado por não integrar a abordagem agrônômica à abordagem socioeconômica. Os estudos sobre o campesinato “precisam incluir graus, nuances, heterogeneidades e especificidades diferentes”, pois representam “processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo” (PLOEG, 2008. p39).

Nessa perspectiva, tanto Woortmann (1990) quanto Ploeg (2008) defendem que a ideia de “graus de campesinidade” deve ser central a qualquer análise do que tange ao rural. Retomando as considerações de Toledo (1992) e complementando-as, Ploeg (2008) adverte que para compreender, o que é o campesinato, deve-se

excluir qualquer segmentação feita a priori e construir um conceito abrangente que inclua os camponeses tanto do centro, quanto da periferia da globalização. O autor, a fim de buscar entender como os camponeses organizam a produção, define a condição camponesa e pretende explicitar o modo camponês de fazer a agricultura.

Segundo Ploeg (2008), as características fundamentais da condição camponesa são:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se caracteriza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLOEG, 2008. p40)

A abordagem de Ploeg é muito relevante no que diz respeito à estratégia camponesa de intensificação baseado no trabalho a qual se justificaria pela relativa abundância de força de trabalho familiar e pela relativa escassez dos meios de trabalho dos camponeses (terra, animais, etc). Os níveis de “campesinidade” como sugere Ploeg (2008), inspirado por Toledo (1992), variam no tempo e no espaço. Ploeg (2008) insiste na visão de que os camponeses são menos dependentes dos mercados, pois a autossuficiência camponesa subentende que os meios e insumos camponeses são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico e que esses, racionalmente, não são adquiridos nos mercados.

Ainda segundo Ploeg (2008), a busca por autonomia é primordial na visão camponesa e esta justifica que os camponeses não procurem aumentar sua base de recursos por meio de relações de dependência substanciais e duradouras com os mercados de insumos. De certa forma, entende-se como a lógica camponesa de produção, que visa uma maior independência frente ao mercado reduzindo o uso de insumos químicos, procurando diversificar seus canais de comercialização e aproximando-se do consumidor, afasta-se, retomando os termos de Wilkinson (LUZZI, 2007), do apropriação e do substitucionismo industriais.

Como em Toledo (1992), Ploeg (2008) considera que a produção para o consumo da família é uma das estratégias de sobrevivência e de autonomia

camponesas na qual podem figurar também trabalhos não agrícolas realizados fora do estabelecimento agrícola. Ainda para Ploeg (2008), as estratégias de sobrevivência camponesas adaptam-se constantemente a conjunturas específicas. Essa perspectiva ajuda a entender porque camponeses no Brasil, às vezes, deixam de produzir o arroz para o consumo familiar, pois estes conseguem comprar o arroz por um preço muito menor do que seu custo de produção sem que esses percam seus altos níveis de campesinidade.

Ploeg (2008) indica que a condição camponesa conta com padrões de cooperação no meio rural. Nesse sentido, Sabourin (2009) enfatiza que, contrariamente à lógica da competitividade individual capitalista, os camponeses reproduzem em seu modo de produção relações de reciprocidade baseadas na solidariedade.

Abordando a questão da cooperação, o enfoque Chayanoviano permite que o campesinato obtenha escala através de cooperativas e assim se relacione de forma harmoniosa com o capital. Por meio das cooperativas, os camponeses comercializariam seus produtos de forma mais autônoma sem afetar sua racionalidade interna de produção.

No entanto, precisa aqui diferenciar as cooperativas da agricultura familiar, que favorecem os pequenos produtores, das maiores cooperativas que se tornaram grandes empresas industriais que não atendem a lógica de pequenos produtores com altos graus de campesinidade. Nessa perspectiva, Boff (2012, p.103) ressalta que o caminho para mais sustentabilidade necessitará “favorecer a agricultura familiar, as pequenas e médias cooperativas”. De fato, há de considerar a dura realidade das grandes cooperativas que muitas vezes ficam longe da racionalidade camponesa aqui explicada e, ao contrário, adaptam-se à racionalidade capitalista para poder existir no mercado. Nessa perspectiva, considera-se que agricultores familiares com altos níveis de campesinidade, sócios de grandes cooperativas agroindustriais, encontram-se, muitas vezes, em uma situação quase esquizofrênica. Por um lado, como camponeses possuem o interesse de não adaptar-se a lógica capitalista e raciocinar seus recursos dentro do seu capital ecológico sem relações de dependência financeira, energética ou comercial. Por outro lado, o interesse deles como camponeses se opõe aos seus interesses como cooperados pois, como tais, deveriam procurar o aumento das vendas (inclusive de insumos químicos) da cooperativa a qualquer custo e assegurar uma ligação de dependência com os

fornecedores (eles mesmos no caso). Como participantes do capital da cooperativa, assumem os riscos inerentes a qualquer empresa inserida no mercado.

Assim sendo, para fechar as considerações sobre os camponeses, sua condição e seu modo de produzir, ressaltamos que se deve enxergar o campesinato como um conjunto de características dinâmicas e que a lógica de produção camponesa mostra um dos caminhos da sustentabilidade rural. A perspectiva de campesinidade entendida por Ploeg (2008) permite abordar de maneira diferente o conceito de agricultor familiar enriquecendo este com nuances no que diz respeito a luta por autonomia e sustentabilidade das unidades familiares de produção agrícola. Conseqüentemente, entende-se que na sua globalidade, a agricultura familiar apresenta níveis de campesinidade maiores que a agricultura empresarial, porém, compreende-se também que os agricultores familiares formam um grupo heterogêneo no que tange aos seus níveis de campesinidade. O estudo da sustentabilidade focando a autonomia das unidades de produção deve então inspirar-se fortemente do conceito de campesinidade.

As experimentações de Darré (1994) comprovam também que a participação em coletivos ajuda os agricultores a tornarem-se mais autônomos e donos de suas decisões frente a um projeto ou a um problema. Assim, os produtores tornam-se verdadeiros parceiros frente a outros atores de desenvolvimento rural ao invés de atuarem como indivíduos dependentes. Esta abordagem possibilita considerar o capital social via a participação no associativismo como fonte de independência, autonomia e, por consequência, fonte de sustentabilidade. Tomando-se em consideração o referido, para elaborar indicadores de autonomia, levaremos em conta, além da questão da importância das forças externas na estrutura e nas técnicas do estabelecimento, a contabilidade da produção como também: a vida social dos agricultores, a participação em associações, sindicatos e outros coletivos.

Um estudo realizado em 2011 (RAVEAU, 2011) para o ministério francês do desenvolvimento rural teve como objetivo medir o grau de autonomia dos agricultores criando um indicador baseado sobre a insumização das propriedades (Consumo Intermediário/Produto Bruto Total - CI/PBT). Como resultado da pesquisa, chegou-se à conclusão que, apesar da facilidade de uso do indicador, ele favoreceu propriedades que possuem altos custos de produção. Assim, a falta de abrangência do indicador favoreceu, na avaliação, as propriedades competitivas economicamente e não necessariamente as propriedades autônomas. Esse estudo demonstra a

necessidade de criar um indicador que abranja diversas variáveis para que possamos estimar de maneira fiel o grau de autonomia que queremos medir.

Com base no referencial teórico acima exposto foram elaborados os recursos metodológicos utilizados nesta pesquisa que serão abordados na próxima seção.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O primeiro passo da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o PNAE, a avaliação da sustentabilidade e a autonomia dos sistemas de produção que foi apresentada no capítulo anterior.

O segundo passo do estudo foi de montar a matriz do índice de sustentabilidade por meio de sete indicadores e elaborar um questionário (anexo) semi-estruturado que permita realizar uma caracterização da agricultura inserida no PNAE municipal assim como levantar os dados com os quais a sustentabilidade/autonomia das unidades de produção foi interpretada.

O terceiro passo da pesquisa conta com a coleta dos dados tanto qualitativos quanto quantitativos. Visando responder ao problema da pesquisa anteriormente mencionado, bem como atender aos objetivos propostos, utilizou-se, como procedimento para realização da pesquisa, metodologias quantitativas e qualitativas. Optou-se complementar o método quantitativo por uma forma de pesquisa qualitativa pois, para os autores Diehl e Tatim (2004), os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e são mais flexíveis.

Os métodos qualitativos não apresentam tamanho da amostra fixo, uma vez que a população, de acordo com Triviños (2001), é considerada somente como referência. Nesse sentido, mostra-se que tal tipo de pesquisa não visa a generalizações dos resultados obtidos em seus estudos, mas, sim, “[...] obter generalidades, ideias predominantes, tendências que aparecem mais definidas entre as pessoas que participaram no estudo” (TRIVIÑOS, 2001, p. 83).

Enquanto o método quantitativo coleta as informações estatisticamente, a metodologia qualitativa permite ao pesquisador uma estrutura mais aberta e, quanto a esse aspecto, Triviños (2001) mostra exemplos de como a entrevista semi-estruturada, permite ao investigador, quando não satisfeito com as respostas às suas perguntas iniciais, criar novas interrogações. Quanto à entrevista semi-estruturada, Bêrni (2002, p. 241) afirma que “[...] sua principal característica é basear-se em um roteiro que apresenta questões com respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre o tema ou pergunta proposta”.

Os dados utilizados, no presente estudo, são provenientes de entrevistas com todos os atores diretamente envolvidos com o PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon no primeiro semestre do ano de 2013. As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014.

A trajetória e a operacionalização do PMAE (PNAE municipal) em Marechal Cândido Rondon foram obtidas graças a entrevistas informais junto ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), a Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE) e a Prefeitura do município que organizam junto aos produtores e às instituições beneficiadas o bom desempenho do programa no município. Também foram utilizados documentos obtidos junto a essas organizações, tais como: listas de participantes, listas de produtos, instituições envolvidas, mapas, contatos dos agricultores envolvidos, listas de preço.

No quarto passo da pesquisa, os resultados foram analisados e classificados. Foram elaboradas análises de correlações, as quais permitem estudar as relações das variáveis com os indicadores. Os dados foram submetidos a análises estatísticas com apoio do programa SPSS. Por fim, os resultados obtidos foram interpretados e sintetizados para melhor entendimento.

3.1 Considerações sobre a população estudada

Nesta pesquisa foram considerados todos os agricultores familiares que se inserem no PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon estudando, dessa forma, a população total e não uma amostra dos produtores envolvidos. Foram levantados, por meio dessas entrevistas, dados socioculturais dos agricultores, dados econômicos dos estabelecimentos e dados relacionados às produções.

É importante mencionar que para participar do programa, os agricultores precisam ter uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP²), documento que comprova o caráter familiar da produção. No início de 2013, 20 DAPs participaram do programa. Após análise do funcionamento do PNAE no município, verificou-se dois casos de propriedades ligadas à duas DAPs no projeto de venda do grupo.

Dessa forma, propriedades conseguem vender mais que o limite anual permitido por DAP. Isso pode ocorrer no caso de dois familiares trabalharem na

² A DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) é fornecida ao agricultor familiar pelas Instituições Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural ou outras organizações ligadas à agricultura familiar credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

mesma propriedade por meio do programa, ou ainda, quando um produtor cadastrado empresta seu nome para beneficiar outro. Como nosso objetivo é analisar o impacto do programa de acordo com a realidade das propriedades, os dados de DAPs diferentes, que se relacionam à uma mesma propriedade, foram agrupados e considerou-se somente 18 unidades no estudo. A população estudada neste trabalho conta então com 18 unidades de produção.

3.2 O índice de sustentabilidade/autonomia

Nos últimos anos, inúmeros trabalhos tiveram como objetivo avaliar a sustentabilidade de sistemas de produção criando numerosos indicadores. Um indicador é uma ferramenta informacional que permite: entender uma realidade simplificando a complexidade dessa, ou ainda ordenar sistemas complexos para retirar uma informação e implica, com frequência, reduzir os dados a uma representação simbólica (GUIJT, 1998, apud ZONIN, 2007). Preferencialmente deve ser de fácil uso/manejo e de fácil entendimento. Os conceitos utilizados devem ser explicados de forma clara para não deixar espaço a dúvidas. Um aspecto bastante relevante é a impossibilidade de determinar a sustentabilidade de um sistema considerando apenas um indicador, ou indicadores, que se refiram a apenas um aspecto do sistema.

A sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores (econômicos, sociais, ambientais, entre outros) que devem ser contemplados. Dessa forma, para Bouni (1996, apud MARZALL, 2000) ao se avaliar a sustentabilidade, deve-se usar sempre um conjunto de indicadores. Assim como a avaliação de sustentabilidade, a autonomia dos agricultores compõe várias dimensões. A autonomia deve ser medida em termos sociais, estruturais e técnico-ambientais, porém como decidiu-se abordar a autonomia a partir de uma racionalidade camponesa de produção, a presente análise será tomará por base aspectos de ordem econômico e social.

O índice de sustentabilidade (IS), calculado para cada unidade de produção pode variar de 0 a 1, sendo que os valores mais próximos de 1 mostram as maiores taxas de sustentabilidade. Tal índice foi obtido a partir da média de sete indicadores, conforme se verifica nos quadros abordados nas próximas páginas.

Quadro 1 - Indicador de autonomia estrutural.

Indicador	Estrutura
Dimensão	Econômica
Parâmetros	Propriedade da Terra e Uso da Mão de obra Familiar
Descritores	A porcentagem da área de terra e da mão de obra que é da própria família. Quanto maior a porcentagem da terra e da mão de obra que é da própria família, maior a sustentabilidade relativa da unidade de produção agrícola. O índice varia de 0 a 1 não tendo unidade de medida.
Metodologia	Cálculo da porcentagem de área própria em relação à área total utilizada e cálculo da porcentagem da mão de obra familiar em relação à mão de obra total utilizada. Os valores em percentual são somados e divididos por 2, fornecendo um índice de autonomia estrutural. Para o cálculo da mão de obra foi considerado que 1 UT = 300 dias de serviço.
Relação com o conceito de sustentabilidade	A autonomia em relação à mão de obra familiar permite gestão e trabalho simultâneo, adequado a sistemas mais complexos e mais sustentáveis. A posse da terra possibilita investimentos em sistemas mais sustentáveis que são implantados para longo prazo.

Quadro 2 - Indicador de renda

Indicador	Renda
Dimensão	Econômica
Parâmetros	Renda monetária, quantidade de mão de obra familiar
Descritores	Entrada monetária acrescida da margem da produção vendida por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) em relação ao custo de oportunidade. O índice varia de 0 a 1 não tendo unidade de medida.
Metodologia	Cálculo da renda geral somando rendas oriundas do patrimônio, de aposentadorias, de atividades elaboradas fora do estabelecimento acrescentando a margem da produção vendida sem considerar a produção destinada para o consumo familiar. O valor de renda total é dividido por 12, se for anual, para obter um valor de renda mensal. Considera-se o salário mínimo (SM) como referência para o custo de oportunidade do trabalho. O índice vale 0 quando o valor da renda por UTF for menor que 1 SM. O índice vale 1 quando o valor for igual ou superior a 2 SM. Quando o valor de renda por trabalhador familiar estiver num patamar entre 1 e 2 SM, o índice varia proporcionalmente a porcentagem que o valor representa em quantidade de salário mínimo (SM).
Relação com o conceito de sustentabilidade	A renda acima do custo de oportunidade permite a manutenção e a reprodução familiar e a continuidade da unidade de produção familiar.

Quadro 3 - Indicador de diversidade de produção vendida

Indicador	Diversidade de produção vendida
Dimensão	Econômica e ambiental
Parâmetros	Diversidade na produção dos cultivos, criações e produtos transformados comercializados
Descritores	Este indicador, de autoria própria, varia entre 0 a 1. O indicador de diversidade de produção (IDP) define a dependência da Unidade de Produção Agrícola em relação a cada produto. Quanto maior o indicador, mais distribuída está a renda em relação ao número de produtos fontes de receitas da produção agrícola. Conseqüentemente, menor o grau de risco em caso de frustração de uma determinada atividade e de oscilação de preços do mercado.
Metodologia	O IDP é obtido a partir de um indicador de diversidade vegetal (IDV), de um indicador de diversidade animal (IDA) e de um indicador de diversidade de processamento (IDI). Se o produtor vender produtos oriundos da produção vegetal, da criação animal e do processamento de matérias primas, o IDP é automaticamente de 1 (o valor máximo). Para os outros casos, os valores serão obtidos por meio de sub-índices seguindo o quadro 4 seguinte:

Quadro 4 - Descrição do indicador de diversificação de produção

Produção Vegetal			Produção Animal		Processamento	
Qd espécies	Valor diversidade Perene	Valor diversidade Temporária	Qd espécies	Valor diversidade Animal	Possui	Valor
Nenhuma	0	0	Nenhuma	0	Não	0
Uma	0,2	0,2	Uma	0,4	Sim	1
Duas	0,4	0,4	Duas	0,7		
Três	0,6	0,6	Três ou mais	1		
Quatro	0,8	0,8				
Cinco ou mais	1	1				
Indicadores	IDV= (Valor div Perene + Valor div Temporária)/2		IDA = Valor diversidade Animal		IDI = 0 ou 1.	

O IDP foi calculado posteriormente com a fórmula seguinte:

$$IDP=(IDV+IDA+(IDI/5))/2,2$$

Relação com o conceito de sustentabilidade	Produção e Renda mais estável. Otimização dos fatores de produção melhorando a base de recursos camponesa.
--	--

Quadro 5 - Indicador de canais de comercialização

Indicador	Canais de Comercialização
Dimensão	Econômica e Social
Parâmetros	Diversidade e tipos de canais de comercialização além do mercado institucional.
Descritores	Números de canais de comercialização e tipos de comercialização valorizando os circuitos curtos de venda direta. O índice varia de 0 a 1.
Metodologia	Se o agricultor não possui nenhuma forma de comercialização além do PNAE, o valor fica nulo (0). Atribui-se o valor de 0,30 por canal de venda direta complementar ao PNAE (0,50 no caso da feira do produtor ³) e 0,15 por canal de venda indireta complementar ao PNAE. O valor máximo é de 1.
Relação com o conceito de sustentabilidade	Quanto maior a diversificação de canais de comercialização maior a estabilidade e a independência da renda. Quando maior a quantidade de circuitos curtos de comercialização em venda direta, maiores ficam as margens do produtor e melhor o produtor se insere social e tecnicamente no mercado- sem submeter-se tanto à lógica imperialista das grandes redes comerciais e/ou industriais (PLOEG, 2008).

³ Justifica-se uma maior pontuação no caso de participação de feira pelos grandes volumes possíveis de comercialização e o domínio que representa esse canal na América latina na comercialização consciente de alimentos ecologicamente produzidos (GUIVANT, 2003).

Quadro 6 - Indicador de capital social

Indicador	Capital Social
Dimensão	Social
Parâmetros	Participação em cooperativas da agricultura familiar ⁴ , sindicatos, associações, grupos, conselhos.
Descritores	<p>Este indicador varia entre 0 a 1.</p> <p>Cooperativa da agricultura familiar: 0,15 para associado e 0 para não associado;</p> <p>Associação: 0,15 para associado e 0 para não associado;</p> <p>Sindicato: 0,15 para associado e 0 para não associado;</p> <p>Grupos: 0,15 para participação e 0 para não participação;</p> <p>Conselhos: 0,15 para participação e 0 para não participação.</p> <p>Trabalha com outros produtores: 0,15 para trabalhos de ajuda mútua.</p> <p>Se o produtor possui uma responsabilidade mais importante em uma destas organizações, o valor correspondente fica com o valor de 0,50 em lugar de 0,15.</p> <p>Os valores 1 e 0 significam, respectivamente: alto nível de sustentabilidade social e baixo capital social.</p>
Metodologia	É medida a participação efetiva do agricultor e família no associativismo formal e informal. Os dados se baseiam nas informações dos agricultores. A soma dos valores dos parâmetros fornece o indicador de sustentabilidade relativo ao capital social.
Relação com o conceito de sustentabilidade	Parte importante das pesquisas sobre o desenvolvimento sustentável cita o associativismo como uma variável importante da racionalidade camponesa na construção do desenvolvimento sustentável.

⁴ Conforme referencial teórico a participação em cooperativa agroindustrial não é contabilizada aqui.

Quadro 7 - Indicador de gerenciamento.

Indicador	Gerenciamento financeiro e técnico
Dimensão	Financeira e técnica
Parâmetros	Avalia o grau de controle e planejamento sobre os produtos e as despesas da Unidade de Produção Agrícola.
Descritores	<p>Este indicador varia entre 0 a 1. Caso o produtor não efetue nenhum controle de custos, o indicador vale 0.</p> <p>Portanto, quanto mais próximo a 1 mais planejado e controlado e, conseqüentemente, mais sustentável é o sistema.</p>
Metodologia	<p>Não controla os custos e não tem estimativa de produção = 0</p> <p>Não controla os custos mas tem estimativa de produção = 0,2</p> <p>Não anota, mas controla os custos e as vendas (possui comprovantes) = 0,4</p> <p>Anota uma parte pequena dos custos = 0,6</p> <p>Anota grande parte dos custos = 0,8</p> <p>Anota os custos e planeja a produção = 1</p>
Relação com o conceito de sustentabilidade	Um alto grau de gerenciamento financeiro e técnico fornece mais estabilidade à unidade de produção agrícola. Ajuda para obter uma melhor eficiência técnica. Permite ao produtor maior adaptação a mudanças, maior resiliência e autonomia.

Quadro 8 - Indicador de sobrevivência

Indicador	Sobrevivência
Dimensão	Socioeconômica
Parâmetros	Avalia o grau de sobrevivência da Unidade de Produção Agrícola pela diversidade da produção destinada à reprodução da família e leva em conta a importância da pluriatividade como estratégia de subsistência da família.
Descritores	Este indicador varia entre 0 a 1. Se a família não produzir nada do que consome e não completa a sua renda com pluriatividade, o valor vale 0.
Metodologia	<p>Para cada item produzido na propriedade para o autoconsumo:</p> <p>Hortaliças: 0,15 Frutas: 0,15 Carne bovina: 0,15 Carne Suína: 0,15 Aves: 0,15 Outros animais: 0,15 Pão/Macarrão: 0,15 Doces: 0,15 Bebidas: 0,15</p> <p>Se a produção destinada ao autoconsumo da família não atingir o valor máximo de 1, será atribuída ao residual a importância da pluriatividade na renda da família e os dois valores serão adicionados.</p>
Relação com o conceito de sustentabilidade	A autossuficiência da família além de representar hábitos culturais tradicionais gera segurança alimentar e resiliência promovendo a manutenção da família na sua condição camponesa. Em complemento, a pluriatividade em caso de falta de recursos é estrategicamente valiosa para manter a família sem perder a autonomia desta.

3.3 Considerações sobre o levantamento das rendas.

Tentou-se por meio das entrevistas aproximar-se, da melhor forma, das rendas obtidas nas propriedades. Consideraram-se todas as entradas de dinheiro no que diz respeito ao funcionamento das unidades de produção, bem como no que se refere à inclusão social dos agricultores familiares. Além da atividade agrícola, as rendas das famílias podem ter origem na pluriatividade dessas, nos arrendamentos de terra bem como nas aposentadorias e pensões.

Com relação aos arrendamentos, as aposentadorias e as pensões, obteve-se facilmente os valores recebidos nas entrevistas. Para atividades ligadas à pluriatividade, obteve-se os valores perguntando diretamente para os produtores quanto resultam em dinheiro essas atividades, descontando, se for o caso, os custos variáveis ligados a estas atividades.

Quanto às atividades agrícolas, por uma questão prática, não foi considerado o valor do autoconsumo. Também por questões práticas como o tempo das entrevistas e a dificuldade dos agricultores fornecerem dados precisos em relação aos custos de produção, decidiu-se considerar somente as margens brutas descontando os custos operacionais do valor das vendas e desconsiderando os custos fixos. De certa forma a não contabilização do autoconsumo é compensada por não considerar os custos fixos da produção agropecuária. Assim sendo, chegou-se a valores de rendas gerais que, apesar de aproximativas, podem trazer dados de grande interesse ao estudo.

3.4 A criação de uma caracterização socioprodutiva das unidades de produção.

Um vez os dados levantados e tratados, foram verificadas por meio do coeficiente de Pearson, no que diz respeito à sustentabilidade, as possíveis correlações do índice de sustentabilidade com outros dados. As análises de correlações mostraram que o índice de sustentabilidade se correlaciona positivamente com a renda anual, com a quantidade de UTF e com a proporção que representa a atividade agrícola na renda geral das unidades de produção. Uma correlação positiva menos importante existe também entre o índice e o tamanho da área própria das unidades.

Com o objetivo de representar mais facilmente os valores obtidos e ajudar a comentá-los, optou-se por criar uma caracterização socioprodutiva simples da

população estudada. Como a renda é avaliada pelo segundo dos sete indicadores, se decidiu elaborar a caracterização socioproductiva, focando-se na quantidade de UTF e na proporção que representa a atividade agrícola na renda geral das unidades de produção, conforme o quadro 9.

Quadro 9 - Descrição das classes socioproductivas.

Número da classe socioproductiva	Descrição
Classe 1	Unidades de produção com somente uma UTF
Classe 2	Unidades de produção com duas UTF e uma renda dominada pela pluriatividade e/ou arrendamentos e/ou recebimentos da previdência social
Classe 3	Unidades de produção com duas UTF e uma renda principalmente agrícola.
Classe 4	Unidades de produção com mais de duas UTF e uma renda principalmente agrícola.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O PNAE NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E SEUS PARTICIPANTES

4.1.1 Características do PNAE municipal

Marechal Cândido Rondon é um município que se encontra na região oeste do Paraná, a qual foi colonizada por descendentes de europeus a partir da segunda metade do século XX. A região conta com 7 dos 20 melhores municípios paranaenses (num total de 399) em termos de índice de desenvolvimento humano (IDH) e destaca-se assim no Brasil como uma região de interior com alta qualidade de vida (PNUD, 2013). O próprio município de Marechal Cândido Rondon, possuindo um IDH médio de 0,774- sétimo nesse ranking do Estado.

A maior parte da região Oeste do Paraná (75 % das áreas) possui um relevo plano ou suavemente ondulado. O clima é do tipo Cfa (clima subtropical úmido mesotérmico), com verões quentes, sem estação seca e com poucas geadas (MAACK, 1981). Resultado do intemperismo das rochas basálticas predominam na região os solos férteis (terra roxa estruturada). Esses fatores tornam a região adequada ao plantio mecanizado de cultivos agrícolas anuais e condicionaram o forte desenvolvimento da agricultura moderna quimizada e mecanizada.

No Paraná, a região oeste é uma das que mais faz uso de agrotóxicos (IPARDES, 2010) e, talvez, isso seja uma das razões que impulsionaram a cadeia dos alimentos orgânicos na região, pois a região oeste do Paraná também tem se destacado na produção, transformação e comercialização desses (PARANÁ, 2011). A contaminação que decorre desse uso de agrotóxicos ressalta a importância para a região de Políticas Públicas que apoiam a agricultura familiar a qual é menos consumidora de química. No município de Marechal Cândido Rondon em 2013, ano da realização desta pesquisa, contava-se 2.423 estabelecimentos agropecuários que dominavam atividades ligadas à lavouras temporárias e à pecuária.

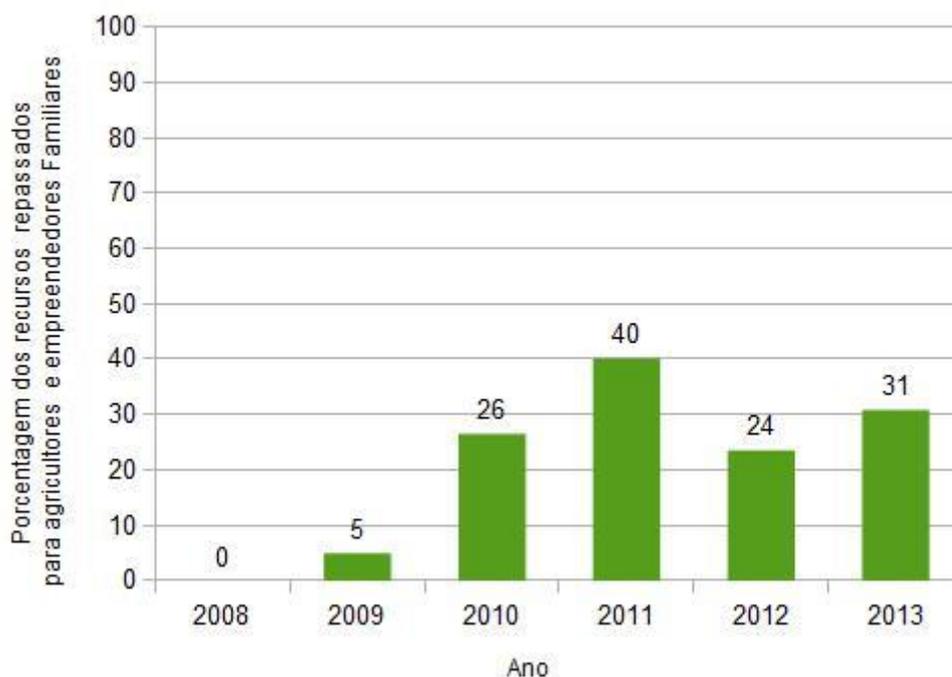
Nas lavouras temporárias, dominam os cultivos do milho, da soja, da mandioca, do fumo, da cana-de-açúcar e do trigo. No setor pecuário há predominância da bovinocultura de leite, a suinocultura e a avicultura (IPARDES, 2013). É importante ressaltar que a suinocultura e a avicultura, muito presentes no

município, ocorrem por um sistema oficialmente integrado com uma cooperativa de grande porte (Copagril ou Coopavel) ou uma empresa (Sadia, Friella, Suinocultura Rambo). A bovinocultura de leite não se trata de integração, mas de uma forte relação de clientela com laticínios, notadamente da Frimesa.

De acordo com Melão (2012), o PNAE no Estado do Paraná vem aumentando a parte da agricultura familiar em relação ao total. Esse aumento é maior a partir de 2012. Em 2011, somente 3% do total do orçamento foram gastos com agricultura familiar. Essa porcentagem sobe para 22% para o ano de 2012 e, segundo as expectativas, deveria atingir 24% em 2013.

Dados obtidos junto com a equipe gerenciadora do programa na prefeitura de Marechal Cândido Rondon indicam a dinâmica do PNAE no município em relação ao apoio a agricultura familiar (Figura 2). As compras da agricultura familiar na alimentação escolar municipal começaram, de fato, em 2009 como efeito da aplicação da lei n°. 11.947. Pode ser observado que a parte da agricultura familiar em relação ao total cresceu rapidamente, chegando a representar 40% do orçamento no ano de 2011. Os dados mostram que a dinâmica no município foi mais rápida que no Estado onde a relação era somente de 3% em 2011.

Figura 2: Porcentagem dos recursos repassados para agricultores e empreendedores familiares no PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon de 2008 até 2013.



Fonte: O autor com dados da prefeitura de Marechal Cândido Rondon

No caso de Marechal Cândido Rondon a evolução dos primeiros anos mostra que não é difícil atingir rapidamente a proporção de 30% do orçamento do PNAE com produtos da agricultura familiar. Vale notar que a porcentagem cai de 2011 para 2012. Isto se explica por questões de mudanças na equipe que gerencia o programa na prefeitura municipal, uma vez que foi trocado o nutricionista responsável pela aplicação do PNAE no município. Em 2013, o PNAE volta a se adequar a legislação adquirindo 31% do valor total da merenda municipal diretamente dos agricultores familiares do município.

No PNAE, a demanda é elaborada em parceria entre os nutricionistas e as instituições de ensino e acaba sendo realizada duas vezes por ano. A cada semestre é realizada chamada pública constando volumes e preços dos produtos a serem adquiridos. Muitas vezes, são os nutricionistas da prefeitura que efetuam tal chamada e cabe a eles, como no caso de Marechal Cândido Rondon, decidirem o preço dos itens a serem comprados dos agricultores.

O primeiro passo da operacionalização do PNAE no município passa por um orçamento, no qual a prefeitura identifica o valor do repasse realizado pelo governo federal com base no censo escolar do ano anterior. Neste momento também é definido o percentual de compra da agricultura familiar a ser efetuado. O segundo passo é a realização do cardápio pela nutricionista responsável técnica pelo programa, a qual monta o cardápio após reunir-se com o controle social, com a secretaria da agricultura, as entidades de assistência técnica e extensão rural e as entidades da agricultura familiar. O terceiro passo consiste em uma pesquisa de preço. Para definir os preços dos produtos oriundos da agricultura familiar, a pesquisa de preço leva em consideração a média dos valores pagos aos agricultores familiares por 3 (três) mercados varejistas, dando prioridade à feira do produtor da agricultura familiar. Em Marechal Cândido Rondon, são feitas várias reuniões entre os produtores interessados e os gestores municipais do programa para ajudar a acertar quantidades e valores antes de proceder à chamada pública. Seguidamente se procede a chamada pública sem processo licitatório. Após estes procedimentos, os alimentos são adquiridos e deve ser controlada a qualidade dos produtos, assim como o estoque e o armazenamento dos gêneros alimentícios.

Em Marechal Cândido Rondon, os produtores entregam suas produções diretamente na prefeitura, situada no centro do município, a qual se responsabiliza pelas entregas nas diversas instituições municipais atendidas pelo programa.

No referido município, a participação no PNAE se dá por um grupo informal onde os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais são organizados em uma associação: a Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE). A ACEMPRE é uma associação de pequenos produtores criada em 1992 e que vem comercializando os produtos dos seus associados em loja local no centro e nos diversos supermercados da cidade. Para participar do PNAE municipal, os agricultores precisam passar pela ACEMPRE, apresentar extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e Cadastro Pessoa Física (CPF).

Entrevistas com os gestores locais do PNAE indicam algumas dificuldades, entre elas: incoerências entre o que é planejado com os produtores e o que entregam, sazonalidade, falta de qualidade do produto que, muitas vezes, fica fora do ponto correto de colheita e falta de padrão para os produtos entregues. Esses desafios convergem com os dados do estudo de Silva (2012), realizado no Estado de Santa Catarina.

No primeiro semestre de 2013, no município de Marechal Cândido Rondon, estavam participando 20 DAPs, num total de 1.702 DAPs ativas, ou seja, 1,2% dos agricultores familiares que possuem uma DAP. Como explicado na metodologia, essas 20 DAPs se referem à produção de 18 propriedades. Antes de entrar em análises mais detalhadas sobre o funcionamento do PNAE no município e de seus impactos nos seus participantes, é necessário descrever quais são esses atores e quais são as características dessas propriedades.

4.1.2 O perfil dos participantes

A caracterização das unidades de produção envolvidas no PNAE municipal passa por vários aspectos que afetam diretamente a forma de produzir tais como:

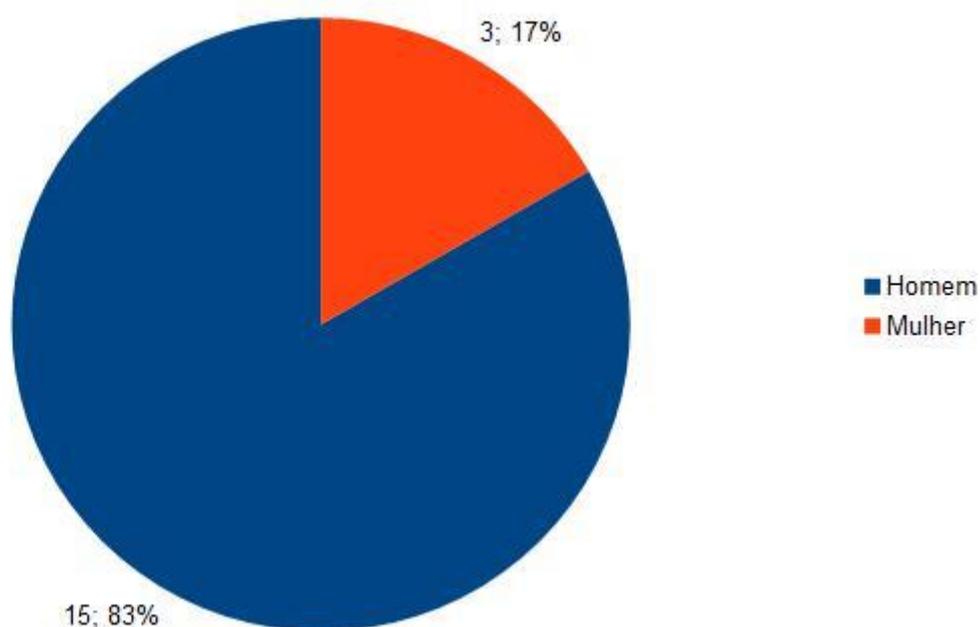
- a) o gênero do responsável da unidade de produção no programa;
- b) a faixa etária dessa pessoa;
- c) a área da propriedade;
- d) a quantidade de mão de obra familiar contribuindo na dinâmica de produção da propriedade;
- e) a localização da propriedade e sua distância em relação ao centro da cidade de Marechal Cândido Rondon;
- f) a diversidade de canais de comercialização;

- g) o uso de internet;
- h) a questão da sucessão familiar no sistema de produção;
- i) a ligação com a ACEMPRE.

4.1.2.1 O gênero dos responsáveis pelas unidades de produção

No que diz respeito ao gênero (Figura 3) dos responsáveis das unidades de produção no PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon, o estudo revela que 83,3 % são homens. Somente 3 sobre 18 (16,7%) unidades de produção são representadas por mulheres.

Figura 3: Gênero dos responsáveis das unidades de produção no PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon, no início de 2013.



Fonte: O autor

Esses dados demonstram que a cultura patriarcal, herdada da época da colonização, predomina no ambiente rural do público entrevistado. No entanto, apesar do nítido patriarcado dominante, é importante notar que as mulheres presentes nos sistemas de produção podem ter seus espaços de construção valorizados (BIASE, 2010).

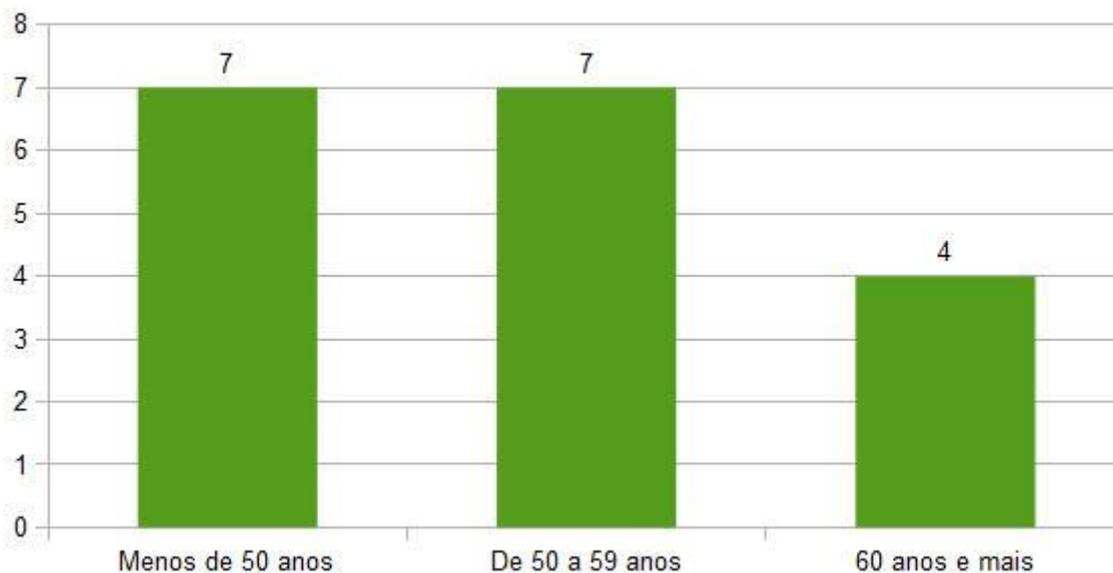
Na racionalidade campestre, quem dirige o processo produtivo é o pai da família, é ele que se responsabiliza pela transferência dos saberes e da sucessão

sem a pretensão de explorar a força de trabalho familiar. A divisão do trabalho entre homens e mulheres na propriedade ocorre seguindo uma « cooperação simples » e uma « cooperação complexa ». Na « cooperação simples », homens e mulheres fazem as mesmas tarefas, por exemplo, as capinas e colheitas. Na « cooperação complexa », eles e elas se responsabilizam por tarefas distintas, porém complementares na dinâmica do sistema de produção. Dessa forma, os homens executam as atividades voltadas para o mercado, enquanto as mulheres realizam as atividades ligadas à casa, às produções de subsistência, tais como : a horta caseira, o pomar caseiro e os animais criados para « o gasto »- a dita reprodução familiar (BIASE, 2010).

4.1.2.2 A idade dos responsáveis das unidades de produção

Em relação à faixa etária dos responsáveis das unidades de produção do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon (Figura 4), notamos que o mais jovem possui 34 anos e que o mais idoso tem 67 anos e que idade média é de 53 anos. Em linhas gerais: 39 % possuem menos de 50 anos, 39 % ficam entre 50 e 59 anos e somente 22 % tem 60 anos ou mais. Somente 11 % possuem 65 anos ou mais. Se for comparar esses números com os do IBGE, onde 18 % dos produtores rurais possuem 65 anos e mais (SEBRAE, 2012), podemos afirmar que os idosos são menos representados no PNAE do município de Marechal Cândido Rondon que na população rural brasileira.

Figura 4: Número de unidades de produção por faixa etária do responsável.



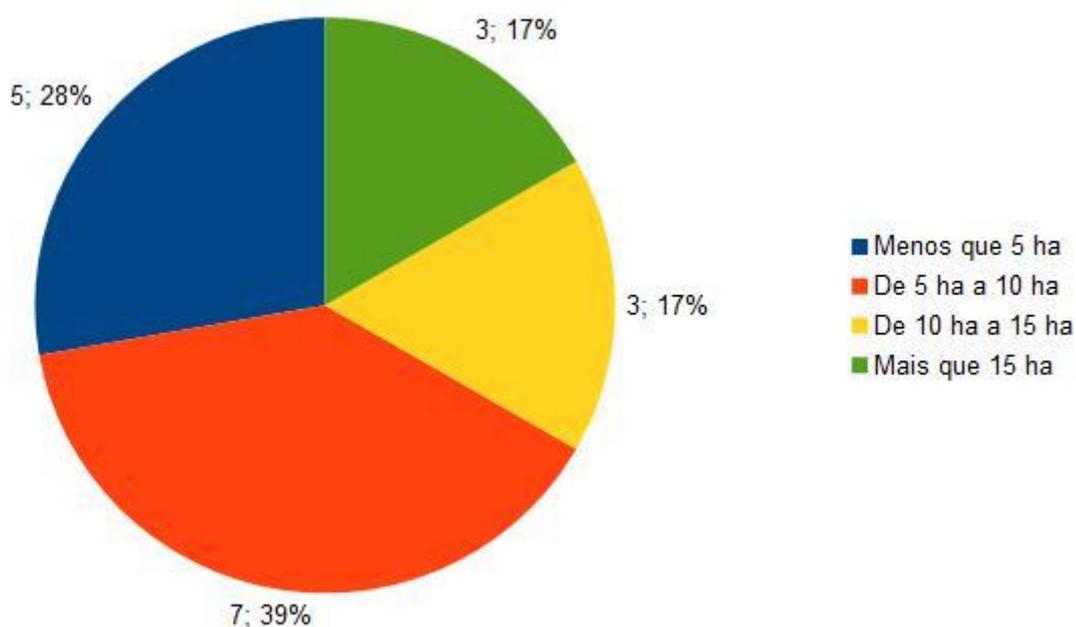
Fonte: O autor

No que diz respeito à presença de aposentadorias na renda das unidades de produção do programa, podemos notar que 39 % (7 sobre 18) das propriedades contam com a aposentadoria de pelo menos um membro da família envolvido na produção. Esse número é importante pois chega a representar perto da metade das propriedades envolvidas no programa municipal.

4.1.2.3 A estrutura agrária das unidades participantes

Em relação ao tamanho das áreas das propriedades (Figura 5), vale observar que as áreas das unidades de produção são pequenas, pois a média das áreas é de 8,7 hectares. Dessa forma: 28 % são menores do que 5 hectares, 39 % possuem entre 5 e 10 hectares e somente 17 % são propriedades entre 10 e 15 hectares. Das propriedades que possuem mais de 15 hectares, verificou-se apenas 3, sendo que a maior de todas conta com 23,6 hectares.

Figura 5: Tamanho das áreas dos participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon no início de 2013.



Fonte: O autor

A menor extensão é representada por uma propriedade urbana que fica na cidade e apresenta como única área própria o terreno de 100 metros quadrados, onde fica a casa da família. A área de produção que totaliza 1,4 hectares é conquistada através de negociações com a prefeitura e com familiares que deixam produzir em lotes urbanos. Somente uma outra propriedade produz em terras que não são próprias arrendando de outros para o plantio de grãos. Das 18 propriedades envolvidas, 88,9 % são integralmente donas das suas áreas de produção. Ainda, 27,8 % (5 de 18) das propriedades arrendam parte de suas áreas para outros e assim recebem uma renda complementar. Nessas propriedades que arrendam parte de suas terras, encontramos a maior propriedade de todas, uma na qual o produtor prefere investir sua mão de obra em trabalhos fora da propriedade e três outras de aposentados sem condições de trabalhar essas áreas arrendadas.

4.1.2.4 A força de trabalho das unidades de produção.

Em termos de força de trabalho observa-se a natureza e a quantidade desta. Sobre a natureza da força de trabalho, 77,8 % das unidades de produção utilizam exclusivamente mão de obra familiar. Somente 4 propriedades (22,2%) empregam

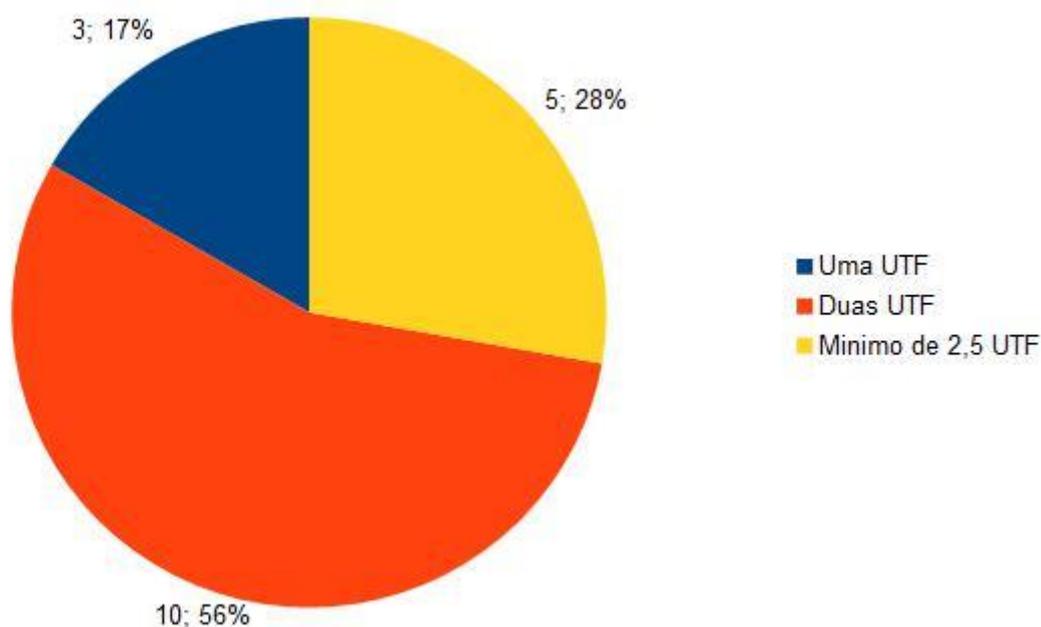
mão de obra externa, sendo que dessas 4, uma unidade emprega 9 % da força de trabalho enquanto a família responde por 91 % do total. Nas outras 3 unidades menos de 5 % do trabalho vêm de fora da família. Dessa forma, verifica-se o nítido predomínio das famílias no trabalho das propriedades envolvidas no PNAE municipal. O uso quase exclusivo da mão de obra familiar não vem da superioridade dessa, mas parece ser o resultado de uma forte elevação do custo da mão de obra contratada, como ressaltado por um dos agricultores entrevistados: “[...]A mão de obra tá muito cara. Antigamente a diária de serviço estava parelha com o saco de milho. Hoje custa entre R\$ 100 e R\$ 150 enquanto o saco de milho vale R\$ 19” (agricultor B).

No que diz respeito à quantidade de mão de obra familiar (Figura 6), é importante notar que, em geral, as propriedades enfrentam uma realidade de escassez de mão de obra pois, em média, as unidades possuem 2,16 Unidades de Trabalho Familiar (UTF). No universo das 18 propriedades pesquisadas, 3 (17%) unidades de produção contam com apenas uma unidade de trabalho familiar (UTF). Nesta situação encontramos pessoas solteiras ou viúvas sem presença de familiares disponíveis para ajudar na produção. Uma produtora viúva, com dois filhos que moram na propriedade, ressaltou o problema de eles não quererem assumir a produção:

[...] A terra é pouca, se não produzir hortaliças não vai. O trabalho da horta é difícil, não é valorizado. Trabalhar com horta orgânica exige muita mão de obra. Três anos atrás, tínhamos orgânicos. Fazíamos feira. Era tudo na enxada. Meu marido morreu. Sofri um acidente. A nova geração não vai cavoucar horta. Não vai tirar uma renda aqui! (agricultor F).

Um pouco mais da metade do total das propriedades (10 de 18, 56%) contam com duas unidades de trabalho familiares. Nessa posição, além de um caso onde um produtor solteiro aliou-se com o sobrinho dele, trata-se de casais sem presença de familiares disponíveis para ajudar na produção. Somente 28 % das propriedades (5 de 18), contam com pelo menos 2,5 UTF. Nessas unidades de produção encontramos casais com a presença de familiares disponíveis para ajudar nos processos produtivos da propriedade.

Figura 6: Quantidade de UTF nos participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon no início de 2013.

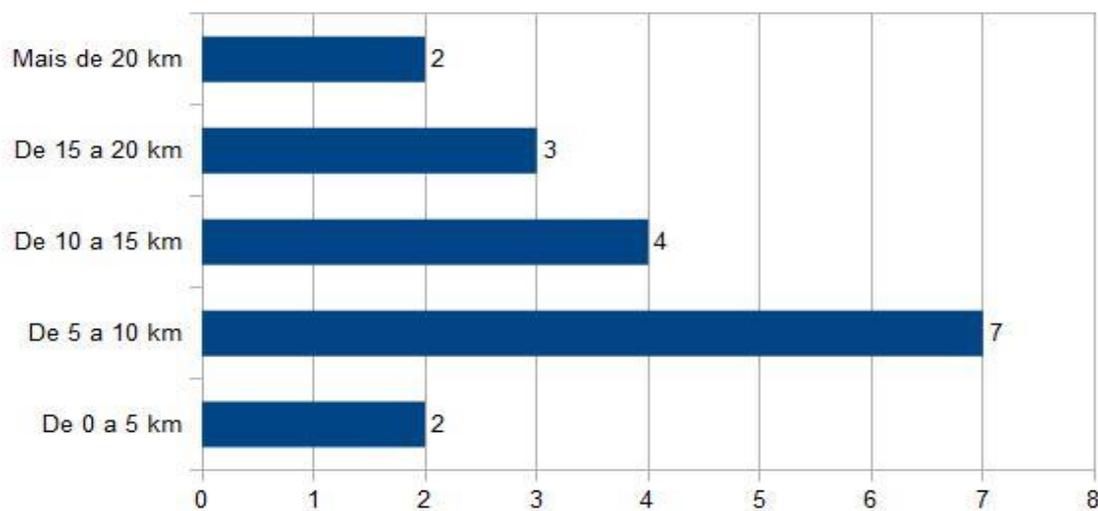


Fonte: O autor

4.1.2.5 A localização das unidades de produção.

Quanto à localização das unidades de produção e de suas distâncias em relação ao centro da cidade, onde os produtores realizam as entregas, existem também diversas realidades. A propriedade mais próxima se encontra a 1,9 km do centro, enquanto a propriedade mais afastada fica a 25 km da prefeitura. Em média, as propriedades ficam a 11,3 km da prefeitura (Figura 7). Podemos afirmar que em geral as unidades de produção não estão a uma distância que prejudica o sistema, já que 50 % das propriedades ficam a menos de 10 km da prefeitura. Somente no caso das duas propriedades mais afastadas, os produtores declararam que a distância influenciou na produção praticada, um reduzindo a diversidade de frutíferas manejadas e o outro passando de um sistema focado em produtos perecíveis (hortaliças) a uma produção de grãos. Dois outros produtores ressaltaram que a distância torna-se um fator complicador pelos gastos em combustível que essa acarreta. Aparece neste item o gargalo em termos de custos de logística para o qual medidas compensatórias poderiam ser implementadas pelas instituições que são responsáveis localmente pela distribuição dos alimentos. No caso do PNAE municipal, essas medidas poderiam ser consideradas pela prefeitura.

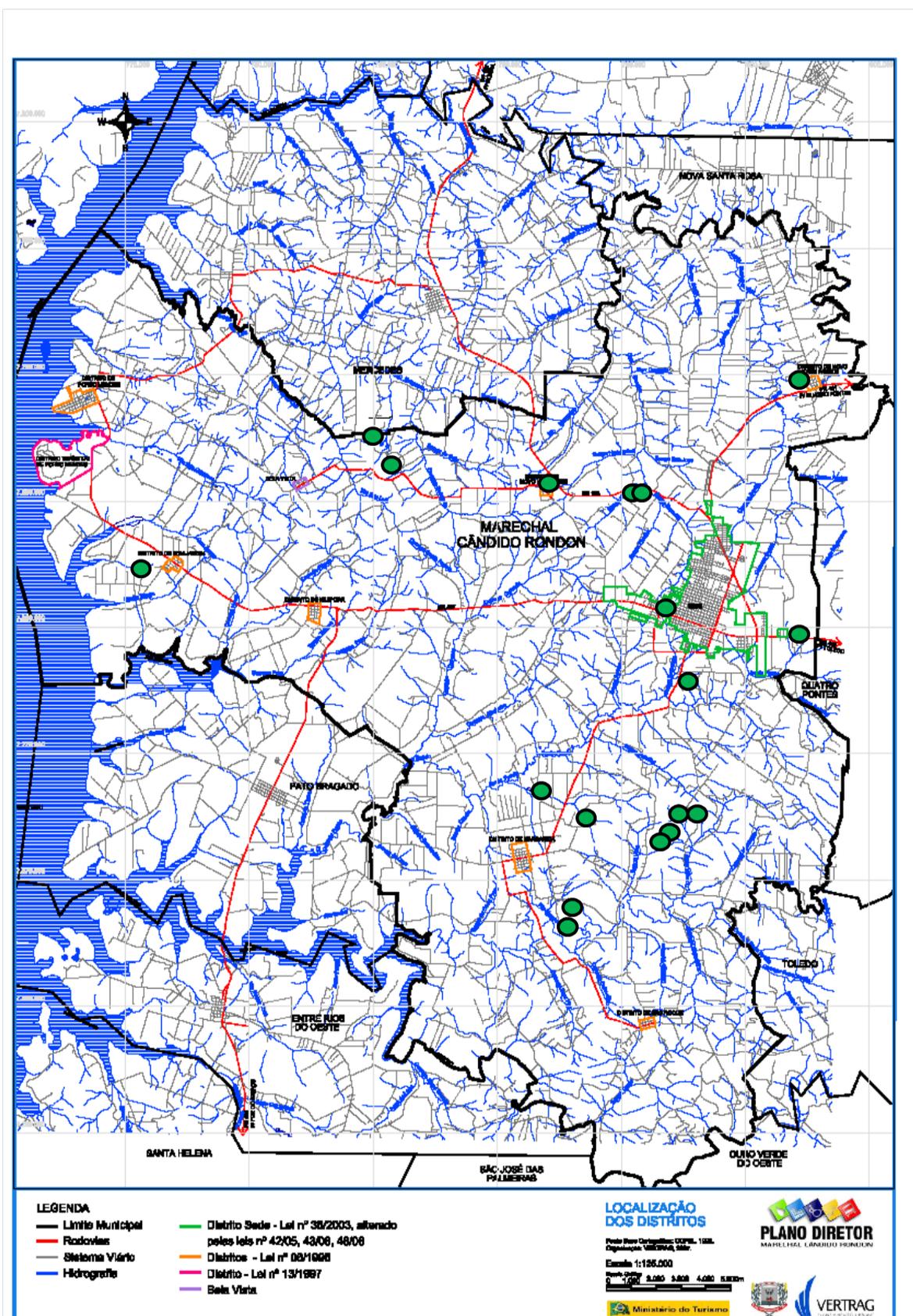
Figura 7: Número de participantes segundo a distância até a prefeitura.



Fonte: O autor

No tocante a localização das unidades de produção (Figura 8), há uma propriedade que se encontra na cidade de Marechal Cândido Rondon, uma que se encontra perto da entrada da cidade na BR467, duas que situadas nos povoados de distritos e duas na vila rural. Dessa forma, consideramos 12 unidades que se encontram numa realidade mais rural. Vale ressaltar que dois produtores ressaltaram a periculosidade da estrada (BR - rodovia federal) que liga a propriedade à cidade de Marechal Cândido Rondon.

Figura 8: Localização dos participantes no município

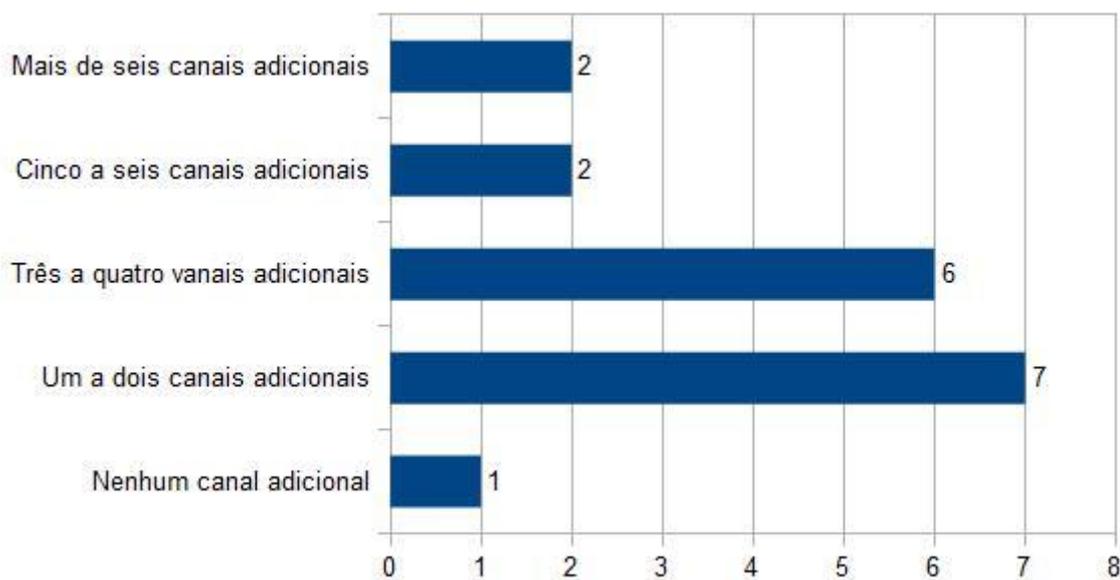


Fonte: O autor a partir do mapa do plano diretor de Marechal Cândido Rondon

4.1.2.6 As unidades de produção e os seus canais de comercialização

No que se refere à diversidade de canais de comercialização, destacam-se várias informações interessantes como a diversificação dos canais de comercialização dos produtores em questão. Considerando-se que todos os produtores entrevistados entregam por meio do PNAE municipal, analisa-se a questão da dependência em relação a este canal de comercialização (Figura 9). Assim, dos 18 produtores, apenas 1 não possui outro meio de comercialização. Os dois produtores mais diversificados possuem 8 canais complementares. Em média, além do PNAE municipal, os produtores possuem 3,17 canais de comercialização. Um pouco menos da metade do público (39 %) possui, além do PNAE municipal, de um a dois canais complementares, enquanto um terço (33 %) diversifica um pouco mais, pois tem de três a quatro canais adicionais.

Figura 9: Número de participantes do PNAE em relação a quantidade de canais de comercialização adicionais.



Fonte: O autor

Quanto ao caráter curto ou longo dos circuitos de comercialização praticados pelos participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon, podem ser feitas algumas observações. Dessa forma, pode-se perceber que metade dos produtores faz o escoamento de parte de sua produção por algum circuito longo de

comercialização, enquanto a outra metade só comercializa por meio de circuitos curtos. No caso dos circuitos longos, tem-se o seguinte quadro de vendas: leite para laticínios, grãos para empresas ou grandes cooperativas, assim, 7 produtores entregam leite para laticínios e somente 2 produtores entregam grãos para cooperativas ou empresas agroindustriais.

Contabilizando todos os canais de comercialização, das 18 unidades de produção, temos um total de 75, dos quais somente 19 correspondem a circuitos longos de comercialização- o que representa apenas 25 %. Assim sendo, é relevante notar que no conjunto das estratégias de comercialização predominam, de forma nítida, os circuitos curtos de comercialização, ou seja, os mesmos em que há uma intervenção, no máximo, de um intermediário entre o produtor e o consumidor. No entanto, vale notar que quando há presença de circuitos longos de comercialização na propriedade, esses tendem a escoar a maior parte das vendas-é o caso de 7 dos 9 produtores que possuem algum circuito longo.

Considerando apenas os circuitos curtos de comercialização, 84 % se referem a vendas diretas por meio do MIA, mas também: por vendas na propriedade, entregas em casas da cidade ou em vizinhos, participação da feira do produtor ou ainda por venda via ACEMPRE. Somente 16 % dos circuitos curtos levantados teriam um caráter indireto e esses se materializam pelas vendas para restaurantes, lojas e supermercados locais. Em relação às vendas diretas, 39 % (7 de 18) vendem na propriedade, 39 % vendem pela ACEMPRE, 33 % fazem entregas em casas e somente 2 (11%) produtores participam da feira do produtor. No que diz respeito às vendas via mercado institucional, além do PNAE municipal- do qual todos os entrevistados participam- 3 (17%) produtores vendem parte de sua produção também via o PNAE estadual, por meio da COPERFAM, e 2 (11%) produtores participam do PAA via o PROVOPAR.

A COPERFAM é uma cooperativa da agricultura familiar com sede em Quatro Pontes, município vizinho, e que operacionaliza o PNAE estadual na região. Tal cooperativa adquire produtos de agricultores situados em toda a região e entrega as produções nas diversas instituições de ensino estaduais da região.

O PAA é um programa voltado à aquisição de alimentos e produtos da agricultura familiar. Esse programa é destinado às populações que encontram-se em situações de insegurança alimentar e nutricional, é um dos resultados da luta contra a fome que ocorre desde os anos 80 no Brasil. O PAA surgiu após Luís Inácio Lula

da Silva ter conquistado a presidência da república em 2002 e foi instaurado em 2003, como componente do Programa Fome Zero. Financiado pelo Ministério do desenvolvimento Social, o PAA propõe, desde a sua criação, estabelecer uma nova relação entre beneficiários e agricultores familiares. O PAA é conhecido como um programa que valoriza a produção ecológica, pois confere aos produtos de base ecológica um diferencial de 30% do preço de compra em comparação com produtos da agricultura convencional. A compra de alimentos pelo PAA ocorre sem licitação, com preços de referência baseados nos mercados regionais, sendo que os agricultores beneficiados devem se enquadrar no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O valor anual máximo de venda por agricultor para o PAA é de R\$ 4.500.

Em Marechal Cândido Rondon, existiu entre 2004 e 2011 a operacionalização do PAA via a ACEMPRE e o CAPA. A partir de 2011, a equipe não conseguiu mais aprovação dos projetos propostos. No entanto, o PAA no município está sendo operacionalizado pelo PROVOPAR e conta com o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária. O PAA atende a oito entidades, são elas: a ADEFIMAR (Associação dos Deficientes Físicos de Marechal Cândido Rondon), ABEC (Associação Beneficente Cristo), Alvorada Social, Centro de Recuperação Caminho da Vida, Asilo Lar Rosas Unidas, COOPERAGIR, Guarda Mirim e Pastoral da Criança.

Vale aqui observar que tanto o PNAE estadual quanto o PAA são programas que adquirem produtos da agricultura familiar, mas cujos preços são tabelados pela CONAB. Dessa forma, o funcionamento destes programas é menos democrático que no caso do PNAE municipal onde os agricultores podem negociar e conquistar valores melhorados junto com os gestores locais.

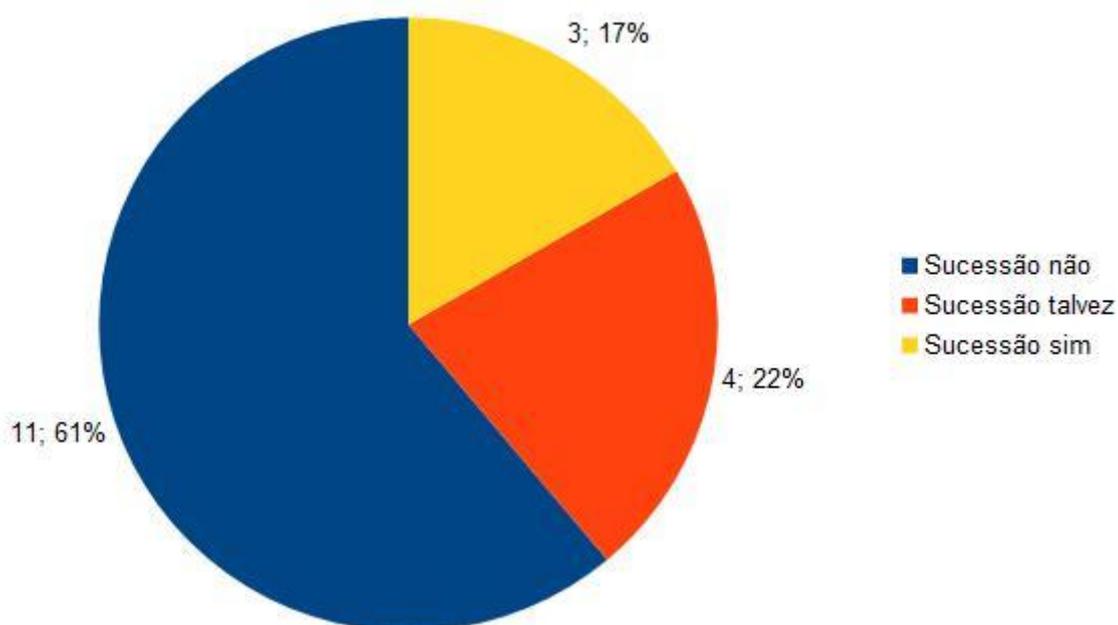
4.1.2.7 Outras considerações sobre as unidades participantes.

Considerando que somente 39 % do total de brasileiros possuem internet (SNA-SP, 2014), observa-se que o público entrevistado apresenta uma boa taxa no que diz respeito à inclusão digital, uma vez que, conforme verificado no presente estudo, 61 % dos produtores possuem internet na propriedade.

No que diz respeito à sucessão familiar (Figura 10) nos processos produtivos da propriedade, somente 17 % afirmam, com segurança, que a propriedade será

assumida pelos filhos. A maioria (61 %) dos produtores afirma não haver sucessão, enquanto 22 % ainda não sabem se um dos filhos assumirá a produção do estabelecimento.

Figura 10: Número de unidades de produção em relação à sucessão familiar.



Fonte: O autor

Acredita-se, muitas vezes, que a inclusão digital por meio da presença de internet na propriedade pode contribuir para manter os jovens na unidade produtiva familiar e melhorar a gestão da produção (BERTOTTI, 2013). No caso deste estudo, vale notar que todas as três unidades que afirmam ter sucessão na propriedade possuem internet no estabelecimento.

Das 18 propriedades envolvidas no PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon, verificou-se que 9 delas (50%) possuem alguma relação com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). De fato, o CAPA tinha algumas informações, alguns registros para essas 9 propriedades. O CAPA é uma Organização Não Governamental (ONG) cuja formação foi influenciada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e presente em Marechal Cândido Rondon desde 1997. Desde o início de sua atuação na região, quando se tornou responsável pelo acompanhamento técnico dos produtores da ACEMPRE, o CAPA assessora tecnicamente produtores do município e da região com foco na agroecologia

(BURIN, 2010). Também, em 2013, o CAPA de Marechal Cândido Rondon é sede do núcleo oeste do Paraná da Rede Ecovida de Agroecologia, único sistema participativo de garantia de produção orgânica presente do Estado do Paraná.

A relação dessas 9 propriedades se materializa pela assistência técnica fornecida pelo CAPA como é o caso de 3 propriedades. Essa relação também se deve à participação da ACEMPRE, associação com a qual o CAPA mantém forte relações e ainda devido a participação na Rede Ecovida de Agroecologia, na qual produtores não certificados participam das dinâmicas participativas.

Em termos de produção orgânica, o município de Marechal Cândido Rondon possui 6 produtores todos certificados pela Rede Ecovida. O PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon se relaciona diretamente com dois desses produtores: um produtor de hortaliças orgânicas e um produtor de grãos orgânicos. Antes de entregar na merenda escolar, o produtor de grãos processa sua produção via um produtor que possui um moinho certificado orgânico. Dessa forma, podemos afirmar que o PNAE municipal é canal de comercialização para 50 % dos agricultores orgânicos certificados do município. Sobre os 2.423 estabelecimentos agropecuários do município, os produtores orgânicos representam um pouco menos de 0,25 %, enquanto nos estabelecimentos atingidos pelo PNAE municipal estes representam quase 16 %.

Tais dados demonstram que, por mais incipiente que se encontre a agricultura orgânica no município e mesmo com suas limitações, devido à forte representação dos produtores orgânicos no PNAE municipal, o programa impulsiona a produção ecológica no município, informação que lembra as conclusões de um estudo, desenvolvido por Becker (2010) sobre o PAA em um município do Rio Grande do Sul.

Frente a momentos de entrevistas nos quais os produtores ficaram sem vontade de responder pela imagem negativa que veicula deles, os níveis de escolaridade não foram levantados para todos os produtores e decidiu-se não analisar esse dado pelo caráter incompleto do levantamento. Vale notar que entre os produtores rurais os níveis de escolaridade são geralmente baixos (SEBRAE, 2012), mas isso não impede bons desempenhos agrícolas inclusive na agricultura orgânica (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006). De fato, na agroecologia, os saberes tradicionais dos agricultores podem ser considerados tão importantes quanto o saber

acadêmico. No entanto, entende-se que os níveis de escolaridade poderiam ter sido um dado complementar interessante nesse estudo.

4.2 RENDAS DOS PARTICIPANTES E CONTRIBUIÇÕES DO PNAE.

Antes de buscar analisar a contribuição do PNAE na situação financeira dos agricultores, é necessário entender e medir quais são as rendas dos atores em questão e como elas são formadas.

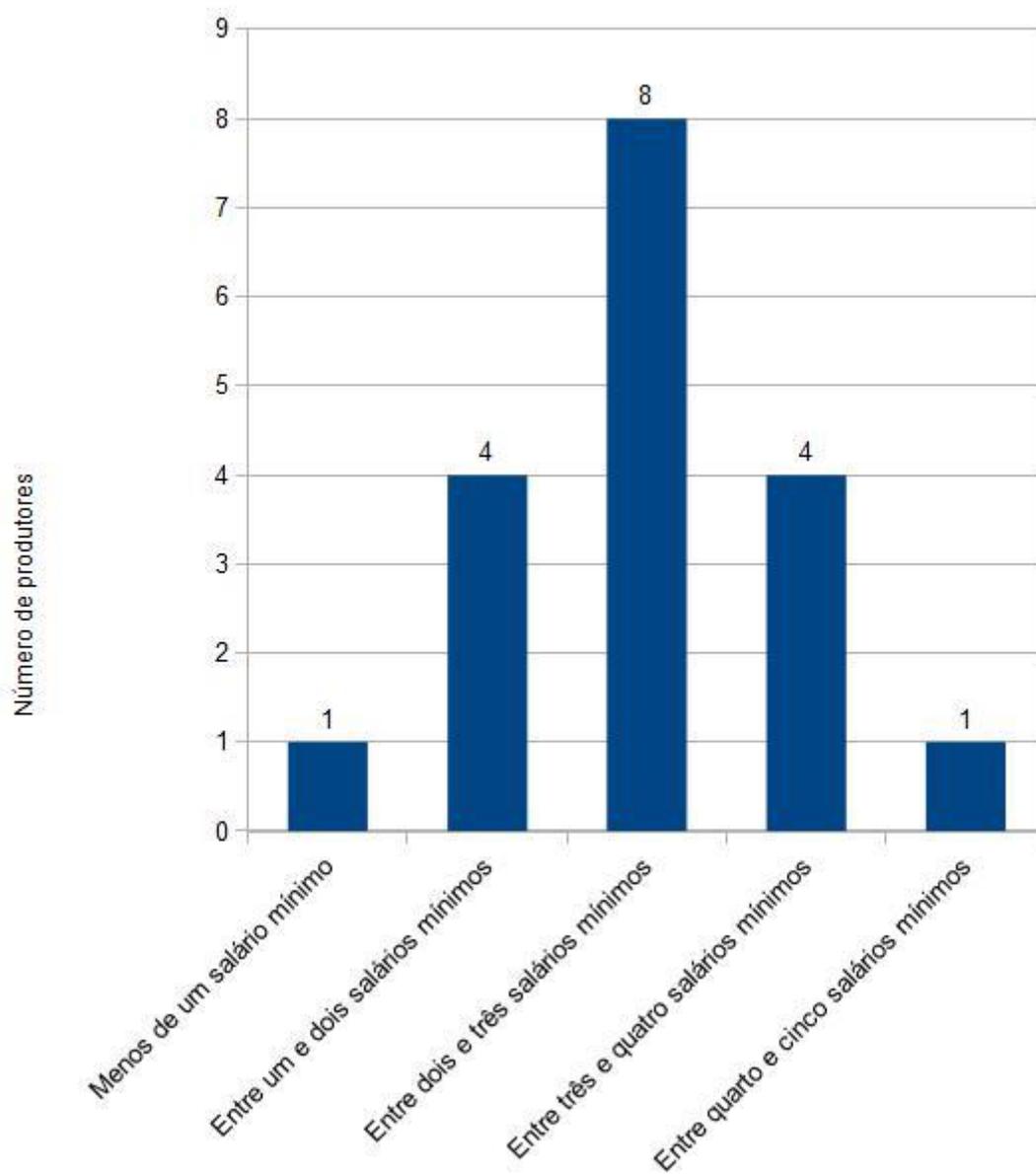
4.2.1 A heterogeneidade das rendas.

Em primeiro lugar, abordando as rendas anuais dos estabelecimentos envolvidos, observa-se uma grande heterogeneidade pois elas vão de R\$ 10.900,00 a R\$ 88.830,00 para uma média de R\$ 42.722,00. A fim de facilitar a representação dessa renda por trabalhador, esses valores serão expressos por unidade de trabalho familiar mensalmente e situados em relação ao valor do salário mínimo (de R\$ 678,00, no início de 2013).

Dessa forma, obteve-se o gráfico da Figura 11, no qual podemos observar que há uma (5,5 %) propriedade na qual os trabalhadores recebem menos de um salário mínimo, quatro (22%) propriedades nas quais os trabalhadores recebem o equivalente de um a dois salários mínimos, oito (44%) propriedades nas quais os trabalhadores recebem o equivalente de dois a três salários mínimos, quatro (22%) propriedades nas quais os trabalhadores recebem entre três a quatro salários mínimos e, por fim apenas uma (5,5%) propriedade na qual os trabalhadores recebem o equivalente de quatro a cinco salários mínimos.

Dado o exposto, observa-se que para a grande maioria das propriedades, aproximadamente de três quartos, envolvidas no PNAE municipal os trabalhadores recebe menos de R\$ 2.034,00 mensalmente, um valor que na realidade deve ser bem inferior se consideramos os custos fixos das atividades agrícolas.

Figura 11: Número de participantes por faixa de renda



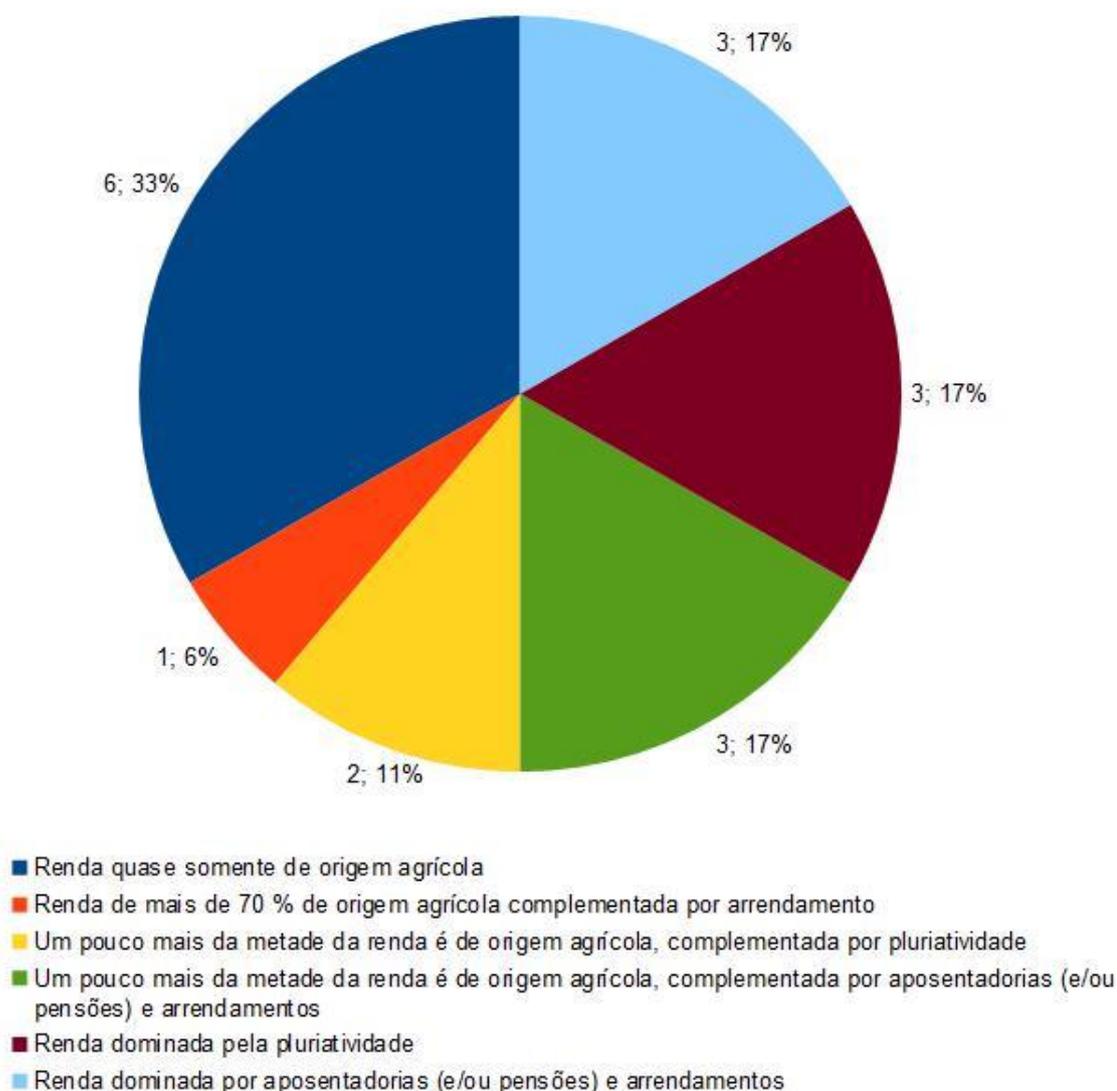
Fonte: O autor.

4.2.2 A diversidade das fontes de renda.

No que tange a diversidade das fontes de rendas pode-se fazer várias considerações. Essas fontes de rendas espelham as estratégias das unidades de produção para assegurarem sua reprodução e informam muito sobre os seus sistemas de produção e suas lógicas de se perenização.

Os números obtidos podem surpreender, pois as rendas não agrícolas tem grande importância no equilíbrio financeiro das famílias. Somente um terço (6 sobre 18) das propriedades tem na atividade agrícola sua única fonte de renda. Uma propriedade (5,5%) completa sua renda agrícola com arrendamento de terra. A pluriatividade tem grande importância na população considerada, pois 11 % (2 propriedades sobre 18) complementam suas rendas com outras atividades, sendo que esse número chega a quase 50%, e 16 % (3 propriedades de 18) tem na pluriatividade sua principal fonte de renda. Recebimentos da previdência social rural (aposentadorias e pensões) e arrendamentos são da mesma forma muito importantes nas rendas dos estabelecimentos, pois um terço das propriedades depende fortemente dessas.

Figura 12: Número de produtores segundo a origem da renda.



Fonte: O autor

4.2.2.1 A importância da pluriatividade.

Segundo Carneiro (1996 apud SCHNEIDER, 2003), o campesinato sempre recorreu à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, mas, se for compreendida como contradição à modernidade dos produtores rurais especializados, a pluriatividade representa uma situação recente, representativa do pós-productivismo dos anos setenta. Apesar das divergências teóricas, a expressão descreve o processo de diversificação do uso da força de trabalho que acontece

dentro e fora do estabelecimento rural e pode mostrar o surgimento de um conjunto de novas atividades no meio rural.

Para Schneider (2003), uma das mais rigorosas e consensuais definições da pluriatividade é proposta por Fuller (SCHNEIDER, 2003), para quem:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*homebased farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (FULLER, 1990, apud SCHNEIDER, 2003).

Para Schneider (2003), o desenvolvimento de uma estratégia pluriativa na unidade de produção agrícola depende de decisões individuais ou familiares e é uma das estratégias de sobrevivência da família que consegue então manter a moradia no campo e ter a ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Frequentemente essa estratégia se deve à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica (SCHNEIDER, 2003). Ainda o conceito teórico sobre a pluriatividade envolve questionamentos mais amplos sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo, onde vários autores consideram que a pluriatividade é uma estratégia de reprodução campesina que pode conferir às famílias uma relativa autonomia em relação ao capital (PLOEG, 2008; TOLEDO, 1992; WANDERLEY, 1995).

Segundo a lei nº11.326, cuja redação foi alterada pela lei nº12. 512, que estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar, além de exigências sobre o tamanho da área e o uso predominante da mão de obra familiar, os agricultores familiares devem, para serem considerados como tal, ter um « percentual mínimo da renda familiar originada do seu estabelecimento [...] na forma definida pelo Poder Executivo » (BRASIL, 2006). Antes da alteração no texto de 2006, a lei estipulava que a renda familiar fosse predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento. O texto inicial visava assegurar que somente sejam considerados agricultores familiares aqueles produtores que

tenham no estabelecimento agrícola sua principal fonte de renda. Isso significava que pelo menos 50% da renda devia ser originada no estabelecimento.

Alguns autores restringem o quadro nas suas definições estipulando que o agricultor familiar deveria ter mais de 80 % da sua renda provindo da agricultura (BITTENCOURT e BIANCHINI, 1996). Se considerar esses percentuais de 80% ou 50% da renda originada pelas atividades ligadas ao estabelecimento agrícola para definir a agricultura familiar, respectivamente 33 % ou 61 % dos participantes do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon poderiam ser considerados de agricultores familiares, os outros sendo categorizados como prestadores de serviço, aposentados, rentistas etc.

Existem por traz dessa concepção da agricultura familiar visões claramente voltadas para a produção agrícola e pouco abertas a considerar a pluriatividade como uma estratégia importante que possa auxiliar na manutenção do homem no campo. Uma das explicações podem se encontrar no estatuto do agricultor familiar, o qual é beneficiado por muitas leis sociais, entre as quais se destacam recursos da previdência social rural ou ainda o acesso a crédito com juros subsidiados.

Outros questionamentos surgem com a importância que ocupa a pluriatividade nas unidades de produção. Como explicar que agricultores fortemente pluriativos, cuja renda não-agrícola representa quase toda a renda da família, não acabam tornando-se assalariados? Segundo Stanek (1997, apud STROPASOLAS, 2006) o “apego à terra” pode explicar um comportamento economicamente irracional que mantém o produtor ligado à sua unidade de produção, mesmo quando a renda da unidade agropecuária é deficitária.

4.2.2.2 A previdência social rural.

Quase metade do total das propriedades (39% ou 7 sobre 18) tem parte de sua renda provinda de aposentadorias e/ou pensões. Para estas, os recebimentos da previdência social representam em média 37 % das suas rendas- o que é muito importante.

As aposentadorias e as pensões os agricultores que recebem são pagas pela previdência social rural. De forma geral, a previdência social estrutura-se através de dois sistemas: o sistema de capitalização- no qual os trabalhadores vão capitalizando durante sua vida ativa o benefício que receberão no futuro, e o sistema

de repartição- onde os trabalhadores ativos financiam como contribuintes os aposentados do mesmo período. No caso das pensões e das aposentadorias dos agricultores familiares é o sistema de repartição que ocorre (KRETER; BACHA, 2006).

É importante mencionar que após a constituição de 1988, a qual instaurou a universalização da seguridade social e englobou as questões de previdência social, os benefícios do sistema previdenciário melhoraram muito para os agricultores familiares. As melhorias se referem aos valores recebidos, à idade de concessão das aposentadorias e também à igualdade de direitos entre as pessoas da mesma família rural (KRETER; BACHA, 2006). Os agricultores familiares que recebem esses recursos são considerados como segurados especiais. Neste contexto, os agricultores se submetem a lei 11.718/2008 que rege este estatuto. Hoje a previdência é uma política social importantíssima para os agricultores familiares apesar do valor baixo do salário mínimo. Em uma dissertação de 2002 orientada pelo professor Sergio Schneider é dito que:

as aposentadorias rurais representam no período recente uma estratégia e um recurso para reprodução de muitas famílias rurais, mesmo que em boa parte dos casos isto signifique apenas a manutenção de unidades produtivas dedicadas quase exclusivamente à subsistência e ao autoconsumo. (BIOLCHI, 2002)

Autores indicam que a previdência rural se tornou no Brasil o principal instrumento de sustensão da agricultura familiar e que estes recursos são necessários mesmo que a agricultura familiar, no seu conjunto geral, contribua muito pouco para o sistema previdenciário (DELGADO, 1999; SCHWARZER, 2000).

O caráter assistencial dessa política aliado ao fato que são as contribuições dos trabalhadores urbanos que pagam os benefícios dos trabalhadores rurais (DELGADO; CASTRO, 2003; CÂMARA, 2011) assim como a visão descrita anteriormente que privilegia a produção agrícola frente à pluriatividade criou um quadro no qual os agricultores pluriativos se orientam para trabalhos informais para não perder o estatuto de segurado especial. De fato, as atividades remuneradas fora do estabelecimento rural não podem ultrapassar a quantidade arbitrária de 120 pessoas/dia por ano e por grupo familiar (BRASIL, 2008).

A importância significativa das aposentadorias e/ou pensões no público beneficiário do PNAE municipal chama ainda mais a atenção ao notar que, em duas das dezoito entrevistas, os produtores indicam que uma das principais razões da

participação no programa é para pegar a nota do produtor no âmbito de facilitar a justificção do trabalho rural e poder aposentar-se como agricultor familiar. Por mais que o PNAE revele ser uma política pública de inclusão social para os agricultores familiares e que isso seja muito importante para a população idosa do campo, imagina-se que seria melhor se o PNAE servisse para incluir de forma mais incisiva agricultores jovens, por exemplo, valorizando mais as produções nas quais jovens participam e, assim, incentivar os jovens a atuarem nas dinâmicas de produção agrícolas.

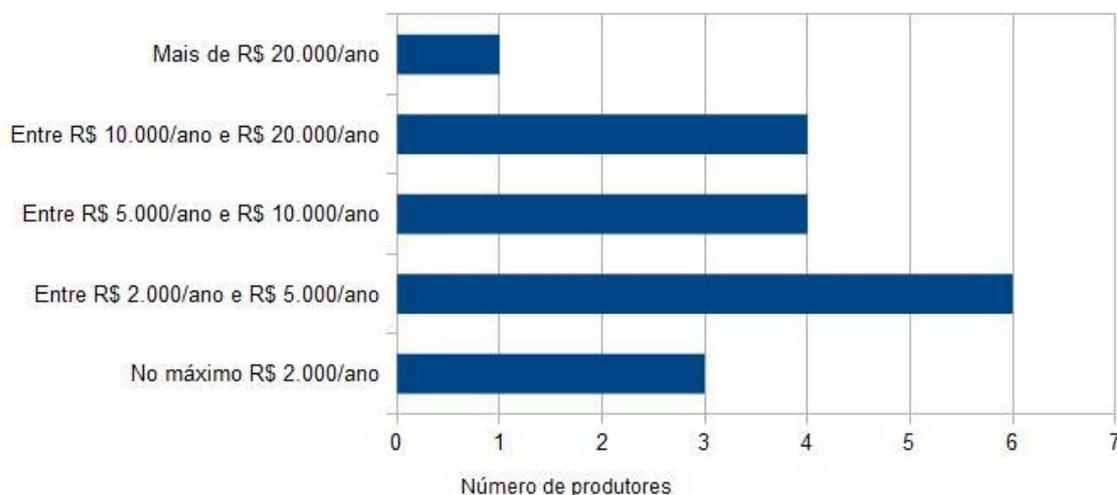
4.2.3 As contribuições do PNAE

Um dos questionamentos mais importantes que temos em relação ao PNAE refere-se à sua contribuição para a população dos agricultores familiares como um todo e, mais especificamente, para os agricultores que participam do programa. Aqui mostra-se a grande desigualdade de participação entre as unidades produtivas, aponta-se limites de abrangência do programa e também indica-se o quanto o PNAE municipal participa das rendas dos produtores participantes. Aborda-se ainda as contribuições do programa no associativismo local e as consequências do programa em termos de volume e diversificação na produção das unidades.

4.2.3.1 Uma grande disparidade dos valores entregues

Os valores das entregas anuais por unidade de produção vão de R\$ 1.850,00 até R\$ 39.750,00 (por uma média de R\$ 9.060,00), o que mostra uma grande disparidade de participação entre as propriedades. Utilizando-se da estratégia de entregar via várias DAPs e no nome de outros produtores, uma única unidade de produção acaba por entregar além do teto de 20.000/ano permitido. Verificou-se ainda que metade das unidades de produção entregou valores pequenos, inferiores à R\$ 5000/ano e que quase um quarto das propriedades (22 %) entregou entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00/ano, enquanto outros 22 % entregaram de R\$ 10.000,00/ano e até o teto permitido de R\$ 20.000,00/ano (Figura 13). Esse dado está de acordo com as considerações da equipe da prefeitura que recebe as entregas a qual ressaltou que somente poucos produtores entregam com frequência.

Figura 13: Repartição dos produtores segundo os valores anuais entregues no PNAE.



Fonte: O autor

4.2.3.2 Apontando limites na abrangência do PNAE municipal

Como já mencionado no decorrer do presente estudo, a abrangência do PNAE municipal na população rural, apesar de ser muito valiosa, é ainda muito restrita, conforme verificou-se quanto número de participantes: 18 propriedades agrícolas familiares (19 contando com o moinho orgânico) de um total de 1.702 DAPs ativas no município de Marechal Cândido Rondon, no início de 2013. Considerando que há ainda agricultores familiares que não devem possuir DAP, deve-se relativizar ainda mais o efeito dessas políticas no conjunto da população dos agricultores familiares.

No site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, consultando as tabelas referentes aos valores repassados, constata-se que a lei de 2009 pode permitir que o PNAE atingisse 2,4% dos agricultores familiares do Brasil no nível nacional. Para aumentar o número de produtores familiares alcançados pelo programa, uma das possibilidades seria elevar a porcentagem de 30 % a ser obrigatoriamente adquirida da agricultura familiar. De fato, em Marechal Cândido Rondon, essa obrigação já foi atingida, mas das 18 propriedades, poucas se aproximam do valor máximo de R\$ 20.000,00 por o ano e há muitas diferenças entre as unidades de produção.

Dentro do quadro exposto, os produtores relatam que os limites do programa se devem à demanda pequena do município e à repartição solidária da mesma entre

os agricultores participantes do programa. Segundo os mesmos, o valor máximo por DAP dificilmente seria atingido se todos os agricultores tivessem uma forte produção. Por isso, o valor anual de R\$ 20.000,00/DAP garantido deve ser relativizado e contextualizado.

Ao perguntar para os participantes o que poderia ser melhorado quanto a tal limitação do programa, verificou-se que a repartição do volume dos produtos entre os participantes revela ser um limite para os agricultores. Conforme verifica-se nas respostas dadas por eles: além de 7 entrevistados (39%) que responderam não precisar melhorar nada, 7 indicaram o problema da quantidade ser pequena e muito dividida entre os diferentes participantes, 6 reclamaram dos preços baixos dos produtos a serem adquiridos e 2 mencionaram atrasos nos pagamentos. Dessa forma, a repartição do volume dos produtos aponta que o mesmo depende, antes de tudo, da demanda municipal- por mais que os agricultores pudessem fazer o esforço de produzir um produto diferente, não oferecido por outros participantes.

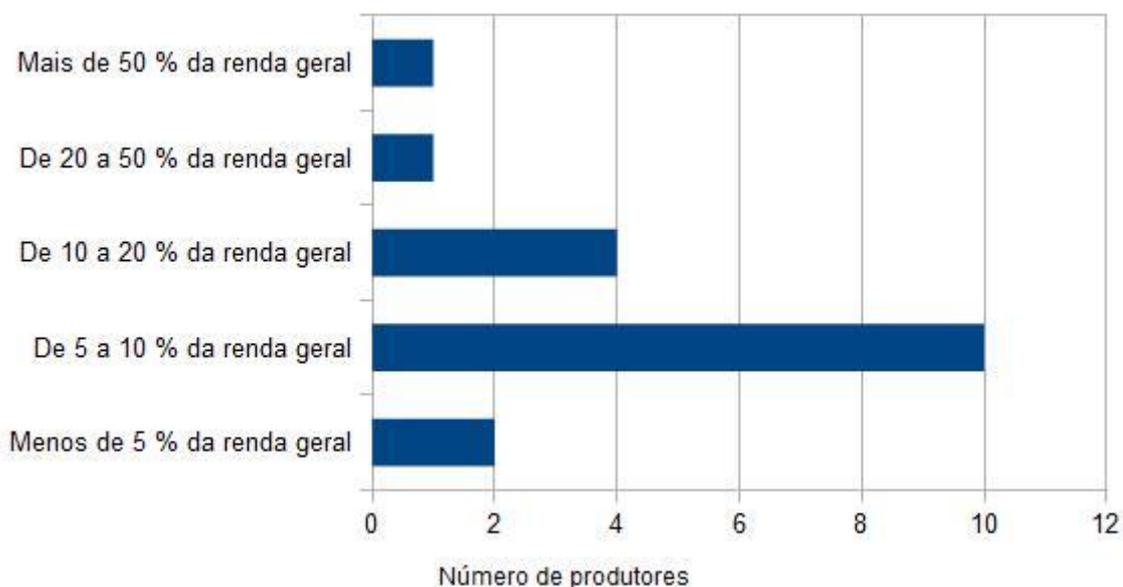
Dessa forma, a demanda municipal que decorre diretamente do número de refeições escolares é um dos fatores limitantes do programa. Para ilustrar a questão, consideramos o município de Cascavel que fica também na região oeste, mais especificamente a 85 km de Marechal Cândido Rondon. Enquanto esse possui uma população de menos de 50.000 habitantes, Cascavel conta com mais de 300.000 habitantes. Com 1.946 DAPs ativas, o município de Cascavel possui uma quantidade de agricultores familiares próxima à de Marechal Cândido Rondon, porém o orçamento do FNDE para o PNAE municipal de Cascavel é cerca de 7 vezes maior que em Marechal Cândido Rondon. O exposto mostra que, por possuir uma população urbana maior, municípios fortemente urbanos podem abranger no PNAE um maior número de produtores locais e beneficiá-los melhor. Essa observação vale, da mesma forma, para o PAA.

Limitando-se à demanda, o PNAE, por mais que objetive ser uma política de inclusão que apoia a sustentabilidade, pode acabar gerando desigualdade entre municípios urbanos e municípios rurais correndo o risco de favorecer agricultores de cinturões verdes nas periferias dos grandes centros urbanos sem manter, de fato, a presença dos agricultores em regiões rurais.

4.2.3.3 Contribuição do PNAE na renda geral dos participantes

Em relação à renda geral das famílias (Figura 14), para os participantes do PNAE municipal, o programa responde, em média, por 13,04 % das rendas- o que pode ser determinante para manutenção das famílias. Somente para uma unidade de produção o PNAE representa mais de 50 % da renda geral, enquanto que, para a maioria dos produtores, o PNAE contribui em menos de 10 % da renda geral. Já para 22 % dos produtores, o PNAE contribui entre 10 % e 20 % da renda geral.

Figura 14: Número de produtores segundo a faixa que representa o PNAE na renda geral das unidades.



Fonte: O autor

No que se refere à evolução da renda desde o início da participação no PNAE municipal, 22 % julgam que a renda se manteve igual ou diminuiu. A maioria (61 %) informou que a renda aumentou, enquanto 17 % dos entrevistados indicaram que a renda aumentou muito neste período.

Ao perguntar sobre a avaliação que fazem do PNAE municipal, 61 % dos produtores responderam que o programa é muito importante, 39 % acham o programa importante e nenhum produtor julgou o programa pouco ou nada importante. Esse dado mostra a satisfação geral dos participantes em relação ao programa. Assim sendo, do ponto de vista dos agricultores entrevistados, o retorno

sobre o programa é muito positivo- fato observado em relatos de alguns agricultores entrevistados os quais afirmam que é bom ter a merenda, pois sempre tem coisas sobrando na propriedade que podem ser vendidas sem precisar «correr tanto » para fazer entregas em casas da cidade.

4.2.3.4 O programa e sua relação com o associativismo local.

Vale a pena observar que a satisfação dos agricultores no que se refere às vendas no PNAE municipal pode salientar problemas que ocorrem nas suas dinâmicas solidárias. Agricultores associados à ACEMPRE relatam que há mais vantagens entregar suas produções no PNAE em relação às vendas realizadas via essa associação na sua loja e nos supermercados. Entre tais vantagens podemos citar a garantia de pagamento a qual oferece muita segurança, a ausência de atrasos nos pagamentos, a ausência de perdas e/ou descontos sobre a produção entregue, bem como a ausência de custos relativos às embalagens. De fato, para as vendas da ACEMPRE nos supermercados, a associação cobra dos produtores o custo das embalagens necessárias. Os produtos entregues para a associação e que não foram vendidos, se deterioram e acabam, muitas vezes, no lixo, sendo que o prejuízo é repartido solidariamente e equitativamente entre os produtores, sem distinções na qualidade dos produtos entregues. Três produtores reclamaram desse funcionamento que nivela para baixo a qualidade dos produtos e acaba aumentando a quantidade dos alimentos que retornam. Um desses três produtores foi presidente da ACEMPRE durante dois anos e colocou algumas considerações sobre os problemas da associação:

[...] A ACEMPRE está com problemas. Leva lá 100 quilos, recebe 20 pois 80 estragam. O produto fica ali, deteriora e vai para o lixo. O produtor perde muito. Mais de 90 % dos produtores desistiram. Fui presidente dois anos [...]. A gente tentou arrebanhar pessoas mas não tem circuito de consumo. Hoje, a ACEMPRE vive de sobras, sobras das propriedades, sobras da feira. Se consegue vender 50 % que tá no mercado é bom. Precisa de mais projeto como a merenda. Precisa de restaurante popular que nem o SESC pois dai não tem quebra. Isso acaba sendo melhor para ACEMPRE pois não mexe com o produto. Falta pessoas que faça projetos e se dedique a esses projetos com paixão. Sem um ou dois produtores que mais entregam, a ACEMPRE não estaria mais! (agricultor P).

Das 18 propriedades, quatro reclamaram do alto valor das contribuições automáticas que são feitas sobre as vendas. Essas contribuições se referem a 10 % que vão para a ACEMPRE e 2,3 % para a Contribuição Social Rural (FUNRURAL).

Responsáveis do CAPA relataram que a participação no PNAE parece enfraquecer a produção agroecológica municipal em lugar de incentivá-la, pois os agricultores ganham um espaço de venda que não exige que a produção seja ecológica. Conseqüentemente, os produtores integram a ACEMPRE no âmbito de vender na merenda escolar, mas sem o objetivo de realizar a transição agroecológica. Por outro lado, considera-se que a ACEMPRE possa atingir um público maior, que necessita de uma maior conscientização a respeito de problemas ecológicos, e que, por meio da atuação do CAPA, possa haver a oportunidade de difusão dos valores da produção ecológica, melhorando a emancipação política no rural local.

Efetivamente nota-se, durante as entrevistas, a confusão que os agricultores fazem entre o PAA, o PNAE municipal e o PNAE estadual o que demonstra pouco domínio sobre o assunto e pouco conhecimento das políticas públicas a favor deles. Além de maior entendimento destas políticas públicas e de maior envolvimento nestas, a oportunidade de emancipação política que o PNAE municipal oferece é grande.

De fato, no que diz respeito ao cultivo de organismos transgênicos, somente 6 sobre as 18 propriedades do programa se posicionam contra, todas estas fazendo parte das propriedades ligadas de uma forma ou outra ao CAPA. Conseqüentemente, o PNAE torna-se uma oportunidade para sensibilizar mais produtores no município aproximando esses da ACEMPRE e do CAPA. Além do exposto, a confrontação da associação (ACEMPRE) com canais de comercialização que são mais fáceis de gerenciar como no caso do mercado institucional onde as compras são garantidas e onde não há custos de embalagens, pode ajudar a associação para melhorar sua situação tanto financeiramente quanto tecnicamente.

Assim, enxerga-se o PNAE como um novo canal de comercialização, que incentiva a solidariedade entre os produtores ao dividir as entregas equitativamente entre seus participantes, mas que pode também, de certa forma, salientar os problemas que ocorrem nas dinâmicas associativas no âmbito de melhorá-las ajustando-se em função das necessidades dos produtores e da demanda dos consumidores.

4.2.3.5 O PNAE municipal e sua relação com o volume e a diversificação dos sistemas de produção.

Com relação ao volume de produção, desde o início da participação no PNAE municipal, um terço dos produtores informou que a produção diminuiu ou permaneceu igual. Um pouco menos da metade (44 %) dos produtores pensa que a produção aumentou e 22 % julgam que a produção aumentou muito.

No que concerne à evolução da diversidade de produtos vendidos desde a entrada no PNAE municipal, um terço dos produtores indicam que diminuiu o número de produtos diferentes vendidos. Um pouco menos da metade (44 %) dos participantes informa que a diversidade de produtos se manteve inalterada após integrar o programa. Somente 22 % dos produtores do PNAE municipal de Marechal Cândido Rondon pensam que aumentou a diversidade dos produtos vendidos após a participação no programa. Esses dados vão contra os objetivos do PNAE que visa ajudar a diversificação da agricultura familiar.

De forma geral, parece que o volume de produção aumentou e a diversidade manteve-se inalterada ou diminuiu um pouco. Isso pode ser explicado pelos produtores terem aproveitado a entrada no PNAE para vender os mesmos produtos que já produziam e produtos de subsistência que se não fossem vendidos pelo PNAE iriam se desperdiçar na propriedade. O que pode influenciar ainda é a idade dos produtores que após receber a aposentadoria podem diminuir o ritmo de trabalho agrícola. Como estipula a lei nº11.947 de 2009, a diversidade de produtos a serem demandados é grande e isso poderia incentivar os agricultores que participam do programa a diversificar suas produções.

Dois produtores relataram que para certos produtos as entregas acontecem somente a cada 15 dias. Quando essa frequência de entrega refere-se à alimentos altamente perecíveis de ciclo rápido como certas hortaliças, os produtores encontram-se quase obrigados a combinar vários canais de comercialização para não perder a produção na roça- que passaria do ponto ideal de colheita. Mesmo que isso possa ser interpretado pelos agricultores como uma limitação do programa, promover a diversificação de canais de comercialização traz mais sustentabilidade para a propriedade no que diz respeito ao escoamento da produção.

Um outro fato a ser destacado foi o relato de um dos produtores o qual mencionou que os participantes que mais entregam são os « que não precisam tanto

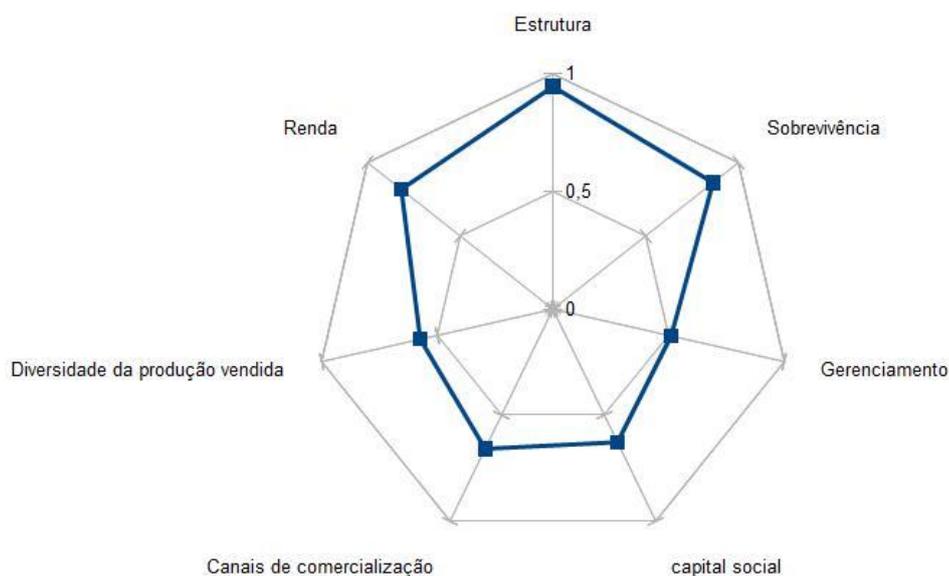
de ajuda ». Tal afirmação causou surpresa e buscou-se verificar a origem dela. Assim, se os participantes fossem divididos em dois grupos, segundo a renda geral por unidade de trabalho familiar, a média dos valores entregues seria mais de duas vezes maior para o grupo de maior renda. No entanto, o que é importante é a oportunidade para entregar mais no programa se o produtor tomar boas decisões. O produtor que quer entregar valores maiores tem a opção de produzir um produto que poucos outros podem fornecer. Dessa forma, mais oportunidades são dadas e o programa não favorece a equidade, mas favorece a igualdade- o que está de acordo com a visão do desenvolvimento sustentável de Sen (2000).

4.3 SUSTENTABILIDADE/AUTONOMIA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

A sustentabilidade/autonomia, nos moldes da campesinidade, foi analisada por meio de sete indicadores. Para cada unidade de produção, o índice de sustentabilidade foi obtido fazendo uma média dos valores alcançados em cada um dos sete indicadores. A matriz utilizada neste estudo revelou-se uma ferramenta simples de usar. O índice de sustentabilidade varia entre os 18 casos do mínimo obtido 0,433 até o máximo obtido 0,996. O valor médio do índice é de 0,709. Quanto mais se aproxima de 1 mais sustentável consideramos a unidade de produção.

A figura 15 mostra a média geral entre as 18 unidades de produção obtida por cada indicador. Nesse gráfico, os valores mais externos, ou, dito de outra forma, mais afastados do centro do radar, representam as melhores situações definidas pela matriz do estudo. Esse gráfico mostra, para cada indicador, o quanto falta para aproximar-se das melhores pontuações.

Figura 15: Gráfico radar apresentando o valor médio para os sete indicadores de sustentabilidade.



Fonte: O autor

Analisando essas médias, foi possível verificar que, de maneira geral, os participantes do PNAE municipal do primeiro semestre de 2013 apresentam valores bons quanto à autonomia estrutural, das atividades ligadas à sobrevivência e até das rendas das famílias. No entanto, os valores baixam em relação: à diversidade da produção vendida, à natureza dos canais de comercialização, ao capital social bem como ao nível de gerenciamento das unidades de produção.

Ao avaliar a ligação do índice de sustentabilidade com os valores dos sete indicadores por meio do estudo do coeficiente de correlação de Pearson, observou-se que o índice se correlaciona com todos os indicadores, menos a autonomia estrutural e a sobrevivência. Isso significa que, no presente estudo, a variação do índice de sustentabilidade é pouco influenciada pelos níveis de autonomia estrutural ou de sobrevivência.

No caso da autonomia estrutural, explicamos esse resultado pelo fato de que quase todas as unidades estudadas são autônomas em relação à mão de obra e a terra trabalhada, pois a força de trabalho é de caráter familiar para todas as unidades e somente duas delas trabalham com terras que não lhes pertencem.

No caso das atividades de sobrevivência, explicamos o resultado pelo fato de que a produção própria, cujo objetivo é a reprodução da família pelo

autoconsumo, ser ainda muito presente na população estudada, o que resulta em pouca variação nesse indicador.

As análises de correlações por meio do coeficiente de Pearson revelam que o índice de sustentabilidade não se correlaciona com a idade dos produtores, nem com a distância da propriedade e tampouco com a importância da pluriatividade na renda da unidade de produção.

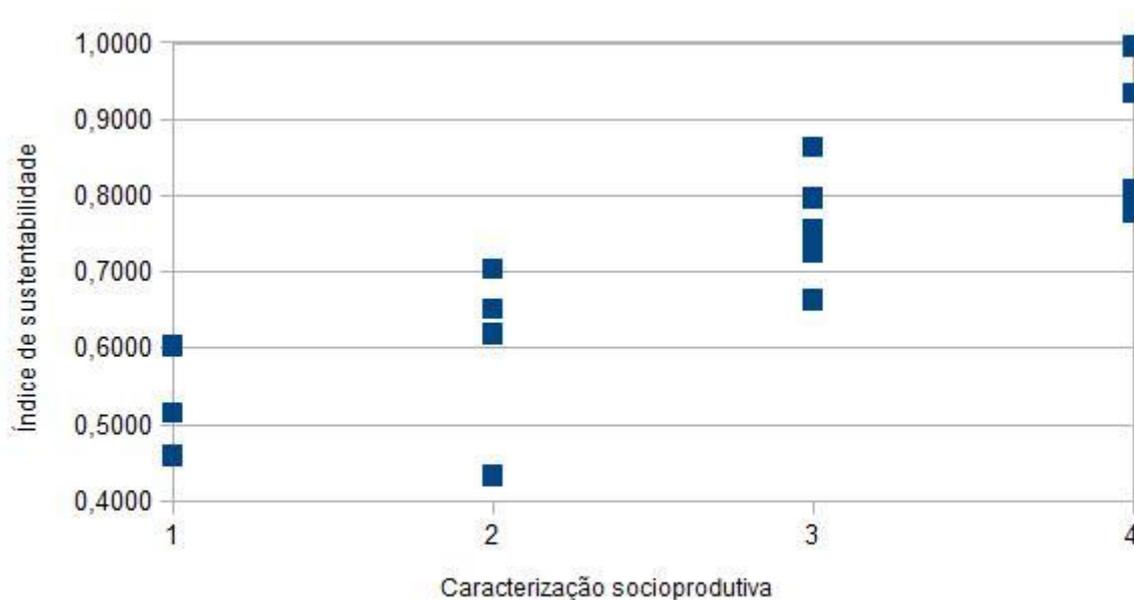
Por meio dos dados levantados na presente pesquisa, não constatou-se correlação entre o índice de sustentabilidade e o valor entregue no PNAE, ou entre o índice de sustentabilidade e a parte que o PNAE representa na renda das propriedades. Isso significa que, no presente estudo, entre os participantes do PNAE municipal do início de 2013, o grau de participação no PNAE não indica necessariamente um grau melhor em termos de sustentabilidade. Os participantes do PNAE possuem um grau de sustentabilidade/campesinidade provavelmente melhor que muitos agricultores que não participam do programa e que são integrados à cooperativas, mas isso deveria ser verificado por meio de outra pesquisa envolvendo uma população de estudo mais ampla .

Como já foi explicado na metodologia, na qual se indica por que e como se elaborou a caracterização sócio-produtiva da população aqui estudada, as análises de correlações mostraram que o índice de sustentabilidade se correlaciona positivamente com a renda anual, com a quantidade de UTF e com a proporção que representa a atividade agrícola na renda geral das unidades de produção. Uma correlação positiva menos importante existe também entre o índice e o tamanho da área própria das unidades.

Dessa forma, observa-se neste estudo de caso que quanto melhor é a renda, mais sustentável tende a ser a propriedade. Também observa-se que quanto mais pessoas da família ajudam no processo produtivo da unidade de produção, mais essa tende a ser sustentável. Seguindo o mesmo raciocínio, quanto mais a renda provém da atividade agrícola, mais sustentável tende a ser a unidade de produção.

A Figura 16, pode-se observar como se situam os índices das unidades de produção segundo essa caracterização socio-produtiva. Assim sendo, ilustra-se que quanto mais mão de obra familiar se envolve na produção e quanto mais agrícola é a renda da unidade, mais os estabelecimentos agrícolas tendem a serem sustentáveis/autônomos.

Figura 16: Distribuição dos participantes segundo seus índices de sustentabilidade e suas classes socioprodutivas.



Fonte: O autor

De acordo com Ploeg (2008), uma característica do modo camponês de fazer a agricultura se relaciona com a composição quantitativa da base de recursos. Para o autor, enquanto a terra é relativamente escassa, a força de trabalho é relativamente abundante. Para maximizar as saídas com os recursos disponíveis, a lógica camponesa aumenta a quantidade do trabalho mobilizando da melhor forma e mais intensivamente a força de trabalho familiar, buscando produzir tanto valor agregado quanto possível.

O valor agregado pode ser aumentado produzindo produtos com o custo de produção menor e/ou melhor precificados- como no caso do produtos orgânicos, conforme verifica-se no relato de um dos dois produtores orgânicos entrevistados: “[...] O cara convencional se mata duas vezes !!! Primeiro, ele aumenta o seu custo de produção com tudo o que compra de fora e depois, como produz mais, ele baixa o preço de venda do seu produto !!!” (agricultor G).

Os dois produtores certificados orgânicos que participam do programa estão na classe 4 da caracterização socioprodutiva e fazem parte das quatro unidades melhor pontuadas no índice. No entanto, não há só a produção orgânica como

estratégia de aumentar o valor agregado. Essa meta é alcançada pela produção de hortaliças, pela atividade leiteira ou por processamentos. Conforme a Figura 18, os sistemas de produção dos participantes estão bastante diversificados e mostram a forte presença de produção de alto valor agregado. Ainda, um melhor valor agregado se conquista com um canal de venda direta forte como as feiras. As duas unidades de produção que participam da feira do produtor de Marechal Cândido Rondon também estão na classe 4.

Para Ploeg (2008), a produtividade e as melhorias da unidade de produção camponesa dependem criticamente da quantidade e da qualidade da força de trabalho. Foram essas considerações sobre a força de trabalho que foram verificadas quando o índice, em relação à caracterização socioproductiva das unidades produtivas, foi analisado. Entre as classes 4 e a 3, a diferença entre as propriedades encontra-se principalmente na força de trabalho familiar. Na classe 3, com menos mão de obra familiar, o nível de campesinidade/sustentabilidade é mais difícil de atingir, pois a intensificação do trabalho por trabalhador tem um limite. As classes 4 e 3 encontram-se em posição inferior no índice de sustentabilidade em relação a produtores mais diversificados- que privilegiam a venda direta (hortaliças, orgânicos). Verificou-se também que as classes 3 e 4 possuem uma importante produção leiteira escoada via laticínio (circuito longo).

Na classe 2, temos produtores que alocam bastante mão de obra em outros trabalhos diminuindo a disponibilidade para trabalhar na produção agrícola do estabelecimento e, por consequência, o grau de autonomia da produção. A classe 1 apresenta unidades de produção que possuem somente uma UTF. No caso das classes 1 e 2, a renda agrícola não é necessariamente dominante, a previdência social rural também representa um valor significativo o que leva a pensar que, além da quantidade de pessoas disponíveis na unidade de produção, a idade também pode representar um limite ao esforço requerido pela produção agrícola. A evolução da família influencia tanto a quantidade de força de trabalho disponível quanto o nível das necessidades (por exemplo o autoconsumo) da família, em relação ao estabelecimento agrícola.

Sobre a questão demográfica das unidades de produção, Wanderley (1998) ressalta o caráter dinâmico da família camponesa ao longo do tempo levantado por Chayanov:

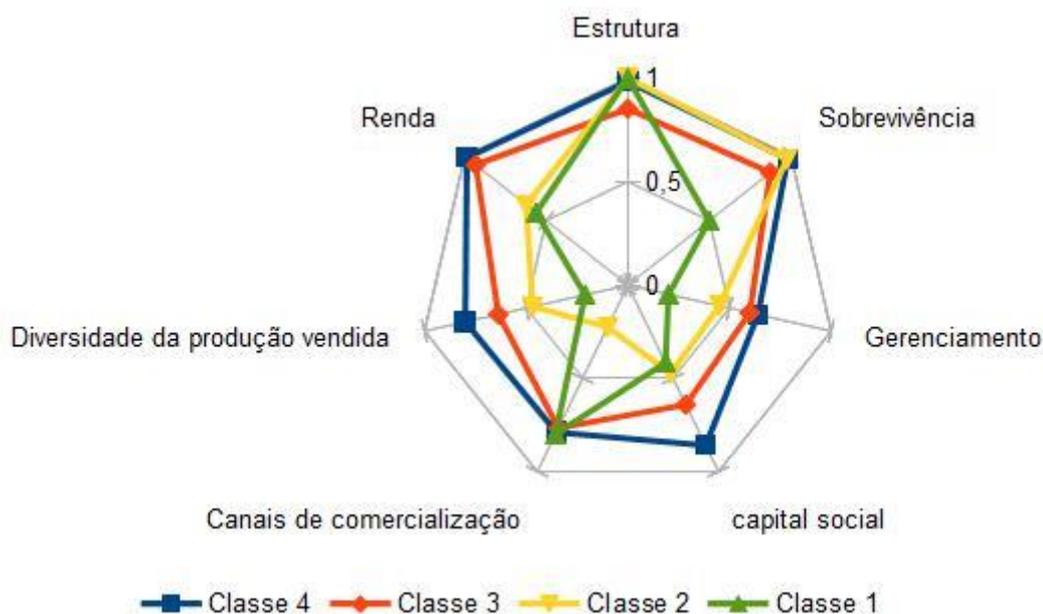
A família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, em geral trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida. (WANDERLEY, 1998)

A diferenciação demográfica, para a análise da heterogeneidade das unidades camponesas russas do século XIX era, para Chayanov, mais significativa do que a diferenciação social relacionada ao nível de capitalização (WANDERLEY, 1998). O presente estudo indica que a diferenciação demográfica ocorrendo entre as unidades de produção explica em grande parte as diferenças de autonomia.

A Figura 17 mostra o desempenho médio para os sete indicadores para cada uma das classes socioprodutivas. Dessa forma, identificam-se as limitações próprias de cada classe e são comentados cada um dos indicadores especificamente. Se a classe 4 parece mostrar valores médios harmoniosos, quase seguindo a forma do radar, podemos enxergar no gerenciamento sua maior limitação. A classe 3 mostra valores médios quase sempre menores que os da classe 4, mas possui uma forma harmoniosa não mostrando em si fortes limitações. Parece que a quantidade da mão de obra familiar faz falta para que a classe 3 atinja os níveis de campesinidade obtidos pela classe 4.

A classe 2, mostra valores médios bem menores em relação à renda, à diversidade de produção vendida, à canais de comercialização e ao gerenciamento. A importância da pluriatividade e de outras fontes de renda nas unidades de produção da classe 2 gera um formato retangular que revela uma atividade agrícola mais voltada para o autoconsumo com uma boa autonomia estrutural e alto nível de sobrevivência. A classe 1 apresenta níveis comparáveis com os da classe 2 para os indicadores de estrutura, de renda e de capital social, porém apresenta valores bem menores nas questões da diversidade de produção vendida, do gerenciamento e da sobrevivência. No entanto, esse grupo com menos mão de obra familiar apresenta uma boa autonomia na questão dos canais de comercialização, como se esse tipo de produtor compensasse uma pequena diversidade de produção e pouca produção para o autoconsumo pela inserção em vários canais de comercialização e interações sociais.

Figura 17: Gráfico radar mostrando os níveis médios das classes socioproductivas para cada um dos sete indicadores.



Fonte : O autor

4.3.1 Indicador de autonomia estrutural.

O indicador de autonomia estrutural é o indicador que mostrou menos variação entre as quatro diferentes classes socioproductivas. Se o indicador não serve muito para explicar os diferentes níveis de camponês dos participantes do PNAE municipal em Marechal Cândido Rondon no início do ano de 2013, esse dado tem o mérito de mostrar que, de maneira geral, tais propriedades são donas das terras trabalhadas e trabalham quase que exclusivamente com a força de trabalho da família.

4.3.2 Indicador de renda

Se não devemos supervalorizar a questão da renda na análise camponesa, essa é imprescindível para atender as necessidades dos produtores e para que a atividade agrícola das famílias se mantenha e conquiste novos espaços. Na análise das correlações por meio do coeficiente de Pearson, verificamos uma correlação com a parte que ocupa a atividade agrícola na renda das famílias. De fato, o indicador mostra bons valores para as classes 3 e 4, porém representa um limite para as

classes 1 e 2. Isto mostra que a renda dessas famílias tende a diminuir à medida que desintensificam o trabalho agrícola por falta de mão de obra (classe 1), por alocar sua força de trabalho na pluriatividade (classe 2), ou ainda pela idade que pode limitar o esforço.

Essa informação também indica que os trabalhos realizados fora das propriedades da classe 2 não dão retornos tão bons quanto uma estratégia de intensificação do trabalho agrícola. Conforme a figura 18, fora o caso do agricultor G que é homeopata e que recebe consultas na propriedade na parte da tarde, os outros produtores pluriativos trabalham como pedreiros, eletricitistas ou maquinistas agrícolas. Isto significa que, de maneira geral, os trabalhos efetuados na pluriatividade não permitem muito se diferenciar no mercado de trabalho e não são muito bem remunerados. Assim sendo, por mais que a natureza da pluriatividade seja determinada por realidades culturais e individuais, a estratégia da pluriatividade para esses produtores da classe 2 não parece ser a melhor na racionalidade camponesa. Pode se pensar que esse tipo de estratégia revela pouca valorização da produção agrícola.

Uma pesquisa de Silvestro e Abramovay (2001, apud STROPASOLAS, 2006) mostra a precariedade das fontes não-agrícolas de geração de renda em unidades familiares de produção do oeste catarinense. A importância dessas rendas não-agrícolas se associam mais à precariedade de condições de vida que à alternativas de geração de riqueza para as famílias. Os pesquisadores demonstram que esses agricultores valorizam a produção agrícola, mas não investem na atividade agrícola e seguem o caminho da pluriatividade devido à falta de capital.

Para ir além da explicação dada pelo “apego à terra” indicado por Stanek (1997, apud STROPASOLAS, 2006), para esses agricultores (classe 2), onde a renda agrícola deve ser deficitária e as fontes de renda não-agrícola são precárias, a produção agrícola para o autoconsumo, ou dito de outra forma, a produção de subsistência é de grande importância. A precariedade das fontes de renda não-agrícola mantém, de alguma forma, o produtor ligado à sua terra. Nessa perspectiva, observa-se que a diferença de campesinidade ou autonomia presente entre as classes 2 e 3 se dá pela diferenciação social relacionada ao grau de capitalização das famílias.

Por mais que a importância da pluriatividade denote o caráter precário das situações nas quais se encontram esses produtores (classe 2), essa estratégia é

natural na agricultura e representa muitas vezes a única forma da unidade realizar a reprodução familiar. Voltando às considerações feitas anteriormente sobre o apoio das políticas ao agricultor familiar pluriativo, enxerga-se, neste estudo, que esses produtores pluriativos não representam aproveitadores do sistema e que mereceriam ser mais apoiados no sentido de permitir a pluritatividade sem orientá-los no mercado de trabalho informal. Nessa perspectiva, poderia se pensar em mudar certos pontos meramente arbitrários da lei 11.718 de 2008.

4.3.3 Indicador de diversidade da produção vendida.

Esse indicador também é correlacionado com a parte que ocupa a atividade agrícola na renda das famílias. Para Ploeg (2008), a diversidade da produção vendida, além de ser o resultado do processo de produção onde a família interage com a natureza viva, também faz parte da base de recursos da propriedade.

Dessa forma, a produção agrícola retroalimenta e fortalece a base de recursos e adequa as ligações entre a mão de obra familiar e a natureza de forma a ampliar a autonomia da unidade de produção. Um depoimento colhido durante as entrevistas também mostra esse tipo de estratégia:

[...] Aqui temos mais de 120 variedades de frutíferas. Temos até pitaya! Diversificar é obrigação hoje para não depender de diarista. Não acha mais pessoas para trabalhar. Para o pêssego, por exemplo, tentamos diversificar ciclos de produção para não gerar picos de trabalho. Temos dois meses de colheita de pêssego, queremos chegar a três meses! Também vamos produzir banana pois não da concentração de trabalho ! (agricultor K).

Assim, entendemos que a diversidade de produção depende diretamente da quantidade de mão de obra disponível e da importância da renda agrícola para a unidade o que explica as diferenças que existem entre as quatro classes socioprodutivas para este indicador.

4.3.4 Indicador de canais de comercialização

Na análise das correlações, verificamos a existência de uma correlação negativa entre o indicador de canais de comercialização e a parte que representa a pluriatividade na renda das famílias. Quando mais temos pluriatividade, menos as unidades tendem a ter diversidade e qualidade nos canais de comercialização.

Quando se observa a Figura 17, identifica-se que, de maneira geral, os produtores possuem uma boa diversidade e qualidade de canais de comercialização. Somente a classe 2, onde predomina a pluriatividade apresenta um nível ruim para este indicador. É necessário interpretar esse indicador numa discussão mais ampla que caracteriza o modo de produzir camponês com sua relação com o mercado. Para Ploeg (2008), os camponeses evitam relações com o mercado que criem uma relação de dependência duradoura com esse, tanto na comercialização quanto nos recursos produtivos. Assim sendo, podemos interpretar o processo de integração à empresas ou cooperativas como um processo que não segue a racionalidade camponesa conforme o depoimento de um produtor de frutíferas: “[...] Aqui vendemos a maioria dos nossos produtos em casa, mas hoje o agricultor é escravo. A maioria é pião de cooperativa, fornecendo emprego barato sem direito trabalhista!!!” (agricultor K). Frente ao mercado, os produtores com racionalidade camponesa adotam diversas estratégias para manterem sua independência conforme o depoimento de um produtor de leite entrevistado:

[...] Antes a gente entregava mais na merenda, mas daí aumentamos as vacas. Compensa mais. Ai na Frimesa pode pegar vaca ou novilha em troca do leite. Mas é melhor ficar independente, pegar um crédito e comprar uma vaca do vizinho. (agricultor L)

A partir das respostas dos entrevistados é possível verificar, claramente, que a maioria dos participantes do PNAE diversifica os canais de comercialização e preferem canais de venda direta, o que testemunha a existência de uma agricultura camponesa. De certa forma entre as classes 2 e 3 que não se diferenciam pela questão demográfica, nota-se uma diferença de grau de campesinidade, de autonomia que se explica em parte pela precariedade maior das famílias da classe 2.

4.3.5 Indicador de capital social

Primeiramente, cabe esclarecer que o depoimento do agricultor K, apresentado anteriormente, justifica a escolha de não computar a participação em grandes cooperativas no indicador de Capital Social. Como observa-se na Figura 17, o capital social das classes 1 e 2 deixa a desejar. Para Marsden (2003), o desenvolvimento rural sustentável passa por uma ruralidade que maximiza o valor social e o valor econômico do campo. Ploeg (2008) interpreta as interações sociais camponesas, tanto as associações quanto os mecanismos de reciprocidade presentes nas trocas de serviços, como sendo práticas de resistência fortemente ligadas às atividades agrícolas e observa que suas contribuições para a construção da sustentabilidade podem ser consideráveis.

Assim sendo, entende-se porque são os produtores das classes 1 e 2 que não possuem bons valores para este indicador. A demografia das unidades e o caminho da pluriatividade, originado pela precariedade das famílias, conduzem a uma menor inserção social, se comparadas com as unidades que intensificam suas atividades agrícolas devido à quantidade de mão de obra familiar e de capital.

Neste estudo, verifica-se que o nível de capital social depende também do sistema de produção. Por exemplo, no caso da atividade leiteira, há produtores que se associam para acessar máquinas e ainda fazem trocas de serviço para elaboração da silagem. Para os produtores que possuem vínculo com o CAPA e a ACEMPRE, em sistema de produção orgânico ou não, a participação na ACEMPRE e/ou na Rede Ecovida de Agroecologia contribui para inseri-los socialmente.

4.3.6 Indicador de gerenciamento.

Como já abordado anteriormente, os camponeses, de maneira geral, manejam seus sistemas de produção em uma situação de escassez de recursos, os quais precisam ser eficientes tecnicamente, para aumentar suas bases de recursos sem ficarem dependentes do mercado. Para melhorar sempre na questão da eficiência técnica, os produtores precisam de ferramentas que permitam gerenciar suas produções a fim de comparar técnicas ou ainda identificar e intensificar as produções que geram mais valor agregado.

De maneira geral, exceto para os agricultores orgânicos certificados, os quais devem guardar os registros das produções, das aquisições e das saídas assim como ter um plano de manejo, o nível de gerenciamento não é satisfatório deixando muito a desejar e representa um dos maiores desafios para o objetivo da sustentabilidade e da manutenção do homem no campo.

4.3.7 Indicador de Sobrevivência

Como já foi explicitado anteriormente, a reprodução social da família é importantíssima no modo camponês de fazer a agricultura. Para a família camponesa, a produção de autoconsumo tem relação com a busca por mais independência mas também pela qualidade dos alimentos que consomem. O depoimento de um dos agricultores entrevistado mostra claramente isso: “Em 22 anos comprei duas vezes carne no mercado e ainda me arrependi!!!” (agricultor D).

Na análise de correlações, verifica-se correlações negativas com a idade dos produtores, demonstrando que quanto mais envelhecem, menos tendem a manter as atividades de autoconsumo. Além disso, é possível observar uma correlação positiva com a quantidade de UTF e isso significa que quanto mais há trabalhadores familiares na unidade de produção, mais essa tende a produzir para a reprodução da família. Todas essas considerações são muito lógicas e, como foi anteriormente observado, foram indicadas por Chayanov (WANDERLEY, 1998).

Observando a Figura 18, faz-se necessário levantar mais algumas considerações, tais como a proporção de unidades que realizam entregas ao PNAE como parte da produção de subsistência. Dessa forma, observou-se que tal proporção é pequena na classe 4 (40%) e nula na classe 1, sendo muito grande na classe 3 (83%) e grande na classe 2 (75%). Na classe 4, as famílias são maiores, há mais capital e mais produção comercializada. A quantidade de capital investido não faz valer tanto a pena ocupar mão de obra para vender a produção de subsistência que sobra, se houver. Na classe 1, pode ter produção de subsistência sobrando, porém a falta de força de trabalho é grande e opta-se ocupar a força de trabalho do estabelecimento com produções diferenciadas de maior valor agregado (polpa de acerola, frangos caipiras, macarrão caseiro ou ainda sal temperado). Nesse caso, vender a produção de subsistência não compensa devido à falta de mão de obra.

Figura 18: Sistemas de produção, produção entregue no PNAE e pluriatividade.

COD	Índice sus	Sistema de produção	Produção entregue no PNAE (ano 2013)	% pluriatividade / renda do trabalho	Natureza pluriatividade
M	0,9957	Hortaliças orgânicas, Frutíferas, suco, Leite, produção de subsistência	Hortaliças orgânicas, frutas e suco		
Q	0,9350	Grãos, Hortaliças, galinhas, processamento, produção de subsistência	Hortaliças		
B	0,8643	Queijo, galinhas, produção de subsistência	Frango, produção de subsistência		
G	0,8086	Grãos orgânicos, Frutíferas, hortaliças, produção de subsistência	Grãos orgânicos e hortaliças	41	Homeopatia
E	0,7988	Leite, pão, cachaça e melado, produção de subsistência	Produção de subsistência		
H	0,7979	Leite, grãos, Morango, produção de subsistência	Morango, produção de subsistência		
D	0,7771	Leite, piscicultura, Hortaliças, Morango, Mel, produção de subsistência	Hortaliças, morango, produção de subsistência	1	Artesanato
N	0,7574	Hortaliças, pão, produção de subsistência	Hortaliças, pão, produção de subsistência	47	Maquinista, vendas
K	0,7357	Frutíferas, Leite, galinhas, produção de subsistência	Frutas, ovos		
C	0,7262	Leite, frutas, hortaliças, produção de subsistência	Frutas, hortaliças, produção de subsistência		
P	0,7047	Doces, pães, frutas, hortaliças, produção de subsistência	Frutas, hortaliças, produção de subsistência	73	Artesanato, massoterapia, construção
L	0,6643	Leite, produção de subsistência	Produção de subsistência	2	Artesanato
J	0,6518	Produção de subsistência	Produção de subsistência	83	Construção
R	0,6199	Galinhas caipiras, produção de subsistência	Ovos	89	Maquinista, artesanato
A	0,6043	Frutíferas (acerola e uva), produção de subsistência	Acerola (polpa)		
O	0,5167	Macarrão, galinhas caipiras, produção de subsistência	Frango, macarrão		
F	0,4600	Sal temperado + bolachas, produção de subsistência	Sal temperado		
I	0,4334	Galinhas caipiras, produção de subsistência	Ovos, produção de subsistência	83	Construção, eletricitista

Fonte : O autor. Verde : classe4. Azul : classe 3. Amarelo : classe 2. Laranja : classe 1.

Nas classes 2 e 3, as famílias estão numa situação intermediária em que ainda há força de trabalho disponível e com menos capital investido e menos intensidade do trabalho, é válido ocupar a força de trabalho para aproveitar as sobras de produção de subsistência e vendê-las ao programa.

Outra consideração a ser feita sobre a produção de subsistência que é entregue no PNAE tem relação com a questão da qualidade desses alimentos. Todos os agricultores entrevistados indicaram que a produção para o “gasto”, para o autoconsumo, é livre de agrotóxicos. Isto significa que, para os agricultores, uma alimentação saudável, boa para reprodução da família, é livre de produtos agrotóxicos.

Tal informação corrobora com Brandenburg e Ferreira (2012), os quais verificaram nas práticas alimentares de produtores ecológicos, na região metropolitana de Curitiba, uma produção para o autoconsumo considerada saudável devido a ausência de agrotóxicos. O depoimento de um agricultor entrevistado neste estudo também ilustra bem a questão: “[...] A gente produzia só para o consumo. Com o PNAE só aumentou a produção. Como vende o que consome então é bom para as crianças” (agricultor D). Dentro dessa concepção, cinco produtores ressaltam que a produção entregue é boa para as crianças. Assim sendo, a percepção dos produtores é que a participação deles na merenda escolar ajuda a melhorar a alimentação delas, dado que também foi identificado por Altemburg (2011).

Mais uma vez, identifica-se que a questão da sustentabilidade no campo e da qualidade dos alimentos ultrapassa a cadeia do mercado ecológico formal. Mesmo que essas produções de subsistência produzidas sem agrotóxicos não necessariamente atendam todas as normas que regem a produção orgânica ou agroecológica no país, o Estado, nesta perspectiva, possui claramente um papel importante na inserção dessa produção mais ecológica, no consumo da sociedade.

Ainda sobre a produção de subsistência, para Biase (2010), agriculturas que valorizam o espaço de produção de subsistência, espaço tradicionalmente feminino, podem ajudar a frear os efeitos devastadores, tanto ambientais que sociais, da modernidade agrícola fortalecendo o papel das mulheres e mantendo os processos de coprodução que ocorrem nas famílias camponesas entre o homem e a mulher. Dessa forma, por valorizar os produtos de subsistência o PNAE fortaleceria o papel das mulheres nas propriedades.

4.4 DO MERCADO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO PARA UM CAMINHO MAIS DEMOCRÁTICO

A queda da participação da agricultura familiar na merenda escolar municipal entre 2011 e 2012, conforme o ilustrado na Figura 02, mostra claramente como dinâmicas sociais podem interferir na dinâmica da política pública. Uma simples troca de funcionário pode acarretar grandes modificações na abrangência local do programa, de acordo com Radomsky e Schneider (2007), os quais afirmam que os mercados são socialmente construídos e personalizados. A decisão dos preços bem como da organização das entregas depende muito dos gerenciadores que acabam personalizando o programa em cada um dos locais onde o PNAE funciona. Isso acaba aparecendo nas falas dos agricultores entrevistados, que notam, desde 2012, melhorias nos preços cobrados bem como na flexibilidade nas entregas e relacionam essas mudanças positivas devido à nova nutricionista responsável pelo programa.

Algumas vezes, por consequência de adversidades, um produtor não poderá fornecer um produto, mas poderá fornecer outro que se aproxima em questões nutricionais. Vale ressaltar que a partir do segundo semestre de 2014, essa mesma nutricionista conseguiu fazer com que os produtos devidamente certificados como orgânicos sejam 30% melhor valorizados.

Dessa forma, a participação dos atores sociais determina o desempenho de tais políticas públicas. Assim sendo, os produtores rurais não são somente beneficiários do PNAE, mas também são responsáveis pelo sucesso desses programas. Os nutricionistas desenvolvem um papel central na elaboração dos cardápios e nos contratos de compra da agricultura familiar (SILVA, 2012). Além disso, a participação da sociedade na operacionalização das referidas políticas públicas materializa a confiança entre os diversos atores, a capacitação dos mesmos e o acúmulo de capital social e informacional.

Boff (2012) defende que o desenvolvimento sustentável passará por mais incorporação da cidadania. O relator especial das Nações Unidas (DE SHUTTER, 2014), sobre o direito à alimentação, preconiza que uma das soluções aos maiores problemas de fome no mundo passa pela democratização dos sistemas alimentares, favorecendo a participação dos consumidores e dos produtores. Para esse autor, a sustentabilidade mundial passa por políticas governamentais que revalorizem democraticamente o preço dos alimentos. Como vimos anteriormente, o PNAE é

também a oportunidade dos produtores participarem de processos mais cidadãos e eles podem e devem se apoderar dessa política pública para mudar a forma pela qual estão inseridos na sociedade. Podemos considerar que o PNAE é também a oportunidade de sensibilizar as famílias urbanas do município no caminho para criar um conselho municipal de segurança alimentar que poderia debater as questões da qualidade dos alimentos e apoiar com mais força os agricultores locais.

Ainda, voltando à Nova Economia Institucional, se entende que as regras informais do PNAE podem influenciar na melhoria do funcionamento do programa. Tomando-se como concepção chave a noção de que a sustentabilidade das propriedades passa pelo apoio às famílias de agricultores familiares que podem contar com a presença dos filhos nos processos produtivos, é necessário rever os limites de vendas por DAP, indexando esses limites pela quantidade de mão de obra familiar. Dessa forma, tanto as regras informais, como os arranjos locais que levam propriedades a aumentar a participação no programa graças ao uso de várias DAPs, readequam as regras formais à realidade e à necessidade de apoiar as famílias produtoras facilitando a manutenção no campo do agricultor familiar.

Por fim, vale ressaltar, novamente, a importância da participação da sociedade civil nas questões da qualidade da alimentação e do rural. A abordagem pela Nova Economia Institucional também esclarece a falta de preocupação e de participação da sociedade civil em tais questões. De fato, parece que regras formais são seguidas para integrar os alimentos ecológicos na merenda escolar enquanto, em outras nações- onde a população participa mais ativamente no mercado, regras informais existem para desenvolver a presença de alimentos ecológicos na restauração coletiva sem a necessidade de leis de caráter obrigatório.

5 CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, verificou-se que o PNAE é uma política pública que apoia a sustentabilidade em diferentes níveis e diferentes sentidos. A lei de 2009 resulta de uma trajetória recente focada na descentralização das políticas públicas e se insere em um contexto mais amplo onde o Estado, por meio da sua interação com a sociedade civil, alavanca os caminhos para mais sustentabilidade e, assim, cria um canal curto de comercialização em venda direta para os agricultores familiares.

Ao lado do PRONAF, da previdência social e do PAA, o PNAE promove uma inclusão social benéfica para construir um desenvolvimento mais sustentável. Assim como o PAA, o programa de alimentação escolar contribui para a sustentabilidade do meio rural pela atuação a favor da agricultura familiar e pela dinamização das economias nas suas localidades. A sustentabilidade é clara ao considerar a questão ecológica da produção agrícola, pois o estudo de caso do município de Marechal Cândido Rondon mostra que o programa favorece a produção orgânica/agroecológica, interagindo com 50% dos produtores certificados orgânicos do município.

No entanto, abordando o modo camponês de fazer a agricultura e as ligações do PNAE com o grau de autonomia dos produtores, entende-se que a questão da sustentabilidade vai muito além da questão da produção orgânica. Pela participação de uma agricultura de base camponesa, foi possível verificar que o programa representa um canal pelo qual os produtores podem aproveitar para vender o que sobra das suas produções de subsistência- as quais, pela lógica camponesa, respondem por práticas agroecológicas. A presença na alimentação escolar dos mesmos produtos, que são normalmente destinados ao consumo das próprias famílias camponesas, contribui para fornecer uma merenda de melhor qualidade expondo menos as crianças à resíduos de agrotóxicos e valorizando os espaços femininos das unidades de produção.

O PNAE é para os seus agricultores familiares fornecedores do município de Marechal Cândido Rondon um canal importante, representando em média 13% das rendas. No entanto, contrapondo-se ao valor médio, para 66% dos participantes, o PNAE representa menos que 10% da renda familiar. Nota-se uma grande

disparidade dos valores entregues entre os participantes e os três quartos deles não atingem nem a metade do valor máximo permitido anualmente.

Entre os participantes do PNAE municipal, esse estudo de caso revela uma grande heterogeneidade das rendas das famílias indicando uma importante disparidade e desigualdade social. De maneira geral, as famílias são proprietárias da área trabalhada e a força de trabalho é basicamente familiar.

Quanto aos participantes do programa, identificou-se uma grande diversidade de fontes de renda. Observou-se a grande importância tanto da pluriatividade quanto da previdência social rural nas rendas. Poucas unidades possuem na atividade agrícola sua maior fonte de renda. Entre o público entrevistado observou-se que famílias com reduzido número de familiares, onde predomina a pluriatividade, tendem a estar em precariedade.

De maneira geral, os participantes indicaram que desde a participação no programa os volumes de produção tenderam a aumentar, enquanto a diversidade da produção comercializada tendeu a se estabilizar ou diminuir. Produtores indicaram também que para certas produções o PNAE incentiva a diversificação dos seus canais de comercialização- o que confere mais sustentabilidade aos produtores.

O presente estudo de caso revela uma forte heterogeneidade de níveis de autonomia entre os participantes. Por um lado, a análise estatística não demonstrou correlação entre o índice de sustentabilidade elaborado e o nível de participação ao programa. Por outro, a análise estatística indica que os níveis de autonomia das unidades de produção participantes dependem, em grande parte, da diferenciação demográfica e da diferenciação social (nível de capitalização).

Com a garantia do pagamento, a ausência de atrasos e a diminuição de descontos, o PNAE municipal oferece aos agricultores familiares muita segurança assim como a oportunidade para melhorar seus sistemas associativos e as vendas no mercado comum(não institucional).

Também constatou-se que o PNAE é um mercado socialmente construído com forte integrações entre os gestores e os agricultores e que cada espaço terá sua própria realidade do programa. Em Marechal Cândido Rondon, o PNAE municipal diferencia-se do PAA e do PNAE estadual pelo seu funcionamento mais democrático, em que os preços são estabelecidos com a participação dos agricultores. Assim sendo, o PNAE pode também ser, mais uma vez, a oportunidade de profissionalizar melhor o produtor rural, integrando esse a uma lógica mais

articulada ao mercado e cidadã, sem perder a racionalidade campesina mas aproximando-se do consumidor.

O PNAE é um programa educativo-emancipador de dependências que deveria torná-los mais solidários e autônomos, assim como mais diversificados, tanto na produção quanto na comercialização. No entanto, aparece uma defasagem entre a sustentabilidade presente na teoria, na formulação dos objetivos do PNAE e a sustentabilidade na sua aplicação, uma vez que o PNAE, por se limitar pelas demandas municipais, pode, além de abranger poucos agricultores, gerar, em certa medida, desigualdade entre agricultores de municípios distintos. Para adaptar melhor a política pública, as diversas realidades e reduzir o risco de reforçar desigualdades já existentes entre regiões densamente povoadas e regiões mais rurais, sugere-se, como uma das possibilidades, aumentar a porcentagem mínima a ser adquirida por meio da agricultura familiar nos municípios menos populosos.

Outra desigualdade que pode ocorrer entre os participantes se deve à localização das propriedades onde a distância da prefeitura pode representar um entrave à participação. Nesse caso, compensações poderiam ser fornecidas pelas secretarias estaduais ou pelas prefeituras.

O PNAE revela-se como uma política pública de inclusão social que melhora também as condições de vida de agricultores em situação precária. Ainda, a sustentabilidade a longo prazo das unidades deve ser relativizada, pois a idade dos responsáveis, em média, é de 53 anos e a ausência de sucessores nas unidades participantes é importante. Finalmente, a abordagem da sustentabilidade a partir da autonomia das unidades de produção e pelo raciocínio camponês mostra que o limite de vendas por DAP deveria ser modificado para melhor apoiar as famílias onde os filhos podem ajudar na produção. Da mesma forma que uma melhor valorização é possível no caso de produção ecológica certificada, uma melhor valorização de produção entregue por jovens agricultores poderia ser pensada. Um esforço considerável já foi feito, mas ainda há muito que necessita ser feito para melhorar os valores pagos aos agricultores familiares e aumentar a participação deles na alimentação local, tanto nos espaços públicos quanto nos privados e, para tanto, a sociedade civil precisa estar, cada vez mais, envolvida em tais questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

ALTEMBURG, S.G. N. A Percepção Ambiental dos Agricultores vinculados a uma Rede de Referência em agricultura familiar: Uma análise sobre as práticas Agroecológicas e a Qualidade de Vida. 128f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

ALTIERI, M. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável / Miguel Altieri, AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Agropecuária, 2002, 592p.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F.; VELLEDA CALDAS, N. Rompendo as amarras da exclusão: estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos entre agricultores familiares do extremo sul gaúcho. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v.17, 2010.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome. **Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. p. 119-129.

BÊRNI, D. A. (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERTERO, J. F. . Uma crítica à Sociologia Rural de José de Souza Martins. *Lutas Sociais (PUCSP)*, v. 17/18, p. 99-112, 2007.

BERTOTTI, A. P. ; PEREIRA, A.M. de ; GUEDES, A. L. . Jovem Rural: uma nova perspectiva de inclusão digital. In: XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013, Lima. Anales del XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina 2013 Perú, 2013. v. 1.

BIANCHINI, V. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf e a sustentabilidade da agricultura no vale do ribeira – Paraná. 2010. 413 f. Tese em meio ambiente e desenvolvimento. Universidade federal do Paraná, Curitiba. 2010.

BIASE, L. A articulação entre o campesinato e agroecologia: espaços femininos e masculinos. *Cadernos de campo. Revistado Programa de Pos-graduação em sociologia da Unesp*. São Paulo. N 13. 2010

BIOLCHI, Marilza Aparecida. Agricultura familiar e privência social rural : efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. Dissertação de mestrado no programa de pos-graduação em desenvolvimento rural. Universidade federal do rio grande do sul. Porto alegre. P184. 2002.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. Agricultura familiar na região sul do Brasil, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade : o que é : o que não é. Petropolis, RJ. Editora Vozes, 2012.

BOSETTI, C. J. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. In **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro. Revista IDeAS, v. 5, n. 2, p. 08- 32, 2012.

BRANDENBURG , Alfio (Org). FERREIRA, Angela Duarte Damasceno (Org). Agricultores ecologicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares. São Paulo. Annablume. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em junho 2014.

BRASIL, Lei Nº11.718, de 20 de junho de 2008, estabelece normas transitórias sobre a aposentaria do trabalhador rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11718.htm 2008. Acesso em Julho 2014.

BRASIL, **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm> . 2009a Acesso em Junho 2014

BRASIL, Resolução nº38, de 16 de julho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em : <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/60-2012?download=57:res038-16072009>> 2009b Acesso em junho 2014.

BRASIL, Resolução nº25, de 04 de julho de 2012, Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em : <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3554-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-25-de-04-de-julho-de-2012>> Acesso em junho de 2014.

BUARQUE, Cristovam. A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BURIN, J C. Territorialidade da agricultura orgânica em Marechal Cândido Rondon. Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências). UFSM, 2010.

CALDAS, E. L.; AVILA, M.L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Revista Espaço Acadêmico nº148. Setembro de 2013. ANO XIII. ISSN 1519-6186

CÂMARA, Karine. A Aposentadoria por idade rural e seu caráter assistencial. Brasília: Revista de Estudos Jurídicos. Ano 15, n. 22, p. 173-190, 2011.

CARVALHO DA SILVA, Alberto. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. Estudos Avançados. Vol.9. Nº23. São Paulo, janeiro/abril, 1995.

CAVALCANTI, C(org.). Desenvolvimento e natureza : Estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ. 1994. Disponível em <http://biblioteca.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti1.rtf> Acesso em setembro 2014

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier, n.1 et 2, p.1-8, fev-mar., 2007.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COSTA, Francisco A. (1994). Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. Belém, Cadernos do NAEA nº 12, novembro.

DAROLT, M. R. As dimensões da sustentabilidade: Um Estudo da Agricultura Orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000. Tese de doutorado.

DAROLT, M. R. Conexão ecológica : novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina : IAPAR, 2012. p 162.

DARRE, J.P., Dialogues et production de connaissances pour l'action, Erès, TIP, 1994.

DELGADO, G.. Experiências exitosas de combate a pobreza rural: lições para a reorientação de políticas. Caso Brasil: sistema de previdência social rural. Brasília: FAO, 1999. 33 p. (Projeto FAO Pobreza – LOA 98290/RLC). Disponível em: <<http://www.cepal.org/ddpeuda/pdf/brasil3.pdf>> Acesso julho 2014.

DELGADO, G; CASTRO, J A. Financiamento da previdência rural: Situação atual e mudanças. In: Base de financiamento da Previdência social: Alternativas e Perspectivas. Coleção Previdência Social, v.19. Brasília, março .2003, p.107-126.

DE SHUTTER, Olivier. Report of the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter Final report: The transformative potential of the right to food. United Nations, New york. Disponível em :

<http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20140310_finalreport_en.pdf>
> p.28. 2014

DEPONTIL, C. & ALMEIDA, J. Indicadores para Avaliação da Sustentabilidade em Contextos de Desenvolvimento Rural Local, 2003. Disponível em : <[hipte://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-31-indicadores-para-avaliacao-da-sustentabilidade-em-contextos-de-desenvolvimento-rural-local.pdf](http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-31-indicadores-para-avaliacao-da-sustentabilidade-em-contextos-de-desenvolvimento-rural-local.pdf)>. Acesso em 17 de maio de 2011.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

ELSTER, J. Sour grapes — studies in the subversion of rationality. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 4. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário** 2006. Rio de Janeiro, 2006.

INACIO, H. L. D. Ecodesenvolvimento e turismo: Bases para uma outra relação com o planeta. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, EmTese, Vol. 1 nº1, p. 169-188.

IPARDES [INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL]. Indicadores ambientais por bacias hidrográficas do Estado do Paraná: capítulo 1. Curitiba: IPARDES, 2010a. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/Capitulo_1_Dimensao_Ambiental.pdf. Acesso em: outubro/2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Economico e Social. Caderno estatístico municipio de Marechal Cândido Rondon. Curitiba. 2013. Disponível em : <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85960>> Acesso junho 2014.

KRETER, A. C.; BACHA, C. J. C. A avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília: v. 44, n. 3, p. 467-502, jul/set. 2006.

LACKI, P. O que pedem os agricultores e o que podem os governos: mendigar dependência ou proporcionar emancipação?. Agronline.com.br. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=2>>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

LAMARCHE, H. et al. *A Agricultura Familiar: Comparação Internacional*. vol. I e II. UNICAMP - Campinas, São Paulo: 1998.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

MAACK, R. **Geografia Física do Paraná**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MAHIEU F.-R. *Une dimension négligée : la soutenabilité humaine du développement*, Miméo, C3ED, 2005.

MARQUES, E. C. *Agências estatais e engenheiros na produção das políticas de saneamento no rio de janeiro - Brasil*. LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 20., 1997, Guadalajara. Guadalajara: Latin American Studies Association, 1997. p. 1–21.

MARQUES, E. C.. *Redes Sociais e Poder no Estado brasileiro: Aprendizados a partir das políticas urbanas*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p.15-41, fev. 2006.

MARSDEN, Terry K. *The Condition of Rural Sustainability*. Assen: Royal van Gorcum, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica à economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

MARZALL, K. & ALMEIDA, J. *Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas - Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável*. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.17, n.1, p.41-59, jan./abr. 2000.

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. *Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor*. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 44, n. 2, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 20 June 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000200006>.

MELÃO, I. *Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o pnae no Paraná*. *Cad. IPARDES*. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, V.2, n.2, p. 87-105, jul/dez. 2012

MORGAN, K.; SONNINO, R. **The school food revolution**. London: Earthscan, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico**. SEAB. Curitiba: DIOE, 2011. 67 p.

PAULILO, M. I. S. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

PLEIN, C. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. Informe Gepec, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111. 2010

PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013*. Brasília: PNUD/ONU, 2013. Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013> Acesso em 17/10/2013

PORTO, M. S. G. & SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Cadernos de Sociologia. V. 6. p.76-88. 1994.

RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago. 2007.

RAVEAU, A. Critère d'autonomie et comportement des exploitations agricoles face au choc économique de 2007. Études et documents, du Service de l'Économie, de l'Évaluation et de l'Intégration du Développement Durable du Commissariat Général au Développement Durable, Paris, v. 46, setembro 2011.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. ESTUDOS AVANÇADOS. 15 (43), 2001.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: Rumo à ecossocioeconomia. São Paulo: CORTEZ, 2007.

SACHS, I. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122, fev. 2003.
SEBRAE. Perfil do produtor rural. Brasília. P44. 2012

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil: resultados de um estudo de caso no Pará. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.14, p.72-102, abr. 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ana Paula Ferreira da. Demanda e oferta de alimentos orgânicos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios de Santa Catarina. Dissertação. UFSC. Florianópolis, SC 2012 167p Programa de Pós-Graduação em nutrição.

SNA-SP, 2014. Pesquisa sobre hábitos do produtor mostra maior uso da internet e mais mulheres no comando. Disponível em: <<http://sna.agr.br/pesquisa-sobre-habitos-do-produtor-mostra-maior-uso-da-internet-e-aumento-da-participacao-feminina-no-comando-no-campo/>> Data de acesso : 26/05/2014.

STROPASOLAS, V. L. As representações de rural no pensamento social contemporâneo. In: *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC. p. 236. 2006

TOLEDO, V. La Racionalidad Ecológica de la Producción Campesina. *Revista de CLADES* Numero Especial 5/6 Dezembro1992. Disponível em <http://www.clades.cl/revistas/5/rev5art3.htm> Acesso em 20 de janeiro de 2013

TRIVIÑOS, A. N. S. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais**: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. 2. ed. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

UN-HABITAT, *The Challenge of Slums, Global Report on Human Settlements 2003*, United Nations Human Settlements Programme, Earthscan Publications, Londres, 2003, 341 p

VALERIANI, T. S. M. A gestão escolarizada do Programa de Alimentação Escolar no Estado de Goiás. 125p. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de alimentos) – Departamento de Ciências, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 2011.

VARELA, F., *Autonomie et connaissance*, Paris, Seuil, 1989.

VASCONCELLOS, LOUREIRO & QUEIROZ. A Educação Ambiental e a Educação em Ciências: Uma Colaboração no Enfrentamento da Crise Socioambiental *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências* Vol. 10 No 1, 2010

VOGT, S. P. C. **A construção social do mercado institucional de alimentos**: estudo de caso do programa de aquisição de alimentos na região celeiro - RS. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n. 2/3, p.37-47,1995.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR. 1998.

WANDEREY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura. p.42-61. 2003.

WOORTMANN, K. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n.87, p.11-73., 1990

ZATTI, V. Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2007.

ZONIN, Valdecir José. A institucionalização do biodiesel no Brasil e os custos de transação na cadeia de suprimento gaúcha. Tese. (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS-, Porto Alegre, 2013.

ZONIN, Wilson João, Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba. Tese de doutorado. UFPR: Curitiba, 2007.

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa

Questionario para Produtores.

Nome : Telefone fixo :

Celular :

Propriedade e endereço :

Coordenadas geograficas :

Area para atividade agricola (ha) :

Area propria (ha) : Area de produção orgânica (ha):

Mão de obra familiar :

Mão de obra contratada :

Distancia até a prefeitura : Asfalto : Pedra irregular : Chão :

Possui internet :

Tipo de agricultura praticada :

- 100 % agricultura orgânica orgânica com presença de produção paralela.
- parte em transição ecologica
- convencionais

Produção animal no último ano

Produtos	Unidade	Produção consumida	Produção vendida	Produção total	Valor da produção vendida	Valor vendido para PNAE

Produtos transformados/processados no último ano

Produtos	Unidade	Produção consumida	Produção vendida	Produção total	Valor da produção vendida	Valor vendido para PNAE

Lista os canais de comercialização utilizado (, PNAE, restaurantes, feira, supermercado, empresas etc....)

Produção na propriedade que não foi vendida (somente para o consumo) no último ano

Produto	Unidade	Quantidade	Valor

Outros produtos/serviços

Tipo de serviço	Renda obtida (R\$)
1. Hotelaria / Hospedagem	

2. Restaurante	
3. Passeios/visitas / turismo rural	
4. Artesanato	
5. Aluguel de máquina e equipamentos agrícolas	
6. Trabalho agrícola em outro estabelecimento	
7. Outros	

Outras fontes de renda

Fonte	Renda obtida (R\$)
1. Remuneração de familiares que trabalham fora do estabelecimento	
2. Aposentadoria de membros da família	
3. outras	

Participa de algum tipo de organização(ões)? Qual(is)? (pode-se marcar mais de uma alternativa)

Tipo	a. Nivel de participação	b. No caso da resposta for 4, qual?
	01. Não participa 02.Sim,como sócio 03.Sim, como diretoria 04. Sim, outro vinculo	
1. Cooperativa de produção e/ou comercialização		
2. Cooperativa de crédito		
3. Associação de Agricultores		
4. Sindicato		
5. Grupo de Equipamentos		
6. Grupo de Compra Solidária		

7. Grupo de Comercialização/Beneficiamento		
8. Conselho Comunitário		
9. Conselho Municipal/Regional		
10. Outros grupos		

Sistema de rastreabilidade adotado :

- Conhece todos os produtos que usa.
- Anota todas as aquisições e as vendas
- Anota partes das aquisições e das vendas
- Possui comprovação de aquisições e vendas
- Possui estimativa de produção
- Possui plano de manejo

Desde quanto tempo, fornece produção para o PNAE ?

Sua família continua produzindo os mesmos produtos e a mesmas quantidades do que anteriores ao PNAE?

Algum produto novo foi incluído na alimentação da própria família desde que iniciaram a comercialização com o PNAE?

Quais as maiores dificuldade que o (a) Sr. (a) aponta no processo de comercialização com o PNAE?

Depois de ter começado a entregar produtos para o PNAE, sua produção

- Aumentou muito.
- Aumentou.
- Permaneceu igual
- Diminuiu
- Diminuiu muito

Depois de ter começado a entregar produtos para o PNAE, sua renda :

- Aumentou muito.
- Aumentou.
- Permaneceu igual
- Diminuiu
- Diminuiu muito

Depois de ter começado a entregar produtos para o PNAE, o numero de produtos diferentes vendidos:

- Aumentou muito.
- Aumentou.
- Permaneceu igual
- Diminuiu
- Diminuiu muito

Como avalia o grau de importancia do PNAE para vocês :

- muito importante
- importante
- Pouco imporante
- Não é importante

O que poderia ser melhorado ?

O que pensa que poderia fazer para melhorar sua participação no PNAE ?

Ja participou do PAA (fome zero) ?

Se voltar a funcionar, vai participar ?

Se sim porque ?

